UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ANDRESSA CAPUCCI FERREIRA

"Ninguém quis prescindir da glória de ter tomado parte na façanha": abolicionismo em Jacareí na década de 1880.

Versão revisada

Versão original disponível no
CAPH (Centro de Apoio à Pesquisa Histórica) da FFLCH

São Paulo

2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

"Ninguém quis prescindir da glória de ter tomado parte na façanha": abolicionismo em Jacareí na década de 1880.

Versão revisada

Versão original disponível no
CAPH (Centro de Apoio à Pesquisa Histórica) da FFLCH

Andressa Capucci Ferreira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena P. T. Machado

São Paulo

2011

AGRADECIMENTOS

O interesse pela vida dos escravos nas décadas finais da escravidão no Brasil me acompanha desde o período da graduação na Universidade do Vale do Paraíba. Por morar e estudar numa região privilegiada para o estudo do tema tive a oportunidade de conhecer os arquivos repletos de documentos relativos à escravidão quando integrava um grupo de alunos que sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali se dedicava ao levantamento e transcrição da documentação judiciária sob a guarda do Arquivo Histórico de Taubaté. Vencidos os desafios iniciais da paleografia, novos cenários se revelavam: em meio à linguagem hermética da documentação, pequenos *flashes*, retratos da vida dos escravos. Naquelas folhas há muito guardadas, na maior parte das vezes diante das mínimas condições possíveis, mas nunca adequadas, podia-se vislumbrar mais do que os caminhos legais aos quais os escravos recorriam para obter a liberdade, além dos delitos que cometiam ou dos quais eram vítimas. Por essa vivência no trato da documentação e por essas descobertas no cotidiano da pesquisa em arquivos, comuns a muitos estudantes de História, sou profundamente grata à Profa. Dra. Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali.

Também vem do tempo da graduação minha admiração pela obra da historiadora Maria Helena P. T. Machado. Sua maneira de escrever, seu poder de encontrar a palavra mais adequada e a expressão mais transparente, e a profundidade de suas análises me encantam. Agradeço imensamente a oportunidade de ter cursado o mestrado na Universidade de São Paulo sob sua orientação.

Aos membros da banca de qualificação e de defesa, a Profa. Dra. Enidelce Bertin e ao Dr. em História Social André Rosemberg agradeço a orientação recebida naquela ocasião. Seus apontamentos foram fundamentais para que pudesse lançar novos olhares sobre a documentação pesquisada.

Às funcionárias do Arquivo Público e Histórico de Jacareí, Ieda Pereira dos Santos Medeiros e Mariana Marcelino dos Santos, obrigada pela dedicação, atenção e solicitude. À colega de Arquivo, Marlene da Rosa Lima, obrigada pela companhia nesses três longos anos.

À Prof. Msc. Maria José Acedo del Olmo, dívidas eternas. Como agradecer pelo "serviço de atendimento remoto" por ela prestado quando, na fase de finalização da dissertação, longe do Brasil, precisava de alguns livros?

Uma mãe de dois filhos cursando mestrado tem dívidas com muitas pessoas. A Rose tornava a nossa rotina mais leve e divertida. A Creissy, amiga querida, companheira de todas as horas.

À toda minha grande família, e especialmente à tia Andréa, tia Leila e tia Fátima, obrigada pelas referências de amor que nunca faltaram. Com tio Waldir, tia Inês e meus primos tenho minhas melhores lembranças de infância

Ao tio Nenê, colega de ofício, agradeço por me "apresentar" a Antonio Gomes de Azevedo Sampaio. Você tem uma grande responsabilidade pelos rumos que esse trabalho tomou. E se uma certa culpa existe em mim por "roubar" seu tema preferido sobre a história de Jacareí, um consolo: a história do abolicionismo em Jacareí e no Vale do Paraíba ainda está por fazer.

À minha mãe e ao meu pai, Luzia e Carlos, é difícil de dizer algo. Caminham junto comigo, e estão sempre ali, estimulando, acreditando, vibrando. Por razões óbvias, todas as minhas conquistas na vida também são deles. Vâ, Mar, Lipe, Clau e Nathália: que bom tê-los sempre perto.

Pepê, obrigada por ser esse filho tão companheiro. Clara, a mamãe ainda vai fazer muita coisa junto com você.

À Eric, o que dizer? Sua certeza nos meus momentos de dúvidas sempre foi uma grande força que me fez seguir adiante. E é também por isso, além de tudo o mais que você representa em minha vida, que esse trabalho é dedicado à você.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....09

CAPÍTULO I

Jacareí: de vila seiscentista a município produtor de café.....20

1. Jacareí e seus mitos fundadores.....20

2. Os primórdios da produção de café no Vale do Paraíba.....27

3. O desenvolvimento da lavoura cafeeira em Jacareí.....32

4. A produtividade da lavoura cafeeira na zona norte da província de São Paulo (décadas de 1850/1880).....47

5. "...tudo denuncia outra épocha mais próspera fundada em esperanças bonançosas". 54

6. Ações abolicionistas na província de São Paulo na década de 1880.....71

CAPÍTULO II

O trem das 8 ¼ já vai partir: abolicionismo e violência em Jacareí na década de 1880.....84

1. O coronel e o advogado "na senda dos desvarios".....86

2. "Grandes desgraças poderiam aparecer se por eles proprios não fossem tomadas as medidas precisas para garantia de suas pessoas".....90

3. "... desamparados das forças coletivas das grandes cidades, esparsos por um meio hostil".....102

4. O que mais nos revela a "Representação".....108

5. Diga-me com quem andas... e as vozes dissonantes.....113

CAPÍTULO III

O movimento abolicionista de 1887 e a fundação do *Clube Abolicionista*.....131

1. “Numa noite sem estrelas, para se pegar o diabo à unha”.....131

2. O caso do mulato branco de Socorro.....134

3. Azevedo Sampaio e sua busca por redenção.....138

4. “Ninguém quis prescindir da glória de ter tomado parte na façanha”.....140

5. O *Clube Abolicionista* de Jacareí.....156

6. “Pois não é que tirarão os negros do homem!!”.....162

7. O roubo do escravo de Caçapava 165

8. O conciliador e aquele que queria “principiar o exemplo por casa”.....167

CONCLUSÃO.....175

BIBLIOGRAFIA.....181

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Total de escravos e razão de masculinidade na vila de Jacareí e Vale do Paraíba, a partir dos censos realizados nos anos de 1877, 1804 e 1829.....30

Tabela 2 – Total de escravos e razão de masculinidade nas vilas de Areias, Lorena, Jacareí e no Vale do Paraíba, a partir dos censos realizados nos anos de 1877, 1804 e 1829.....32

Tabela 3 – Evolução do número de escravos em Jacareí (1816/1872).....40

Tabela 4 – Produção de café na província de São Paulo – 1854 e 1886.....48

Tabela 5 – Produção de café – Zona norte.....50

Tabela 6 – Produção de café, Vale do Paraíba, arrobas e porcentagem (1854 e 1886).....51

Tabela 7 – Faturamento com produção de café, Vale do Paraíba, Dólares e Porcentagem.....52

Tabela 8 – População escrava em algumas localidades valeparaibanas (1874, 1885 e 1887).....57

Tabela 9 – Profissão/Número de signatários da Representação encaminhada ao Chefe da Polícia da província de São Paulo (Jacareí/1883).....108

Tabela 10 – Profissão/Número de signatários da Representação encaminhada ao Presidente da província de São Paulo (Araraquara/1883).....110

Tabela 11 – Profissão/ocupação dos indivíduos qualificados em dois processos instaurados contra abolicionistas (Jacareí/1887).....174

ABREVIATURAS UTILIZADAS

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

APHJ – Arquivo Público e Histórico de Jacareí

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo reconstituir e investigar algumas ações abolicionistas ocorridas no município de Jacareí na década de 1880, especialmente através da atuação de indivíduos que protagonizaram dois marcos da história desse movimento na localidade: o ato de expulsão de abolicionistas ocorrido em 26 de novembro de 1883 e a fundação do *Clube Abolicionista* em agosto de 1887.

A partir da análise de fontes documentais produzidas pela Polícia, pela Justiça, em suas instâncias municipais e provinciais, e por escravocratas e abolicionistas da localidade podemos identificar as distintas formas de atuação dos sujeitos das ações abolicionistas naqueles momentos específicos, em 1883 e 1887, e as diferentes percepções que tais agentes tinham sobre a legitimidade da escravidão e da propriedade escrava.

Palavras-chave: Escravidão, abolição, abolicionismo, abolicionista.

ABSTRACT

This paper aims to reconstruct and investigate some abolitionists actions that occurred in the Jacareí municipality in the 1880s, especially through the actions of individuals who leaded two milestones in the history of this movement in the locality: the expulsion of abolitionists occurred in November 26th of 1883 and the foundation of the *Clube Abolicionista* in August of 1887.

Through the analysis of documentary sources produced by the Police, Justice, in their municipal and provincial authorities, and by the slaves owners and abolitionists of the locality, we can identify the different forms of operation adopted by the subjects of the abolitionism actions in those specific moments of 1883 and 1887, and the different perceptions that these agents had on the legitimacy of slavery and the slave ownership.

Keywords: Slavery, abolition, abolitionism, abolitionist.

INTRODUÇÃO

> "A abolição em São Paulo
>
> O Estado de São Paulo
> 13 – maio – 1918
>
> A libertação dos escravos é fato relativamente recente da nossa história. As novas gerações ignoram, entretanto, os pormenores dessa admirável campanha, como se se tratasse de acontecimento remotíssimo. E não há, em tôda a existência da nação brasileira, luta mais memorável, obra mais digna de estudo e veneração do que a abolição dos escravos. Nela colaboraram tôdas as classes do nosso povo, no mais espontâneo, mais sincero e mais largamente humano de todos os movimentos que têm agitado a opinião brasileira.
>
> Julgamos comemorar dignamente esta data e prestar um último serviço à história da abolição, reproduzindo o depoimento de uma testemunha – o dr. Antonio Manuel Bueno de Andrada – ex-deputado federal, que foi, em São Paulo, "*magna pars*" nessa nobre e desinteressada campanha.
>
> Êste depoiento [sic] foi escrito para a obra, em preparo, do dr. Evaristo de Moraes, acêrca da abolição."[1]

No ano de 1941, a *Revista do Arquivo Municipal*, publicação do Departamento de Cultura de São Paulo, reproduziu na seção "Publicações", sob o título "Páginas esquecidas", o depoimento do abolicionista Dr. Antonio Manuel Bueno de Andrada dado a Evaristo de Moraes, que na época escrevia o livro que se tornaria um clássico no estudo do tema abolição da escravatura no Brasil, *A Campanha Abolicionista: 1879-1888*. Se no texto escrito no jornal *O Estado de São Paulo* para introduzir a reprodução do depoimento, em 1918, seu autor já citava o desconhecimento sobre como se deram os pormenores da luta pela abolição dos escravos da parte daquela que era a geração coeva à publicação do periódico, no título da seção já citada da *Revista do Arquivo Municipal*, de 1941, tal ignorância é reforçada, e o transcorrer de um pouco mais de duas décadas parecia torná-la ainda mais abrangente.

---

[1] ANDRADA, Antonio Manuel Bueno de. "A Abolição em São Paulo." In: *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*. São Paulo: Departamento de Cultura, Ano VII, Volume LXXVII, Julho 1941, p. 261. Reproduzido do jornal *O Estado de São Paulo*. 13 de maio de 1918.

O discurso de Bueno de Andrada não é construído de forma linear, de maneira que se possa visualizar, cronologicamente, as fases do movimento abolicionista instaurado na província paulista no momento da passagem da liderança do mesmo no início da década de 1880 porque aquela personalidade narrou-o, no conhecido depoimento, a partir de sua própria trajetória dentro do movimento. Essa característica, no entanto, não é uma exclusividade deste. Um outro abolicionista, o farmacêutico Antonio Gomes de Azevedo Sampaio, que será por nós analisado neste trabalho, três década antes de Bueno de Andrada já se utilizara da mesma abordagem para relatar-nos fragmentos da história do movimento abolicionista em Jacareí.[2]

Bueno de Andrada inicia sua narrativa afirmando que uma década após a promulgação da lei do Ventre Livre, o movimento abolicionista "diminuíra de intensidade em todo o país", para logo a seguir fazer as primeiras citações de indivíduos e entidades daqueles que, sendo os "verdadeiros abolicionistas", não davam "por completamente atingidos seus fins humanitários, com a certeza de que nem mais um só brasileiro nasceria escravo", ou seja, aqueles que não se contentavam com os desdobramentos que a aplicação da lei do Ventre Livre vinha dando à causa da liberdade dos escravos e com o ritmo no qual se daria a definitiva extinção da escravidão no Brasil.[3] Levar esses nomes ao conhecimento do público, três décadas após a abolição da escravatura no Brasil, revela-se, ao longo do depoimento, o maior objetivo de Bueno de Andrada, citando as pessoas com quem se pôs em contato ou sobre as quais ouviu relatos através de seus companheiros de movimento. Ao falar daqueles "homens de vontade, coração e coragem" que, "em vários pontos do Brasil [...]

[2] Sobre a forma como eram feitos os relatos de abolicionistas e a dificuldade de se traçar uma cronologia do movimento a partir dessas fontes ver: MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994, especialmente o início do capítulo 4

[3] Andrada, "A abolição...", p. 261.

trabalhavam sem descanso, pela total ruína da escravidão",[4] um dos nomes citados pelo depoente nos interessa especialmente: Joaquim Ignácio. Explicaremos por quê.

Além de expor a forma como os abolicionistas atuavam, suas características pessoais que imprimiam nas ações[5], Bueno de Andrada relata algumas das conseqüências que muitos deles sofreram em função das reações daqueles aos quais incomodavam. A cada um desses exemplos de reação, o depoente acrescenta os nomes de alguns indivíduos que efetivamente sofreram as conseqüências daqueles tipos de práticas citadas, em distintas localidades da província de São Paulo. Assim, quando se refere às "afrontas públicas, insultos, expulsões para fora das cidades" sofridas por membros do movimento, cita o "coronel Joaquim Inacio, em Jacareí, e o advogado João China, em Caçapava".[6] Cremos, no entanto, que no caso de Jacareí, o tal coronel Joaquim Inácio a quem Andrada se refere, seja, na verdade, o coronel Francisco Felix da Rocha Martins, expulso daquela localidade no ano de 1883 por estar envolvido em ações abolicionistas, e explicaremos o porque desta hipótese, apesar de não haver nenhuma semelhança entre os nomes citados.

Em seu livro sobre o abolicionismo em Jacareí, o já citado farmacêutico Antonio Gomes de Azevedo Sampaio, ao escrever sobre a tomada de dez escravos que seguiam com um condutor para a região Oeste da província de São Paulo em agosto de 1887, objeto de estudo do capítulo 3 desta dissertação, ação abolicionista considerada por ele como o batismo do grupo que viria a formar o *Clube Abolicionista* da cidade, compara-a com o ato de expulsão de abolicionistas ocorrido naquela localidade no ano de 1883, protagonizado pelo coronel Francisco Felix da Rocha Martins e pelo advogado Antonio Henrique da Fonseca, que será analisado no capítulo 2 desta dissertação. Ao relatar sua

---

[4] Andrada, "A Abolição...", p. 261.
[5] Como Antonio "Paciência", a quem "cabia o desempenho de missões exigindo longa e cuidadosa dissimulação." Andrada, "A Abolição...", p. 268.
[6] Andrada, "A Abolição...", p. 271.

posição de platéia diante de ambas ações, assim se refere à noite do último acontecimento: "Estes sons anarquizadores recordaram-me exatamente uns sons idênticos, também anarquizadores, que os FAZENDEIROS reunidos proferiram em frente à porta fechada do advogado Fonseca e do coronel Francisco Ignácio."[7] Observe a forma como o nome deste último aparece grafado.

O acontecimento ao qual o farmacêutico se refere em seu livro sobre o abolicionismo em Jacareí realmente fora protagonizado pelo advogado abolicionista Antonio Henrique da Fonseca e pelo coronel Francisco Felix da Rocha Martins,[8] aos quais Azevedo Sampaio se referira em seu livro, respectivamente, como "advogado Fonseca" e "coronel Francisco Ignácio". A suposta transformação ocorrida no nome do coronel Francisco Felix da Rocha Martins por nós aventada, para o nada semelhante "coronel Joaquim Inacio", como citado por Bueno de Andrada em 1918, teria como elo, então, essa transformação executada anteriormente por Azevedo Sampaio em seu livro publicado em 1890.

O equívoco cometido por Azevedo Sampaio, ainda na mesma década em que ocorrera ação protagonizada pelo coronel Francisco Felix da Rocha Martins parecia já anunciar um futuro incerto a esse indivíduo nos registros da história do abolicionismo na localidade. Mais de três décadas depois que a ação de expulsão envolvendo o coronel ocorrera e que seu nome aparece grafado parcialmente errado no livro que relata fragmentos da história do movimento abolicionista em Jacareí na década da abolição, tudo leva a crer que um novo erro contribuiria para tornar a figura do mesmo uma imagem ainda mais remota dentro da história do movimento daquela localidade. No

---

[7] SAMPAIO, Antonio Gomes de Azevedo. *Abolicionismo. Considerações geraes do movimento anti-esclavista e sua historia limitada a Jacarehy, que foi um centro de acção no norte do Estado de São Paulo.* São Paulo: Typ. a Vapor Louzada & Irmão, 1890, ed. *fac-similar,* p. 31. Grifo do autor.

[8] Conforme se pode comprovar através do documento referenciado a seguir, que será analisado neste trabalho, no capítulo II: APHJ – Fundo Fórum de Jacareí – Ano 1883 – Caixa 376 – "Representação dirigida ao Excellentissimo Doutor Chefe de Policia por diversos cidadãos residentes nesta Cidade e Município".

depoimento de Bueno de Andrada, de 1918, o mesmo coronel, ao que parece, já teria seu nome transformado para "coronel Joaquim Inácio", que em nada se assemelhava com o seu, e teria vivenciado uma das três situações citadas pelo depoente, "afrontas públicas, insultos, expulsões para fora das cidades"[9], sem que se consiga precisar exatamente qual delas se refira à ele.

Apesar de alcançar grande repercussão na província de São Paulo quando de sua ocorrência, atraindo a atenção de políticos de renome como José Bonifácio, o moço[10], com o passar do tempo, a ação que o coronel Francisco Felix da Rocha Martins protagonizara em Jacareí, na noite de 26 de novembro de 1883, juntamente com o advogado Antonio Henrique da Fonseca, e aparentemente coadjuvada pelo italiano Nicolao Chioffi, foi se tornando um ponto obscuro na história do abolicionismo daquela cidade. Citado no livro do mais famoso abolicionista de Jacareí, o farmacêutico português Antonio Gomes de Azevedo Sampaio, como um dos marcos da história do movimento abolicionista daquela localidade, os acontecimentos daquela noite de 26 de novembro de 1883, já no livro publicado em 1890 têm a compreensão dificultada em meio às lembranças e dramas de consciências do narrador, que posteriormente serão analisadas. Trajetória oposta dentro da história movimento abolicionista em Jacareí, no entanto, terá o farmacêutico.

Homem íntimo das palavras[11], preocupado em deixar registros escritos sobre o abolicionismo em Jacareí com receios de que os fatos ocorridos pudessem ser

---

[9] Andrada, "A Abolição...", p. 271.
[10] Sampaio, *Abolicionismo...*, p. 25.
[11] De acordo com o artigo intitulado "A. G. Azevedo Sampaio", escrito pelo jornalista Salgado Junior, publicado na *Revista Farmacêutica* (São Paulo – novembro 1915), e reproduzido no livro de Arthur D'Acajiré Simon, os estudos preferidos de Azevedo Sampaio eram sobre química, física, botânica e história natural. Por trabalhos nessas áreas, o farmacêutico teria conquistado diversos prêmios: Diploma de Mérito – Exposição Industrial do Rio de Janeiro – 1881; Medalha de Bronze – Exposição Industrial de Buenos Aires – 1882; Diploma e Medalha – Exposição de São Paulo (s/d); Medalha de prata e de bronze, e respectivos diplomas – Exposição Universal de Paris – 1889; Diploma de Membro Correspondente – Sociedade de Farmacia e de Chimica de Paris (s/d); Diploma da Liga de Instrução – Lisboa (s/d); Diploma, medalha de ouro e insígnias da Sociedade Academica Nationale Agricole Manufacturière et

explicados diversamente por indivíduos que, por algum interesse, poderiam desvirtua-los[12], Azevedo Sampaio construirá no livro *Abolicionismo*[13] a sua versão sobre esse movimento em Jacareí e terá seu nome alçado à posição de o mais famoso adepto da causa abolicionista na localidade.

Fundador do clube abolicionista local, os relatos de Azevedo Sampaio serão amplamente citados em importantes trabalhos que versam sobre a abolição[14], e servirão de base para um capítulo do conhecido livro sobre Antonio Bento, *O Fantasma da Abolição*, de autoria de Henrique Alves, no qual várias passagens daquele foram reproduzidas quase na íntegra[15]. Além da provável responsabilidade parcial na transformação pela qual teria passado o nome do coronel Francisco Felix da Rocha Martins naquela importante fonte histórica do abolicionismo da província de São Paulo,

---

Commerciale – Paris (s/d). No mesmo artigo consta uma relação de trabalhos por ele publicados: "Publicou uma excelente monografia sôbre a Saúva ou Manhú-uàra, publicação esta feita por conta do governo do Estado, uma Memoria resumida da Broca das Laranjeiras; Monografia da cidade de São José dos Campos, apresentada com outras produções ao Congresso de Geografia que se realisou nesta capital; Os Portuguezes no Brasil, estudo de sociologia; Sina de um Minhoto e um Paulista, romance; Abolicionismo; A fundação do Positivismo no Brasil; Humanidade ou a Estatua de Augusto Comte, versos." SIMON, Arthur D'Acajiré. *Fragmentos de uma vida. Subsídios para a história da cidade de Jacareí ao comemorar o seu primeiro centenário. (Conferência).* Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1949, pp. 47/9.

[12] "Ao Leitor". Sampaio, *Abolicionismo...*, s/p.

[13] Publicado pela primeira vez em 1890 pela Tipografia a vapor Louzada & Irmão, teve edição *fac-similar* publicada pela Prefeitura Municipal de Jacareí em 1980.

[14] Como AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda Negra, Medo Branco. O negro no imaginário das elites – Século XIX.* Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987; CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; FONTES, Alice Aguiar de Barros. "A prática abolicionista em São Paulo: os Caifases (1882-1888)." Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/ USP, 1976.

[15] O capítulo ao qual nos referimos é "O Estouro da Rebelião", entre as páginas 70 e 75. Numa rápida leitura comparativa, o leitor poderá identificar vários trechos extraídos por Henrique Alves da obra de Azevedo Sampaio, mantendo várias frases iguais às que são encontradas na obra daquele abolicionista radicado em Jacareí. Observar especialmente as seguintes páginas da obra de Azevedo Sampaio: 29, 30, 31, 32, 35, 37, 39, 38, 87, 89 e 90. Escrito de forma romanceada, Henrique Alves teria se baseado em investigações históricas para compor a obra, e por isso é citado como uma fonte histórica quando o assunto é abolição. Sem que haja dúvida de que utilizou a obra de Azevedo Sampaio como uma de suas fontes, Alves transforma uma interessante passagem do abolicionismo de Jacareí: de acordo com sua narrativa, Antonio Bento estava presente na festa da abolição de Jacareí, realizada em 18 de março de 1888, e Azevedo Sampaio teria pedido-lhe que libertasse o último escravo do município. No relato do abolicionista Antonio Gomes de Azevedo Sampaio, ele mesmo teria entregado a carta de liberdade ao último escravo, "em honra ao Dr. Antonio Bento". ALVES, Henrique L. *O fantasma da abolição.* São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura – Comissão de Geografia e História; Ohno Kempf editores, s/d, p. 74. Sampaio, *Abolicionismo...*, p.94.

outro “equívoco” uniria a vida do farmacêutico Antonio Gomes de Azevedo Sampaio e do coronel Francisco Felix da Rocha Martins.

Ao narrar em seu livro uma ação de abolicionistas ocorrida em Jacareí em agosto de 1887, qual seja, o roubo dos escravos na ponte, Azevedo Sampaio volta ao passado e compara-a a uma ação ocorrida na noite de 26 de novembro de 1883, em que o coronel Francisco Felix da Rocha Martins, o advogado Antonio Henrique da Fonseca e o italiano Nicolao Chioffi foram expulsos de Jacareí sob acusação de serem abolicionistas, conforme já citado anteriormente. Ao fazê-lo, o farmacêutico assume que naquela ocasião mais remota se encontrava entre os operários da expulsão do coronel Rocha Martins e de seus dois companheiros de causa.[16]

Apesar da adesão de Azevedo Sampaio à ação de defesa de interesses escravocratas ter sido assumida por ele em sua obra sobre o abolicionismo, na passagem que assim o faz dá a entender que sua presença no cenário do delito, qual seja, a porta da casa de um dos indivíduos que seria expulso da cidade, se dera por obra do acaso e não por convicção. No entanto, a análise de um documento produzido pelos escravocratas que expulsaram os abolicionistas nos daria indícios de que a versão apresentada por Azevedo Sampaio no livro era apenas a que lhe era mais conveniente, e que seu grau de comprometimento com os escravocratas naquela situação ocorrida no início da década, ou ao menos com a defesa dos interesses daqueles, era muito maior do que, diante de seu papel no movimento abolicionista de 1887, essa liderança gostaria de admitir. Ao olhar do alto da década para aquela distante madrugada de 1883, e ver-se junto à turba que agitara a cidade no ato de expulsão dos abolicionistas, Azevedo Sampaio, que mais tarde ficaria conhecido como o mais famoso abolicionista daquela cidade do interior da província de São Paulo, parece dar-se conta de que existe hora e

[16] Sampaio, *Abolicionismo...*, p. 31.

lugar errados para se estar, e ao minimizar sua participação no evento dá-nos a entender que o via como um equívoco em sua trajetória de abolicionista.

O presente trabalho tem como objetivo reconstituir e investigar algumas ações abolicionistas ocorridas no município de Jacareí na década de 1880, especialmente através da atuação de indivíduos que protagonizaram dois marcos da história desse movimento na localidade: o ato de expulsão de abolicionistas de 26 de novembro de 1883 e a fundação do *Clube Abolicionista* em agosto de 1887.

Para proceder tal análise, utilizamo-nos, além de bibliografia específica sobre o tema abordado, de fontes documentais produzidas pela Polícia, pela Justiça, em suas instâncias municipais e provinciais, e pelos escravocratas da localidade, que se encontram sob a guarda do Arquivo Público e Histórico de Jacareí (doravante APHJ), sob a denominação "Fundo Fórum de Jacareí", referentes ao período compreendido entre os anos de 1870/1888; de fontes documentais produzidas pela Polícia que se encontram sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo (doravante APESP); de fontes jornalísticas que fazem parte do acervo de ambas as instituições citadas: as edições de 11/11/1880 e de 17/11/1880 do jornal *A Província de São Paulo*, da coleção pertencente ao APESP; e as edições de 27/05/1876 do jornal *O Jacarehyense*, e de 12/09/1876 do jornal *Correio do Norte*, encontrados anexados a um processo crime e a uma denúncia, respectivamente, ambos sob a guarda do APHJ, e do livro *Abolicionismo. Considerações geraes do movimento anti-esclavista e sua historia limitada a Jacarehy, que foi um centro de acção no norte do Estado de São Paulo*, de autoria do mais famoso abolicionista de Jacareí, o farmacêutico Antonio Gomes de Azevedo Sampaio.

No intuito de compreender em que cenário tais ações se deram e quais os distintos grupos sociais e interesses envolvidos nas mesmas, dividimos a presente dissertação em três capítulos.

No capítulo 1, “Jacareí: de vila seiscentista a município produtor de café”, analisaremos aspectos econômicos e sociais do desenvolvimento de Jacareí desde sua fundação, no século XVII, até o século XIX, especificamente até a década de 1880, destacando a tentativa de se estabelecer como uma vila produtora de café entre as décadas de 1830 e 1850, e as dificuldades que a partir de então a cidade começará a apresentar na tentativa de manter os índices de produção alcançados até aquele momento. Veremos que tais dificuldades se acentuariam no decorrer das três últimas décadas de vigência do regime escravista no Brasil, e que o enfraquecimento da economia cafeeira no município em meados da década de 1870 vinha acompanhado de significativas alterações nas relações estabelecidas entre os grupos sociais, com a visível perda de poder dos escravocratas e a divulgação de novas ideias relacionadas às formas como os escravos do município vinham conquistando a liberdade. Nesse momento, através de pequenas ações ocorridas em Jacareí, se poderá ver o elemento escravizado agindo em conjunto com homens livres ou libertos, cometendo pequenos delitos, a fim de conseguirem comprar a liberdade dos primeiros através das vias legais, enquanto que na província de São Paulo, no princípio da década de 1880 já se registrará a penetração do abolicionismo nas fazendas através de ações sistematizadas. Dentro desse novo contexto do movimento abolicionista na província de São Paulo se desenvolverá a ação que será estudada no próximo capítulo.

No capítulo 2, “O trem das 8 e ¼ já vai partir: abolicionismo e violência em Jacareí na década de 1880”, buscamos reconstituir o ato de expulsão de indivíduos acusados de atuarem como abolicionistas em Jacareí ocorrido na noite de 26 de

novembro de 1883, e qualificar quais eram as práticas abolicionistas atribuídas aos mesmos e que foram mencionadas pelos escravocratas como justificativas para que tomassem aquela ação extrema. Apesar da expulsão dos abolicionistas de Jacareí ter sido executada exatamente nos mesmos moldes de uma ação ocorrida um mês antes na cidade de Araraquara, localizada no Oeste da província paulista, o cenário retratado na ação ocorrida na cidade valeparaibana revela cores muito próprias da luta contra a escravidão na localidade.

No capítulo 3, "O movimento abolicionista de 1887 e a fundação do *Clube Abolicionista*", analisamos em que circunstâncias se deu a criação do *Clube Abolicionista* da cidade de Jacareí no ano de 1887 a partir da narrativa que fez sobre o ato aquele que pode ser considerado a liderança máxima do movimento na localidade, o farmacêutico Antonio Gomes de Azevedo Sampaio. À narrativa oficial feita pelo abolicionista, instituída através da publicação de um livro sobre a história do movimento abolicionista em Jacareí na década de 1880, confrontamos as diferentes versões encontradas nos processos criminais instaurados contra os integrantes do movimento na localidade a respeito de como estes atuavam, buscando estabelecer quais eram as linhas de conduta dos mesmos e se as mesmas se coadunavam com a linha de ação proposta pela liderança dos caifazes, propalada através da folha abolicionista *A Redenção*.[17]

Enfim, a "descoberta" da documentação relacionada à atuação de abolicionistas em Jacareí ao longo da década de 1880, sob a guarda do Arquivo Público e Histórico de

[17] Famoso grupo que atuava em prol da causa abolicionista na província de São Paulo, especialmente na capital paulista e na cidade de Santos. Se desde os primórdios da década de 1870 muitos advogados e oficiais de justiça passaram a dedicar-se à defesa gratuita dos cativos (atuação legal), com a morte de Luiz Gama, no ano de 1882, inicia-se uma nova etapa ao movimento abolicionista paulistano, "com a teatral entrada em cena de Antonio Bento". Este dirigiu uma das mais ativas e radicais associações abolicionistas, a Confraria de Nossa Senhora dos Remédios, que tendeu a dividir-se em dois grupos: dos intelectuais, que desembocou na organização do jornal *A Redempção*, em 1887; e dos homens de ação, conhecidos como caifazes, diretamente envolvidos com os escravos das fazendas. A ação destes ainda permanece obscura, mas a análise da documentação policial sugere atividades dos mesmos já em 1883, em algumas regiões cafeeiras da província de São Paulo. Machado, *O Plano*..., p. 151/3.

Jacareí nos permitiu vislumbrar um cenário mais amplo da luta pela libertação dos escravos no município naquela que seria a década da abolição. Que mais essas “páginas esquecidas” num dos arquivos do interior nos permita captar os diferentes matizes do movimento abolicionista e da atuação daqueles que o integraram naquela cidade valeparaibana.

CAPÍTULO 1

Jacareí: de vila seiscentista a município produtor de café

1. Jacareí e seus mitos fundadores

Jacareí, a terceira das três vilas fundadas ainda no século XVII no Vale do Paraíba paulista, depois de Taubaté (concessão da primeira sesmaria em 1628; vila de São Francisco das Chagas de Taubaté em 1645) e de Guaratinguetá (concessão de sesmaria em 1646; elevada a vila em 1651), ambas localizadas na Capitania de São Vicente, têm, assim como muitas outras vilas seiscentistas, sua história remota envolvida ainda por muitos questionamentos, silêncios e mitos fundadores embasados em escassa documentação. Surgindo como uma irradiação de povoamento da vila de Mogi das Cruzes, localizada na Capitania de Santo Amaro, no ano de 1653 é o "povoado de Nossa Senhora da Conceição do Paraíba de Jacareí elevado a vila, vindo a constituir o primeiro centro urbano na rota de penetração pelo vale médio do Paraíba." Apontando a importância de Taubaté no desbravamento da região à jusante do rio Paraíba, Nice Lecocq Müller observa que não se pode ignorar os movimentos de colonização que ocorriam, ao mesmo tempo, à montante daquele rio, tendo como "centro irradiador de povoamento do Vale do Paraíba a vila de Mogi das Cruzes, que, unindo esforços com São Paulo de Piratininga, foi célula *mater* da fundação de Jacareí e do aldeamento de Nossa Senhora da Escada." Na busca pelas origens e por seus mitos fundadores, as primeiras incertezas: a quem atribuir a fundação, ou criação de Jacareí?[1]

[1] MÜLLER, Nice Lecocq. *O fato urbano na bacia do Rio Paraíba, Estado de São Paulo.* Rio de Janeiro: Divisão Cultural, 1969, p. 14/17.

Müller cita Manuel Eufrásio de Azevedo Marques e seu livro *"Apontamentos históricos, geográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo"*[2], para dizer que, de acordo com diversos historiadores, Jacareí teria sido fundada no ano de 1652 pelo paulista Antonio Afonso e seus filhos, e em seguida expõe-nos as dúvidas existentes a esse respeito,

> "já que no livro foral da criação da vila de N. Sra. da Conceição do Paraíba de Jacareí, quem figura como requerente não é Antonio Afonso, mas Diogo de Fontes, que parece ser cidadão de Mogi das Cruzes, uma vez que seu nome figura entre os representantes dessa vila, que participaram da reunião da Câmara de São Paulo, de 13-6-1940 [*sic*], em que se pedia a expulsão dos jesuítas."[3]

A despeito das controvérsias existentes sobre os fundadores e as datas em que os primeiros núcleos teriam surgido, polêmica que se aplica à história dos primórdios daquela organização territorial e social que viria a originar Jacareí, a ocupação de tal território se insere no mesmo contexto da região na qual está localizado, o Vale do Paraíba. De acordo com Müller, o processo de povoamento dessa região desencadeou-se, ao que parece, a partir de três fatores principais: a) a política metropolitana de promover a ocupação de territórios através da doação de terras; b) a procura de jazidas de minerais e, como substitutivo provisório de preamento de índios; c) o interesse em estabelecer ligações com o litoral norte da província. Essa expansão colonizadora teria

---

[2] De acordo com Azevedo Marques: "JACAREHY (Jacareí) – (...) Foi fundada em 1652 por Antonio Afonso e seus filhos Francisco Afonso, Bartolomeu Afonso, Estevão Afonso e Antonio Afonso, que de São Paulo, com suas famílias e agregados, foram estabelecer-se junto ao rio referido. Foi elevada à vila em 1653 pelo donatário D. Diogo Faro e Sousa, e à cidade por lei provincial de 3 de abril de 1849." MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo. Tomo II.* Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980, p. 08.

[3] A data correta, como pode-se subentender a partir da leitura do texto, seria 1640. Ainda sobre a ligação de cidadãos de Mogi das Cruzes com a criação da primitiva vila que originaria Jacareí, Müller observa que "parece não poder pairar dúvida sobre a correlação entre os dois núcleos", quais sejam, Mogi das Cruzes e Jacareí, já que no documento em que se requeria para se erigir pelourinho em Jacareí constavam vários nomes de residentes de Mogi das Cruzes. Müller, *O fato urbano*..., p. 17.

sido forçada pela conjugação de várias motivações, pois a pressão demográfica não era suficiente, naquele momento, para forçá-la.[4]

Mesmo que a base do processo de devassamento e ocupação do Vale do Paraíba estivesse ligada às "normas habituais da administração colonial de conceder terras aos que se destacavam por serviços prestados à coroa", Müller observa que faz-se necessário reconhecer os fatores que justificaram que "essas concessões tenham sido efetuadas na região". A autora elenca como um exemplo desses fatores a posição geográfica do Vale do Paraíba, que possibilitava comunicações terrestres com o litoral norte, destacando "a coincidência cronológica do devassamento desta área" com o território valeparaibano. Aponta também que, por outro lado, a ausência de uma "economia compensadora" fez com que os paulistas "se predispusessem [...] a se embrenhar pelos sertões", aceitando os "planaltinos o papel de desbravadores, de sertanistas, voltando-se para o Vale do Paraíba" e para seu devassamento articulado à descoberta de minas de ouro.[5] O papel de desbravadores ou sertanistas daqueles que se estabeleceram em Jacareí ficou registrado em anotações no livro de batizados da igreja da vila, em observações nas quais justificava-se a ausência de padrinhos das cerimônias de batizados realizadas por estarem aqueles em viagens para os sertões.[6]

A busca pela descoberta de riquezas, alcançadas no fim daquele século, o XVII, com "a descoberta das Minas Gerais do Cataguas", abriria para o Vale do Paraíba paulista uma "nova etapa na história de sua ocupação e urbanização"[7], em que este se transformaria, a partir de então, "na principal área paulista de abastecimento das Minas Gerais, por ela passando ou dela saindo os mais variados produtos". Assim, se

[4] Müller, *O fato urbano*..., p. 13.
[5] Müller, *O fato urbano*..., p. 13.
[6] Livro de batizados da paróquia de Jacarehy, 1687 (?) – 1712, Cúria Diocesana de S. José dos Campos, citado por PATROCÍNIO, Ana Luíza do. "Homens livres, escravos e senhores no município de Jacareí, de 1840 a 1870." Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 2003, p. 10/11. De acordo com a autora, tais anotações encontradas no livro de batizados da Igreja de Jacareí têm como data aproximada o ano de 1698.
[7] Müller, *O fato urbano*..., p. 19.

inicialmente sua agricultura se restringia à subsistência, com a intensificação do povoamento, embora ainda policultora, expande-se, situação mantida até a segunda metade do século XVIII, quando fatores como o "crescente equipamento" da região das Minas, a concorrência do Rio de Janeiro no abastecimento daquela região, "a retração do mercado mineiro", e mais tarde, a decadência das minas e a consequente "diminuição da capacidade aquisitiva dos habitantes da área da mineração", imporiam "algumas restrições à curva ascendente da vida regional".[8]

Afirmações no mesmo sentido são feitas por Luna e Klein quanto à ocupação da população da capitania de São Paulo como um todo, e não somente do Vale do Paraíba paulista, com a agricultura de subsistência até a descoberta de ouro nas Minas Gerais, e a seguinte transformação da capitania de São Paulo em área de abastecimento da região das Minas. De acordo com estes autores, os paulistas ocupavam uma posição secundária no contexto colonial durante os dois primeiros séculos de colonização por não conseguirem se inserir no complexo exportador. Assim, dedicavam-se "a uma tímida economia de subsistência, baseada na mão-de-obra indígena". Será somente com a descoberta do ouro e com a formação de um amplo mercado no interior da colônia, em áreas relativamente próximas às regiões ocupadas por paulistas, que a agricultura será estimulada na capitania de São Paulo. Seriam esses estímulos provocados por Minas Gerais os responsáveis pela radical transformação da capitania de São Paulo no que se refere à expansão da agricultura e da população, o que acarretou na ampliação da área ocupada, com a formação de novos núcleos urbanos e a consolidação dos já existentes. Somente nesta primeira metade do século XVIII ocorreria a introdução da mão-de-obra

[8] As ideias deste parágrafo foram retiradas de: Müller, *O fato urbano*..., p. 19, 20 e 28.

escrava de origem africana em substituição ao trabalho indígena na capitania de São Paulo, que até então, era insignificante.[9]

Durante todo o século XVIII o Vale do Paraíba terá "sua vida cada vez mais condicionada pelas vias de circulação": ao mesmo tempo que servirá como uma "via de passagem", será "transformado em área abastecedora das Minas Gerais". Enquanto seu curso médio ganha importância como um "amplo corredor de acesso", através das ligações entre as áreas mineradoras e o litoral, surgem "novas possibilidades à ocupação e povoamento da região". Assim, os novos núcleos criados naquele século se prenderiam às vias de circulação, com exceção de Aparecida, e a vida econômica do Vale do Paraíba paulista, como um todo, no século XVIII, "refletia, diretamente, as condições criadas pelas relações com Minas [Gerais]". A transformação do Vale do Paraíba paulista em área subsidiária dos sertões mineiros, na primeira parte do século XVIII, refletia-se na forma como a economia e a sociedade se organizavam nas terras paulistas: o meio rural produzia para o abastecimento daquela área e os núcleos urbanos forneciam-lhes a mão-de-obra. Como conseqüência, as vilas e povoações valeparaibanas "se desfalcaram de população" devido à atração das minas; "as áreas rurais se povoaram" em função da intensa procura de terras para a lavoura; e os núcleos urbanos lucraram, "já que havia mais a quem atender, tanto no meio rural quanto nas Minas".[10]

Se a respeito do desenvolvimento da lavoura na vila de Jacareí não temos maiores informações para os primórdios do século XVIII, o desfalque populacional, apontado por Müller como uma realidade valeparaibana, naquela localidade aparece registrado em relatos feitos sobre a mesma. Descrita em 1717 pelo governador da

---

[9] LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. "Características da População em São Paulo no início do século XIX." In: LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci del Nero da, KLEIN, Herbert S. *Escravismo em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 163/4.
[10] Müller, *O fato urbano*..., p. 20, 25 e 28.

capitania de São Paulo e Minas, o Conde de Assumar, Dom Pedro de Almeida Portugal, como uma vila "bem miserável; porque além de ter poucas casas, quase todas são de palha"[11], após algumas décadas, não passara, ao menos nos aspectos físicos mais gerais, por grandes transformações. É o que se pode depreender dos apontamentos do Conde de Azambuja, D. Antonio Rolim, em correspondência sobre a viagem que fez da cidade de São Paulo à vila de Cuiabá, no ano de 1751: "Daqui [vila de Mogi] fui dormir a uma fazenda dos padres do Carmo e no outro dia a Jacareí, que também é, falando mal, vila. Parece-me terá meia dúzia de casas tão pobres que a Câmara me esperou de capote."[12]

Apesar das mudanças econômicas ocorridas após a metade do século XVIII, já apontadas aqui anteriormente, que levaram o Vale do Paraíba a ir

> "perdendo, gradativamente, seu papel de área abastecedora das Minas, (...) os centros urbanos puderam acusar algum desenvolvimento, mesmo que modesto, graças ao lastro econômico deixado pela primeira metade do século e ao afluxo das populações rurais, que já não encontravam na produção agrícola a mesma motivação."[13]

A segunda metade do século XVIII no Vale do Paraíba paulista será caracterizada pelo desequilíbrio, marcado pelo florescimento de núcleos urbanos e a incapacidade dos mesmos "de poder desenvolver sua economia e suas atividades ou de melhor se equiparem para atender à sua população e à das áreas vizinhas."[14] Mesmo diante de tais dificuldades, Jacareí, ao que parece, conquistará, no período destacado, certo desenvolvimento em sua agricultura, pois ao fim do século XVIII, contrastando com as descrições feitas por aqueles que pela localidade passaram até a primeira metade daquele século, e registraram o acanhamento em que a mesma se encontrava no aspecto

---

[11] *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.* Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, n. 3, 1939. Apud.: LENCIONI, Célio. *Jacareí: viajantes e cronistas.* Aparecida/SP: C. Lencioni, 1991, p. 11.
[12] TAUNAY, Affonso de E. *História das Bandeiras Paulistas. Tomo III.* S/L: Edições Melhoramentos, 2ª edição, s/d. Apud.: Lencioni, *Jacareí: viajantes...*, p. 15.
[13] Müller, *O fato urbano...*, p. 28/9.
[14] Müller, *O fato urbano...*, p. 29.

populacional, agora já registrava a presença da cultura de trigo e da cultura canavieira[15], sendo que nos últimos anos do século (1788 e 1789), apesar da vila manter o número de engenhos de açúcar estável em 56 unidades, teve sua produção aumentada.[16]

Maria Tereza Schorer Petrone afirma que apesar do açúcar no Vale do Paraíba paulista nunca adquirir o "papel que teve na outra área [de produção] de "serra acima", ou seja, no quadrilátero formado por Sorocaba, Piracicaba, Mogi das Cruzes e Jundiaí", teve sua importância nas vilas do norte, mas não teria monopolizado "todas as forças [produtivas] dessa área". De acordo com a autora, com a presença da cana-de-açúcar e do café nas vilas muito pobres e, a maior parte, miseráveis da estrada de São Paulo para o Rio de Janeiro, já identificada nos anos finais do século XVIII, e através das medidas criadas pelo governador da capitania no ano de 1797, a agricultura dessa região como um todo é beneficiada. Citando Eschwege, Petrone aponta que: "Em 1813, o principal comércio das vilas de Mogi, Jacareí, São José, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Lorena, Cunha e São Luiz, era com café, algodão, açúcar, aguardente, tabaco, porcos e gado."[17]

Apesar do certo desenvolvimento da agricultura na região registrado em fins do XVIII, aquela situação de desequilíbrio, apontada por Müller para a segunda metade do século XVIII é sentida pelas povoações na falta de infra-estrutura econômica durante o último quartel do século XVIII, e perduraria até o final do mesmo, quando "um novo

---

[15] Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, v. 87, 31/01/1798, citados por Patrocínio, "Homens livres, senhores e escravos...", p. 12.

[16] PETRONE, Maria Tereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo. Expansão e declínio (1765-1851).* São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, p. 39. De acordo com Petrone, Guaratinguetá, Lorena e Mogi das Cruzes tiveram o número de engenhos aumentado nos anos indicados, enquanto que Jacareí, São Luiz do Paraitinga e Cunha, apesar de não terem o número de engenhos alterado, tiveram a produção de açúcar aumentada.

[17] Petrone, *A lavoura canavieira*..., p. 38 a 41.

elemento viria fornecer-lhes, com juros, o tão necessário elemento de progresso – o café. ”[18]

2. Os primórdios da produção de café no Vale do Paraíba.

De acordo com Emília Viotti da Costa, não seria possível datar com precisão o momento em que se iniciou a produção do café naquelas províncias que se tornariam “os principais centros exportadores desse produto durante todo o Segundo Império”, mas as primeiras informações referiam-se a “uma precária produção do Rio de Janeiro, ainda na época colonial, nos fins do século XVIII.” Apesar desta desenvolver-se rapidamente por encontrar nessas regiões “seu *habitat* ideal”, a ponto de seu cultivo se generalizar, “o resultado das tentativas que se fazem nos arredores do Rio de Janeiro e nas regiões paulistas, onde o agricultor ensaia o plantio de café ao lado do açúcar e do algodão, só se torna significativo pouco tempo antes da independência.”[19]

Tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, a invasão da rubiácea teria se dado em terras que antes eram destinadas à produção açucareira. A sucessão da cultura do açúcar pela do café deu-se, pois, tendo o comércio daquele produto entrado em decadência, São Paulo e Rio de Janeiro, sob domínio da economia dos engenhos a muito menos tempo do que a região norte do Brasil, reajustaram-se rapidamente à nova situação procedendo aquela substituição. Müller observa que, apesar de não estar “bem determinado quando e por onde a cafeicultura foi introduzida no estado de São Paulo”, não há dúvida de que o Vale do Paraíba “se inscreve na fase do pioneirismo da produção da rubiácea em território paulista”, sendo que seu período de difusão foi pela autora dividido em duas etapas: até 1836 para o vale médio, e 1854 para o vale

[18] Müller, *O fato urbano*..., p. 29.
[19] COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia.* São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1998, p. 63/4.

superior.[20] O desenvolvimento gerado pela nova cultura, portanto, não ocorreu de maneira uniforme em todos os municípios. Assim, Lucila Herrmann diferencia os perfis dos municípios valeparaibanos quanto à substituição da cultura da cana pela do café, variando entre os que "aceitaram a substituição (...) quase que sem reservas", e aqueles "onde a invasão dos canaviais, mais intensa, solidificara os "teres" dos indivíduos e permitira à estrutura econômica-social, uma base mais sólida". Entre esses últimos houve uma certa hesitação em aceitar a "invasão em massa dos cafezais", contemporizando a sucessão, substituindo as culturas paulatinamente. Herrmann incluiu Jacareí nessa categoria.[21] No entanto, tal localidade assumirá posição de destaque nos primórdios da implantação da lavoura cafeeira, tanto no Vale do Paraíba paulista como na província como um todo.[22]

Ao passar pela vila de Jacareí ainda no ano de 1822, Auguste de Saint-Hilaire relata que em conversa com um alferes que ali vivia este dissera-lhe que antigamente "ninguém se ocupava, nos arredores de Jacareí, senão da cultura do algodão e da criação de porcos, mas de algum tempo para cá começou-se a plantar muito café." Apesar de não apontar o volume da produção, esta já não devia ser inexpressiva, pois complementa o relato informando os caminhos por onde o produto era exportado: "As exportações fazem-se, ou diretamente pela estrada do Rio de Janeiro ou, muito mais frequentemente, via Santos; e então passam as tropas neste caso por São Paulo, porque de Nhazinha parte uma estrada que encontra a do Cubatão." Sobre a população que

---

[20] Para ilustrar essa controvérsia, Müller cita as diferentes hipóteses aventadas por autores como Alfredo Ellis Jr., Caio Prado Jr., e Taunay. Müller, *O fato urbano...*, p. 29.

[21] HERRMANN, Lucila. *Evolução da Estrutura Social de Guaratinguetá num Período de Trezentos Anos*. São Paulo: IPE-USP, edição fac-similada, 1986, pp. 113/4. Os municípios citados por Lucila Herrmann são: Guaratinguetá, Jacareí, Lorena, Paraibuna, Pindamonhangaba, São José dos Campos, São Luiz , São Sebastião e Ubatuba.

[22] Ao realizar estudo entre os anos de 1777-1829, Luna observa que: "A força transformadora do café, sentida em Areias, e em pequena escala em Jacareí e Lorena, não se fizera sentir nas demais áreas da Capitania no período em estudo." LUNA, Francisco Vidal. "Características demográficas dos escravos de São Paulo (1777- 1829)." In: LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci del Nero da, KLEIN, Herbert S. *Escravismo em São Paulo e Minas Gerais.* São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 96.

vivia por essas paragens, Saint-Hilaire observa que os traços indígenas lhes são muito pronunciados, mais do que nos habitantes dos lugares por onde já passara, e que esses descendentes de índios "são muito pobres para comprar muitos escravos", sendo a presença de mulatos rara na região ("Tão comuns são os mulatos na Capitania de Minas, quanto raros nesta região").[23] Apesar do olhar do viajante sugerir-nos que não fora essa última a mão-de-obra empregada no período inicial do cultivo cafeeiro em Jacareí, ao menos não em larga escala, a posse de escravos em tal localidade, desde o final do século XVIII até o final da década em que Saint-Hilaire por aqui peregrinou, assumira uma escala ascendente, especialmente a partir do século XIX. Além disso, vemos tal localidade se inserindo no mesmo modelo de perfil demográfico encontrado em outras "áreas dedicadas ao cultivo de produtos para exportação, como açúcar e café", na capitania, depois província, de São Paulo, com um aumento gradativo, mas persistente "na participação de adultos do sexo masculino" identificado no período entre 1777 e 1829.[24] Assume, portanto, ainda na década de 1820, um perfil de posse de mão-de-obra voltada para o cultivo de café com vistas à exportação do produto.

---

[23] SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975, p. 79/81 e 92/3. Conforme aponta Benedicto Sérgio Lencioni, Spix e Martius, ao descreverem a flora de Jacareí no ano de 1817, não fazem referência ao café. E continua: "Embora não observada pelos viajantes, Spix e Martius o café, introduzido no Vale, já se plantava em Jacareí. É o que registra Monsenhor Pizarro (Memórias Históricas do Rio de Janeiro, 1822): Jacareí exporta por São Sebastião e por Santos abundante café e fumo: e por terra muita porcada." LENCIONI, Benedito Sérgio. "Considerações sobre o problema do negro em Jacareí; período de 1695 a 1955." In: *Revista História, Gentes e Cousas de Minha Terra*. Jacareí-SP: Gráfica Status, 1979, p. 212.

[24] LUNA, "Características demográficas...", p. 96/7.

Tabela 1: Total de escravos e razão de masculinidade na vila de Jacareí e Vale do Paraíba, a partir dos censos realizados nos anos de 1777, 1804 e 1829.

	CENSO UTILIZADO			1777		1804		1829	
LOCALIDADE	1777	1804	1829	NÚMERO	RAZÃO (1)	NÚMERO	RAZÃO (1)	NÚMERO	RAZÃO (1)
VALE DO PARAÍBA				3794	128.3	6979	127.2	16593	173.7
JACAREÍ	1777	1804	1829	305	94,3	494	93,7	1298	155

(1) O cálculo da razão de masculinidade baseou-se nos escravos com sexo discriminados.
Fonte: Luna, "Características demográficas...", p. 114/5. Tabela criada a partir das Listas Nominativas dos Habitantes, do Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo.

Citando Marcílio e Motta, Renato Leite Marcondes confirma-nos que o cenário a nós revelado por Saint-Hilaire ao dissertar sobre a mão-de-obra inicialmente utilizada em Jacareí no plantio do café traduzia uma realidade regional ao afirmar que o "desenvolvimento da cultura cafeeira no vale revelou, de início, a participação pioneira dos não-proprietários de escravos", e que os maiores escravistas se envolveram em larga escala na produção desta cultura "quando a cafeicultura deixou de representar uma ocupação promissora e passou a constituir efetivamente uma opção de investimento rentável".[25] Assim, a produção cafeeira no Vale do Paraíba paulista, nas primeiras décadas do século XIX, se distribuiu "por um variado leque de cafeicultores dos mais

[25] Para validar sua afirmativa, Marcondes acrescenta em seguida dados de pesquisas empíricas de sua autoria e de pesquisadores da FEA-USP: "Em Bananal, centro cafeeiro de grande importância em 1829, os detentores de dez ou mais cativos já respondiam por 81,3% do conjunto da produção cafeeira (cf. Motta e Nozoe, 1994: 308). Todavia, os não possuidores de escravos continuavam a participar dessa produção com uma parcela pequena (3,2%). Notamos uma participação ainda maior desse contingente na vila de Lorena, alcançando 15% do total em 1829 (cf. Marcondes, 1998: 73)." MARCONDES, Renato Leite. "A propriedade escrava no vale do Paraíba paulista durante a década de 1870." *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 29, 2002, p. 53. As obras citadas pelo autor são: MARCÍLIO, Maria Luíza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836.* São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000, p. 108. MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira.* Lorena: Stiliano, 1998, s/p. MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829).* São Paulo: Annablume/Fapesp, p. 49/50. _____ & NOZOE, Nelson Hideiki. 1994. "Cafeicultura e Acumulação." *Estudos Econômicos.* São Paulo, v. 24, n. 2, mai./ago., p. 253-320.

variados portes: desde os não-proprietários de escravos até os possuidores de plantéis com mais de uma centena de elementos." [26]

Em trabalho em que analisa as características demográficas da população escrava em 25 localidades da capitania, depois província, de São Paulo, num período de aproximadamente 50 anos, qual seja, da passagem do século XVIII para o XIX (1777-1829), Francisco Vidal Luna observa que no ano de 1829, o café, produto que se tornaria o principal da economia paulista na segunda metade do século XIX, encontrava-se ainda em fase inicial.

> "Nesse ano [1829], entre as 25 localidades, apenas na vila de Areias, localizada no Vale do Paraíba, o café consolidara-se efetivamente. Em Jacareí e Lorena, a produção avançava, mas em menor escala. Nas demais, ocorriam cultivos esparsos, com pouca representatividade em termos da produção e força de trabalho." [27]

Assim, ao final da terceira década do século XIX, a força transformadora do café era sentida em poucas localidades da província de São Paulo, como em Areias, e em menor escala em Jacareí e Lorena.[28] Ao observarmos a posse da mão-de-obra escrava nas três localidades valeparaibanas citadas, podemos vislumbrar as diferenças que caracterizavam a organização da lavoura cafeeira entre as mesmas no ano de 1829: a grande superioridade numérica de escravos encontrados em Areias em relação à 2ª colocada, Lorena, e desta última em relação à 3ª colocada, Jacareí; e o perfil dessas populações escravas, com destaque para a razão de masculinidade de Areias, em muito superior às duas outras localidades apontadas, que se assemelham nesse quesito.

---

[26] Marcondes, "A propriedade escrava...", p. 52.
[27] Luna, "Características demográficas...", p. 94.
[28] Luna, "Características demográficas...", p. 96.

Tabela 2: Total de escravos e razão de masculinidade nas vilas de Areias, Lorena, Jacareí e no Vale do Paraíba, a partir dos censos realizados nos anos de 1777, 1804 e 1829 (1)

	CENSO UTILIZADO			1777		1804		1829	
LOCALIDADE	1777	1804	1829	NÚMERO	RAZÃO (2)	NÚMERO	RAZÃO (2)	NÚMERO	RAZÃO (2)
VALE DO PARAÍBA				3794	128.3	6979	127.2	16593	173.7
AREIAS (LORENA, 1817)			1829					5597	217.8
JACAREí	1777	1804	1829	305	94.3	494	93.7	1298	155.0
LORENA (GUARATINGUETÁ, 1788)		1804	1829			1867	128.0	2546	167.7

(1) Várias localidades foram criadas ao longo do período estudado. Nesses casos colocou-se o ano da criação e a localidade de origem. Normalmente os dados na nova vila constavam, até o ano anterior à sua criação, na Lista Nominativa dos Habitantes da Vila da qual se originou.
(2) O cálculo da razão de masculinidade baseou-se nos escravos com sexo discriminados.
Fonte: Luna, "Características demográficas...", p. 114/5. Tabela criada a partir das Listas Nominativas dos Habitantes, do Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo.

3. O desenvolvimento da lavoura cafeeira em Jacareí (1830/1850)

Na década de 1830, Jacareí conseguirá manter, juntamente com a pioneira Areias, posição entre as maiores localidades produtoras de café na província paulista. Para o ano de 1836, Sérgio Milliet registra as seguintes localidades, com suas respectivas produções, como as maiores da zona norte[29]: Areias (102.797 arrobas), Bananal (64.822 arrobas), Pindamonhangaba (62.628 arrobas) e Jacareí (54.004 arrobas).[30] "O café, indiscutivelmente, já era o produto mais importante, responsável

[29] O termo zona norte aqui empregado é definido a partir da classificação da província, depois estado de São Paulo, em zonas, utilizado por Sérgio Milliet em seu livro "Roteiro do Café". MILLIET, Sérgio. *Roteiro do Café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil.* São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1982.

[30] Milliet, *Roteiro do Café...*, p. 41. Lorena registrou no ano de 1836 uma produção de 33.649 arrobas de café, ficando atrás, além de todas as localidades citadas no texto, de São Sebastião, também pertencente à zona norte. Assim, aquela vila apontada por Luna como uma das três pioneiras na produção de café em

pelo papel econômico, social e político do Vale do Paraíba paulista."[31] Jacareí ocupava, portanto, a posição de 4ª maior produtora de café da zona norte e de 5ª na província de São Paulo, ultrapassada pela produção de Parnaíba, na zona central, de 55 mil arrobas, ao se considerar a produção da província como um todo, e não somente a da zona norte.[32]

Duas décadas mais tarde (1854), a situação de Jacareí, se alterara um pouco: apesar de ter uma produção cinco vezes maior em relação à registrada na década de 1830, perdera uma posição no *ranking* de produtividade do Vale do Paraíba paulista. As localidades que assumem as primeiras posições de produtividade na lavoura cafeeira na província paulista, com suas respectivas produções, ainda são municípios da zona norte: Bananal (554.600 arrobas); Areias (386.094 arrobas); Taubaté (354.730 arrobas); Pindamonhangaba (350.000 arrobas) e Jacareí (240.010 arrobas). Jacareí ocupa a posição de 5ª maior produtora de café da zona norte, assumindo a 6ª colocação na província quando consideramos a produção da província como um todo, ultrapassada por Campinas, localizada na zona central, que naquele ano produziu 335.550 arrobas.[33]

Se observarmos as localidades que despontaram nos primórdios da produção de café no Vale do Paraíba paulista, quais sejam, Areias, Lorena e Jacareí[34], perceberemos que, com exceção da primeira, as outras duas não conseguiram manter aquele impulso pioneiro registrado no final da década de 1820. A partir da análise da tabela 2, pode-se perceber que tais localidades possuíam características bastante distintas no que se refere à posse de mão-de-obra escrava, e esta peculiaridade provavelmente influenciou fortemente nesse período inicial de estabelecimento da lavoura cafeeira nas localidades

---

toda a província no ano de 1829, menos de uma década depois, ocupa a 6ª posição de produtividade na zona norte. Manterá a mesma posição no ano de 1854, com uma produção de 125 mil arrobas.

[31] Petrone, *A lavoura canavieira*..., p. 41.

[32] Milliet, *Roteiro do Café*..., p. 48.

[33] Milliet, *Roteiro do Café*..., p. 41 e 48.

[34] Conforme apontado por Luna, "Características demográficas...", p. 94.

citadas. A tentativa empreendida por Jacareí de se firmar como uma grande produtora de café na região até a década de 1850[35] deu-se em meio a grandes mudanças pelas quais a vila, depois cidade, estava passando: desmembramento de uma parte de seu território e diminuição populacional quando Santa Branca alcança o *status* de freguesia (1841) e depois vila (1856); mudança de sua condição de vila para cidade (1849); além das transformações que o desenvolvimento da lavoura cafeeira causaram naquela localidade, como atração de inúmeras pessoas, ricos e pobres, livres e escravos. Ao nos debruçarmos ao estudo das décadas em que Jacareí conseguiu manter-se entre as maiores produtoras de café na província de São Paulo, quais sejam, as décadas de 1830 a 1850, captamos a vila, depois cidade, em movimento, contrastando com um certo marasmo transmitido através dos olhares estrangeiros que nela pousaram suas vistas até a década de 1820.[36]

Restringindo nossa análise ao período em que se deu o maior crescimento da lavoura cafeeira na área pesquisada (entre as décadas de 1830 e 1850), constatamos que Jacareí passou a partir da década de 1830 por transformações territoriais que podem ter influenciado a estabilidade e o crescimento da produção de café na localidade.

Do território original da vila de Jacareí, de cerca de 2555 km^2, na sua elevação a esse *status*,[37] ainda no século XVII, ao longo dos próximos dois séculos (XVIII e XIX) desmembraram-se 3 localidades, restando menos de 1/5 no XIX, 453 km^2: São José dos Campos (1118 km^2), elevada a vila ainda no século XVIII (1767); Paraibuna (714 km^2),

---

[35] Patrocínio, "Homens livres, senhores e escravos...", p. 14.

[36] Refiro-me aqui às descrições feitas sobre a vila de Jacareí pelos portugueses Conde de Assumar (1717) e Conde de Azambuja (1751), e pelo francês Auguste de Saint-Hilaire (1822), citadas anteriormente neste trabalho.

[37] "Os limites da Vila atingiam os de Taubaté, Guacatuba, Mogi das Cruzes e quatro léguas para o lado norte, chamado sertão. A descrição, contudo, não oferece elementos precisos para se estabelecerem as divisas." LENCIONI, Benedito Sérgio. *Jacareí e as questões controvertidas.* Aparecida/SP: B. S. Lencioni, 1994, p. 69.

elevada a freguesia em 1812[38] e a vila em 1832[39]; e Santa Branca (270 km^2), elevada a freguesia em 1841 e a vila em 1856.[40]

Desta forma, se os dados coligidos por Milliet a respeito da produção cafeeira em Jacareí só aparecem separados dos de Santa Branca no levantamento do ano de 1886, isso ocorre devido ao fato de que nas datas anteriores em que os mesmos foram levantados (1836 e 1854) esta localidade ainda não havia alcançado, até então, o *status* de vila, o que ocorreu somente no ano de 1856.

Já os dados da produção cafeeira de São José dos Campos e Paraibuna desde 1836 são apresentados por Milliet separadamente aos de Jacareí devido ao fato de ambas as localidades terem sido desmembradas desta última em data anterior ao primeiro levantamento apresentado por Milliet, como anteriormente citamos. No entanto, ao menos no que diz respeito a São José dos Campos, a instabilidade na manutenção dos limites estabelecidos entre esta e Jacareí, na metade do século XIX, pode revelar disputas territoriais existentes entre as duas localidades em função, justamente, da produção cafeeira.

Entre os anos de 1850 e 1852, as divisas entre Jacareí e São José dos Campos foram alteradas em benefício do "município-mãe", provavelmente devido a "ação de jacareienses importantes na época".[41] O poder político e econômico de Jacareí frente a São José não foi suficiente para manter as novas divisas[42], mas nas décadas posteriores ocorreu uma série de desmembramentos de fazendas de

---

[38] Lencioni, *Jacareí e as questões*..., p. 71.
[39] Marques, *Apontamentos Históricos*..., p. 140.
[40] Lencioni, *Jacareí e as questões*..., p. 71 e 109. Com as sucessivas divisões territoriais, as novas divisas eram estabelecidas pelos acidentes geográficos, e Lencione credita a isso uma possível explicação para o fato de, alguns municípios possuírem área maior do que as daqueles que lhes deram origem, como ocorreu com São José dos Campos e Paraibuna ao se desmembrarem de Jacareí. Lencioni, *Jacareí e as questões*..., p. 66/7.
[41] Lencioni, *Jacareí e as questões*..., p. 104.
[42] Lencioni, *Jacareí e as questões*..., p. 104.

> "pessoas influentes, que de São José dos Campos, passaram para o nosso território [Jacareí]. Em 12 de abril de 1864 (Lei n. 11), anexou a fazenda do Barão de Santa Branca. Em 16 de março de 1866 (Lei n. 18), foi a fazenda denominada Varadouro, de José Candido Alves Porto anexada; porém a Lei número 27, de 21 de março do mesmo ano, revogou a de número 18, voltando, portanto, a ficar no território de São José. A lei de n. 92, de 15 de maio de 1876, desanexou parte da fazenda de Fabiano Martins Alves Porto Junior. A lei n. 2, de 5 de fevereiro de 1887, transferiu para o município de Jacareí, desligando do de São José dos Campos, as fazendas Varadouro e Santo Antonio do Varadouro, pertencentes a José Candido Alves Porto, d. Deolinda Alves Porto de Siqueira, Joaquim Martins de Siqueira, Dr. Joaquim Ribeiro de Mendonça e outros."[43]

Nas primeiras páginas de seu trabalho em que analisa histórica e demograficamente a expansão cafeeira no estado de São Paulo Milliet alerta-nos da dificuldade de se proceder análises comparativas das mesmas unidades territoriais "em virtude da contínua modificação das unidades territoriais estatísticas."[44] Assim, apesar de conservarem os mesmos nomes, através de divisões territoriais os municípios se multiplicaram, somaram mais áreas e/ou perderam outras, e por isso "não constituem mais uma base segura para um estudo dinâmico." [45]

Diante de tal alerta, como devemos observar os dados da produção cafeeira e de população referentes à Jacareí?

Primeiramente que os dados relativos à produção de café em Jacareí no ano de 1836 referem-se a um momento em que esta vila contava, ainda, com a área que futuramente seria desmembrada como vila de Santa Branca (270 km^2), e que, portanto, para mantermos a mesma área sob análise, os dados referentes à Jacareí precisam ser sempre somados aos de Santa Branca, formando as duas localidades juntas aquilo que Milliet denominou como "unidade estatística".

No que se refere às estatísticas demográficas, a queda dos números relativos à população sofrida por Jacareí entre os anos de 1836 e 1854, de 8227 habitantes (1836)

---

[43] Lencioni, *Jacareí e as questões...*, p. 105.
[44] Milliet, *Roteiro do café...*, p. 07.
[45] Milliet, *Roteiro do café...*, p. 08.

para 6109 habitantes (1854), ocorrida com o desmembramento de Santa Branca em 1841, que se tornaria freguesia com uma população de 3752 indivíduos,[46] pode sugerir que o aumento de produtividade da lavoura cafeeira em Jacareí, constatado através da comparação entre os números referentes aos anos de 1836 e 1854 coligidos por Milliet, deve ter se dado através de um aumento significativo na quantidade de mão-de-obra e/ou de áreas empregadas neste cultivo, pois a produção de café nesta localidade, neste intervalo de tempo apontado, aumentou 444% diante de uma queda populacional de 25,75%. Ao pesquisar sobre a presença de trabalhadores livres, escravos e senhores em Jacareí durante os anos de 1840 e 1870, Ana Luíza Patrocínio apresenta-nos informações que poderiam nos auxiliar a corroborar ambas as possibilidades ao identificar um grande contingente populacional adentrando a localidade em busca da riqueza proporcionada pela cultura do cafeeiro ou das oportunidades por ela criadas[47], e a possível falta de terra para o plantio de alimentos para subsistência representada através da escassez de alimentos módicos[48].

O burburinho dos indivíduos de condições materiais tão diversas que adentravam a região valeparaibana e, consequentemente, Jacareí na busca da riqueza proporcionada pela cultura do cafeeiro, das oportunidades por ela criadas ou simplesmente para trabalhar como mão-de-obra escrava, é percebido mais fortemente entre os trabalhadores livres. Se médicos e fazendeiros buscavam investimentos na nova região, para ela se dirigiam também lavradores à procura de trabalho, e eram levados escravos para trabalhar na lavoura. Desta forma, em estudo realizado para identificar a entrada de distintos grupos sociais em Jacareí no período de desenvolvimento da lavoura cafeeira no Vale do Paraíba, a presença dos mesmos será retratada através de

---

[46] Milliet, *Roteiro do café...*, p. 40.
[47] "São lavradores à procura de trabalhos, médicos e fazendeiros investindo na nova região e aqui se establelecendo, e escravos sendo trazidos para trabalhar na lavoura." Patrocínio, "Homens livres, senhores e escravos...", p. 18.
[48] Patrocínio, "Homens livres, senhores e escravos...", p. 21.

fontes documentais bastante distintas entre si. Ao pesquisar, entre outros documentos, os Ofícios Diversos do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), principalmente uma série referente à década de 1840, Ana Luíza Patrocínio pôde vislumbrar através das "queixas das autoridades municipais" aos seus respectivos órgãos superiores no governo da província a entrada de "pessoas certamente sem recursos que vendiam sua mão-de-obra a fazendeiros ou viviam de seus misteres na esperança de melhor se estabelecer [*sic*] na região".[49]

Numa sociedade em que a cúpula da pirâmide social era composta pelos grandes fazendeiros e a base pelos escravos, nas camadas intermediárias figuravam grupos muito diversos entre si, entre os quais "os demais cafeicultores, proprietários ou cultivadores em terra alheia, meeiros, negociantes da cidade, profissionais liberais, funcionários, artífices, comerciantes de beira de estrada estabelecidos, ambulantes e jornaleiros."[50] Entre os mais pobres que migraram para a região valeparaibana da província de São Paulo no período de estabelecimento da lavoura cafeeira, Alves Motta Sobrinho cita:

> "Entre os menos possuidores estavam os negociantes de beira de estrada, alguns, receptadores dos furtos de escravos. Prosperaram enquanto tiveram tropas para servir. Havia, ainda, os que viviam de seu jornal da roça, jornaleiros, sem eira nem beira, e que não se fixavam por muito tempo.
>
> Posseiros e pequenos sitiantes, absorvidos pela grande lavoura de café, trabalhavam e produziam ao sabor das conveniências dos senhores."[51]

Entre aqueles que compunham a grande fatia intermediária, Patrocínio encontrou na troca de correspondências entre autoridades de Jacareí e seus superiores nos seus respectivos órgãos de comando na capital da província de São Paulo alguns dos perfis desses indivíduos despossuídos, percebidos como perturbadores da ordem, e por isso

---

[49] Patrocínio, "Homens livres, senhores e escravos...", p. 12.
[50] SOBRINHO, Alves Motta. *A civilização do café*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978, p. 74.
[51] Sobrinho, *A civilização*..., p. 77.

citados na referida documentação.[52] Sobre a elite que adentrava a localidade, a historiadora pode perceber quem a compunha, o que a motivava a buscar essas paragens (opção de investimento ou para assumir a nomeações para cargos públicos), seus deslocamentos entre vilas e regiões, a relação existente entre esses "deslocamentos com os casamentos da elite", o aumento no número de pessoas com renda razoável, entre outras questões.[53] Procedendo uma análise qualitativa sobre a entrada desses distintos grupos sociais na localidade estudada, será sobre a população escrava que Patrocínio apresentará números demonstrativos de um possível aumento significativo de sua presença em Jacareí, justamente na década de 1850, aquela em que a cidade ainda conseguia assegurar a última posição entre as cinco maiores produtoras de café da zona norte da província de São Paulo, e a 6ª posição quando considerada a produção da província paulista como um todo. Utilizando-se de fontes diversas, a historiadora constrói a seguinte tabela:

[52] Patrocínio, "Homens livres, senhores e escravos...", p. 26 a 29.
[53] Patrocínio, "Homens livres, senhores e escravos...", p. 38 a 42.

Tabela 3: A evolução do número de escravos em Jacareí (1816-1872)

Anos	Quantidade
1816	84
1825	864
1831	898
1836	1996
1855	2435 (?)
1870	1592
1872	1574

Fonte: Patrocínio, "Homens livres, senhores e escravos...", p. 46. A tabela foi confeccionada pela autora "a partir dos dados coletados nas seguintes fontes: Maços Populacionais, Relatórios Provinciais e Recenseamento Imperial, conforme anos assinalados, AESP" (atual APESP).

No entanto, imprecisões contidas nas fontes, apontadas por Patrocínio, continuam a alimentar as dúvidas sobre o perfil da lavoura cafeeira no município na década de 1850, isso porque os dados referentes à fonte utilizada para o ano de 1855, o Relatório Provincial, apresenta contradições: ao contabilizar os dados populacionais da cidade cita a existência de cerca de 1479 escravos, enquanto que nas Estatísticas Rurais do Município, que integravam o mesmo documento, esses aparecem em número muito maior - 2435 elementos. Tal diferença, de acordo com Patrocínio, "talvez se explique pela presença do tráfico ilegal", e por este motivo, em sua dissertação a historiadora adotou o número maior. Nós, no entanto, não podemos fazer uma opção, afinal, tal escolha acarretaria numa mudança de perfil significativa da localidade estudada: o dado menor (1479 escravos) apontaria para uma redução da população escrava da localidade no ano de 1855 a um número menor do que o empregado nos primórdios daquela cultura na localidade (para o ano de 1836, utilizando-nos dos dados da tabela 3, o

número de escravos registrado na localidade era de 1996 cativos), enquanto que o dado maior ajudaria a explicar mais facilmente o crescimento da produção de café no município no período entre 1836 e 1854.

Se os dados que ajudariam a explicar a hipótese do aumento da mão-de-obra escrava empregada na lavoura cafeeira e a influência deste fator no aumento da produção de café registrado em Jacareí entre as décadas de 1830 e 1850 são incertos, a percepção de um grande contingente populacional adentrando a vila de Jacareí, apontada por Patrocínio, sinaliza um certo movimento na localidade em torno da lavoura cafeeira e permanece como um indício de que, ao menos naquele momento, aquela atividade econômica tinha o poder de atrair, mesmo que não conseguisse absorver, a mão-de-obra livre, assim como a uma certa elite que buscava a localidade para investir na atividade citada e, provavelmente, não iria prescindir da principal mão-de-obra empregada nesta. Além disso, não podemos ignorar a outra hipótese, de que tal aumento de produção possa ter se dado também pelo aumento de áreas destinadas ao cultivo da rubiácea. A percepção de tal prática não escapou ao olhar estrangeiro de Von Tschudi, que ao percorrer as regiões cafeeiras na década de 1860 "assinalava que os altos preços atingidos pelo café haviam seduzido os fazendeiros que aumentavam os cafezais em detrimento de outras lavouras."[54] E a respeito de que essa prática tenha possivelmente ocorrido em Jacareí, Patrocínio levanta-nos indícios quando expõe-nos à questão dos alimentos módicos que perpassa a documentação por ela pesquisada a respeito desta localidade.

Presente também nos Ofícios Diversos, o problema dos "*alimentos módicos*, ou "*alimentos que não são caros*" surge "de forma bem específica na documentação" a partir da segunda metade da década de 1840, mas se torna mais agudo "em fins da

[54] Costa, *Da Senzala*..., p. 180 e COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Editora Unesp, 2007, p. 214.

década de 1850 e início da década de 1860". Mas o que seriam, exatamente, os tais alimentos módicos? Seriam "alimentos fáceis de conseguir entre a gente pobre, ou que já faziam parte de sua dieta há muito. São eles, conforme, os Ofícios Diversos de 04/08/1854 farinha, feijão, toucinho, arroz e sal."[55]

O problema em relação aos alimentos módicos apontados na documentação pesquisada por Patrocínio é citado em três dos Ofícios Diversos, respectivamente nos anos de 1849, 1857 e 1859, e aparece de forma diferente em cada um deles. No primeiro (1849), o delegado da cadeia reclama por não estar conseguindo-os, e por isso teme um levante dos presos; no segundo (1857), não se reclama da falta de tais alimentos, mas sim do "súbito aumento dos preços [dos mesmos] na região", a ponto da Câmara local comunicar o governo da província que pretendia nomear uma comissão para estudar a questão; já no terceiro (1859), além da Câmara reclamar da escassez dos alimentos que não são caros, problema apontado pelo delegado da cadeia uma década antes, ainda observa a dificuldade de se encontrar "trabalhadores que quisessem ganhar 1$000 ao dia", o que fez com que "se remetesse à discussão se existiria ou não uma escassez de mão-de-obra, ou se haveria ou não um súbito aumento dos *alimentos módicos*."[56]

Ao tratar do problema da alta de preços dos gêneros de primeira necessidade ocorrido entre 1855 e 1875, Emília Viotti da Costa observa que a carestia não era registrada somente em São Paulo, Minas e Rio, ou seja, nas províncias produtoras de café.

> "Era uma queixa geral atingindo o país de norte a sul e dando origem a estudos e pesquisas, preocupando políticos e as autoridades administrativas. Os relatórios dos presidentes de província eram unânimes em referir a alta que atingira a todos os setores da produção agrícola nacional. O fato era localizado nas câmaras, onde se discutiam suas prováveis soluções."[57] `

[55] Patrocínio, "Homens livres, senhores e escravos...", p. 21.
[56] Patrocínio, "Homens livres, senhores e escravos...", p. 21/2.
[57] Costa, *Da Senzala*... p. 180.

Assim, mesmo que não se tenha encontrado as atas de câmara de Jacareí, documentação privilegiada para o estudo da questão da alta de preços dos gêneros de primeira necessidade, como foi apontado por Emília Viotti da Costa no excerto acima, nos Ofícios Diversos sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo, pesquisados por Patrocínio, ficou registrada a questão dos alimentos módicos. Nestes, além de encontrarmos indícios de que em Jacareí também houve aumento das áreas destinadas ao cultivo do cafeeiro em detrimento daquelas onde se produzia gêneros de primeira necessidade, já vislumbramos no fim da década de 1850 dificuldades para obtenção de mão-de-obra na agricultura.[58]

Neste mesmo momento, como se poderá perceber pela leitura de um excerto de um ofício datado de 1857, a produção de café já demonstrava sinais de estagnação, e de acordo com as autoridades municipais, as causas poderiam ser atribuídas à "falta de conhecimento prático" para lidar com aquela lavoura, e de "mão-de-obra". Os problemas apontados motivaram às autoridades municipais a solicitarem a vinda de colonos alemães para a cidade, mão-de-obra esta de nacionalidade que já se podia encontrar em outra localidade do Vale do Paraíba.

> "A indústria agricola é a mais importante. Tem pouco comércio. Calcula-se entre 150$ e 160$ arrobas de café nos últimos 3 anos. Não progride e parece estar estacionando. A causa é a falta de conhecimento prático e a falta de mão-de-obra. Reclama-se o ensino da indústria agrícola e pede-se também que venham colonos da Alemanha, os melhores para trabalhar com os lavradores e ensinar-lhes novos hábitos."[59]

De acordo com Emilia Viotti da Costa, em correspondência entre o delegado de Lorena e o presidente da província de São Paulo, datada de 02 de dezembro de 1857,

---

[58] Patrocínio, "Homens livres, senhores e escravos...", p. 21.
[59] O documento referenciado seguir foi citado por Patrocínio, "Homens livres, senhores escravos...", p. 43. APESP, Ofícios Diversos de Jacarehy, 07/11/1857,

pode-se constatar que havia naquela localidade, na fazenda de José Novais da Cunha, "um total de 64 colonos alemães pelo sistema de parceria", e que no Vale do Paraíba, à "exceção de algumas fazendas situadas na zona de Taubaté e Lorena", haverá uma certa indiferença a essas novas experiências que se faziam sob o sistema de parceria. Tal sistema vinha passando por algumas transformações devido às vivências já efetivadas em outras áreas, "sob outras pressões e necessidades" diferentes das encontradas em terras valeparaibanas, "onde as plantações de café haviam se desenvolvido, até então, graças ao braço escravo".[60] Perto de Lorena, apesar florescimento inicial da colônia implantada por José Novais da Cunha em Mato Dentro, já com modificações em relação ao sistema de parceria adotado pelo senador Vergueiro, a mesma, "depois das primícias enganadoras do sucesso, fracassou, com café e tudo."[61] Aquela autora informa ainda que a Administração Provincial promovera um inquérito junto aos fazendeiros e delegados de polícia em vários anos entre 1853 e 1857, "indagando sobre a situação da colônia de parceria", e que através de tal documentação, que se encontra parcialmente no Arquivo Público do Estado de São Paulo, pode-se verificar que entre várias localidades em que não havia colônias de parceria citadas pela autora, no Vale do Paraíba essas também inexistiam em São José do Paraíba (atual São José dos Campos), Jacareí e Bananal.[62]

A instabilidade pela qual passava a principal atividade econômica do município a partir da década de 1850, e a dificuldade para se estabelecer como produtora de café parecem se refletir em dois relatos que sobre Jacareí são feitos nas décadas seguintes. No ano de 1854, quando sua produção de café ainda figurava na 5ª posição entre as localidades de maior produtividade da zona norte e a 6ª maior da província, posição

---

[60] Costa, *Da Monarquia...*, p. 211.
[61] Sobrinho, *A civilização...*, p. 76. Mantivemos aqui a denominação "colônia", conforme utilizada por Alves Motta Sobrinho, para se referir à experiência de sistema de parceria efetivada em Lorena.
[62] Costa, *Da monarquia...*, p. 211/2.

perdida para Campinas, na zona central[63], Jacareí é descrita no diário de viagem do fazendeiro paulista Manoel Elpídio Pereira de Queiróz de forma negativa quando comparada com aquela localidade que a ultrapassara na produção de café :

> "... huma Cidade bem inferior a Campinas, posto que tenha maior número de casas de sobrado, pois só na Rua Direita contei 9; a Cidade he situada na margem direita do Parahiba, n'uma baixa colina, tendo para outro lado hum vargedo, que com qualquer chuva pode dar prejuízo aos moradores.Tem a Igreja Matriz, o Rosario e a Igreja do Bom Successo, sem fallar em huma capella nova que está cituada na estrada do Rio e que he da invocação de S. Cruz. As duas últimas igrejas não merecem menção, por serem insignificantes; a matriz o exterior não corresponde ao interior, pois tem a Capella mór bem dourada e 2 altares lateraes também dourados. A cadeia tem bastante frente, 9 janellas; porem, com pouco fundo, só tem espasso de 2 janelas, estas fazem frente para a Rua Direita e aquellas para a Rua da Cadeia.(...) Pouco ou nem hum café se vê na beira do caminho, porem aos lados, nas fraldas das serras já se vê grandes cafesaes."[64]

Apesar dos indícios de que a principal atividade economia do município já enfrentava dificuldades no final da década de 1850[65], no cenário retratado na década seguinte (1860) através do relato de Augusto Emílio Zaluar vislumbramos a localidade renascendo devido a um recente desenvolvimento da lavoura e comércio locais, e descrita de forma a enaltecer os sinais da riqueza material produzidos pelo café[66],

---

[63] Afirmação feita a partir dos dados de Milliet, *Roteiro do Café...*, p. 41 e 48.

[64] Tal descrição encontra-se como um apêndice do livro citado. Trata-se de um trecho extraído do diário de viagem daquele fazendeiro, quando o mesmo realizava sua primeira viagem a cavalo à Corte como tropeiro levando animais para vender. QUEIROZ, Carlota Pereira de. *Um fazendeiro paulista no século XIX*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1965, p. 46 e 94.

[65] Esta afirmação é feita com base no seguinte documento, citado por Patrocínio, "Homens livres, escravos e senhores...", p. 43. APESP - Ofícios Diversos de Jacarehy, 07/11/1857.

[66] Ao falar sobre os sinais da riqueza material encontrados na cidade de Bananal nos dias de hoje, Sheila Siqueira de Castro Faria aponta: "Nas fazendas da região, a sensação é mais ou menos a mesma. Em algumas, entretanto, principalmente naquelas, cujos proprietários tentam restaurar as marcas do passado, os contornos da antiga riqueza e opulência aparecem com todo o seu esplendor. Deixa-se, com isto, entrever uma ostentação de riqueza poucas vezes encontrada em outras regiões, mesmo ricas. O Nordeste açucareiro colonial, por exemplo, não se preocupou tanto em demonstrar nas casas e seus apetrechos o *status* econômico-social dos proprietários. A rusticidade caracterizava as residências, até mesmo dos mais enriquecidos. Esta diferenciação diz respeito mais à época do que ao tipo de produto. O café não fazia o proprietário demonstrar sua riqueza mais do que o açúcar. O que fazia era a época, o século XIX." FARIA, Sheila Siqueira de Castro. "Fortuna e Família em Bananal no Século XIX." In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de Castro e SCHNOOR, Eduardo. *Resgate. Uma janela para o Oitocentos. Ensaios*. Rio de Janeiro: Toopbooks Editora, 1995, p. 65/6. Em Jacareí, as construções do Barão de Santa Branca (demolido) e o solar de Gomes Leitão (atual MAV – Museu de Antropologia do Vale do Paraíba),

traduzidos na arquitetura. Aquele também narra, sem utilizar-se de dados estatísticos, que nos últimos anos aquela "povoação" passara por um aumento no número de seus habitantes que fizera com que fosse elevada a cidade (1849), resultado do recente desenvolvimento de sua lavoura e comércio.

> "Entremos finalmente em Jacareí e saudemos o desenvolvimento animador desta nascente e pitoresca povoação.
>
> (...)
>
> O que mais notável salta a vista à quem passando algumas poucas ruas, entra no largo principal, é a magnífica matriz, acabada de reparar e aumentada de novo, e que em grandeza e gosto arquitetônico tem, depois da de Pindamonhangaba, o primeiro lugar entre as do norte da província, bem como o magnífico palacete do sr. Barão de Santa Branca, que ocupa uma das faces inteiras desta não pequena e bem edificada praça.
>
> (...)
>
> Esta povoação conservou-se por muito tempo em atraso, até que nestes últimos anos, pelo desenvolvimento de sua lavoura, e por consequência de seu comércio, tornando-se muito mais numerosos os seus habitantes, foi elevada a cidade, e muito tem prosperado e desenvolvido tanto no seu progresso moral como no seu aformoseamento material.
>
> A [Santa] casa da misericórdia, que ainda não está concluída, e cujo descrição minuciosa sentimos não poder dar aqui, é um edifício digno da filantrópica missão a que está destinada (...).
>
> Além de outros prédios que merecem atenção pela sua regularidade e bom gosto, devemos notar a elegante casa do Sr. A. I. Leitão, acabada com todo o esmêro, e cujos pintados e dourados salões poderiam receber com orgulho a sociedade mais seleta da capital do império.
>
> Os edifícios públicos, contando neste número a casa da câmara e a cadeia, não desdizem dos demais que temos observado, e mostram claramente o impulso que em poucos tempos tem recebido a povoação."[67]

E sobre a economia do município, faz os seguintes apontamentos que, a considerar os caminhos que percorremos até aqui para buscar desvendar o desenvolvimento da lavoura cafeeira no então município, nos parecem exageradamente otimistas se confrontados com as queixas das autoridades locais sobre as questões relacionadas à

---

citados no texto de Zaluar, são bons exemplos da riqueza produzida pelo café materializada no espaço, caracterizada por Faria para Bananal.

[67] ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861).* São Paulo: Editora Itatiaia/Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, pp. 113/4. De acordo com informações obtidas por Zaluar, o município contava entre16 e 18 mil almas.

falta de mão-de-obra para se empregar na agricultura e a falta de qualificação da mesma para lidar com o cultivo do cafeeiro[68] na segunda metade da década de 1850:

> "A produção de café tem prosperado neste município em virtude da excelência de suas terras; mas não podemos dizer ao certo o número de arrobas que já colhe por ano, pois nos faltam inteiramente as informações necessárias. Sabemos apenas que se cultiva o tabaco ou fumo, assim como os gêneros alimentícios, em proporção suficiente para o consumo local.
> (...)
> O comércio é próspero, se bem que poucas ou nenhumas indústrias se tenham desenvolvido no lugar (...)."[69]

4. A produtividade da lavoura cafeeira na zona norte da província de São Paulo (décadas de 1850/1880)

No ano de 1854 a produção de café da zona Norte era de 2.737.639 arrobas, o que representava 77,46% do total produzido na província; no entanto, no ano de 1886, esta não passa de 2.074.267 arrobas, equivalente a 19,99% do montante do produto produzido na província paulista. Além da perda localizada, com a redução de 24,2% de produtividade no período de pouco mais de três décadas, tal localidade perderá significativamente sua representatividade na província com o avançar do XIX, pois as outras zonas estavam em franca ascensão produtiva. A partir da análise da tabela 4, podemos constatar que a produção cafeeira da zona norte após atingir o ápice de sua produtividade na década 1850, começa a declinar, revelando naquele momento uma tendência contrária a de todas as outras regiões da província de ocupação mais tardia, e

[68] O documento referenciado a seguir foi citado por Patrocínio, "Homens livres, escravos e senhores...", p. 43. APESP, Ofícios Diversos de Jacarehy, 07/11/1857

[69] Zaluar, *Peregrinação*..., p. 113/4. De acordo com informações obtidas por Zaluar, o município contava entre16 e 18 mil almas.

confirmando o perfil de exploração da lavoura cafeeira: "cultura extensiva, que rapidamente esgota os solos e busca novas regiões virgens."[70]

Tabela 4: Produção de café na província de São Paulo – 1854 e 1886

	1854		**1886**	
ZONAS	Produção em Arrobas	%	Produção em Arrobas	%
Norte	2.737.639	77,46	2.074.267	19,99
Central	491.397	13,91	3.000.350	29,00
Mojiana [sic]	81.750	2,31	2 .262.599	21,81
Paulista	233.470	6,32	2.458.134	23,69
Outras	--	--	571.000	5,51
TOTAL	3.534.256	100,0	10.374.350	100,00

Fonte: Santos, *Resistência e superação do escravismo*..., p.18.

No capítulo inicial de sua tese de doutorado, Fábio Ricci[71] se propõe a demonstrar "que a evolução do processo de decadência [da produção cafeeira] na região [do Vale do Paraíba paulista] não foi homogênea."[72] Para isso, utiliza dados de Milliet a fim de comprovar que, apesar da zona norte já experimentar no início do terceiro quartel do século XIX uma situação de declínio na participação da produção cafeeira da província paulista[73], manteve uma produção física regional cuja queda fora menos

[70] SANTOS, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação do escravismo na Província de São Paulo (1885-1888).* São Paulo: publicado para o Instituto de Pesquisas Econômicas pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1980, p. 18. Neste ponto, é importante perceber que os dados utilizados por Santos baseiam-se nos levantamentos de Milliet, os quais não estão completos para alguns municípios da zona norte, como por exemplo, Bananal no ano de 1886. Acreditamos, no entanto, que a deficiência parcial dos dados é minimizada por ser possível constatar a perda de representatividade da produção da zona norte ao compararmos os dois momentos retratados (1854 e 1886).

[71] RICCI, Fábio. "Origens e aspectos do desenvolvimento das indústrias têxteis no Vale do Paraíba Paulista na República Velha." Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2002.

[72] Ricci, "Origens e aspectos...", p. 30.

[73] Representava 86,5% do que era produzido na província paulista no ano de 1836, 77,46% em 1854 e 19,99% em 1886. Milliet, *Roteiro do Café*..., p. 18 a 21.

significativa[74], mas que apresentava desequilíbrios, fazendo "com que alguns municípios sofressem uma decadência nas suas produções a valores insignificantes, enquanto outros mantiveram uma produção física capaz de manter a atividade cafeeira com importância econômica."[75] A partir dos dados expostos na tabela produzida por Milliet na qual este descreve cada uma das localidades que compõem as unidades estatísticas e suas respectivas produções de café, Ricci cria uma outra tabela em que, somando-se as produções de cada uma das localidades que formam o que Milliet denomina de unidades estatísticas, e atribuindo toda a produção àquela localidade grafada por Milliet em letras maiúsculas[76], como pode ser percebido através da comparação das duas tabelas aqui reproduzidas, acrescenta, em porcentagem, a participação das mesmas no cômputo geral da produção de café da região nos anos de 1854, 1886, 1920 e 1935. Apesar de não concordarmos com algumas imprecisões cometidas por Ricci na confecção da tabela[77], seus cálculos em porcentagem sobre a participação das unidades estatísticas, chamadas por ele de "Municípios", na produção de café na zona norte nos anos apontados ajuda-nos a visualizar de forma mais clara os ganhos e as perdas pelos quais passaram aqueles territórios valeparaibanos envolvidos no cultivo do cafeeiro entre os anos de 1854 e 1886. Reproduziremos, a seguir, ambas as tabelas, de acordo com o período de nosso interesse:

---

[74] De 2.737.638 arrobas de café no ano de 1854 para 2.074.267 arrobas no ano de 1886. Milliet, *Roteiro do café...*, p. 21/ 2.

[75] Ricci, "Origens e aspectos...", p. 31.

[76] Dando-nos a entender que as outras localidades que formam aquela unidade estatística foram desmembradas de território pertencente à primeira, ou anexadas às mesmas posteriormente.

[77] O pesquisador substituiu por município o que Milliet considerou como unidade estatística, além de somar toda a produção de uma unidade estatística e atribuí-la às localidades destacadas por Milliet no alto de cada uma das unidades, como se a produção de toda a unidade estatística (várias localidades) pertencesse somente àquela por Milliet grafada em letras maiúsculas, da qual as outras se desmembraram ou foram anexadas posteriormente. A nosso ver, tal imprecisão resulta da não utilização do conceito do que é a unidade estatística para Milliet, explicitado pelo mesmo logo no início de seu trabalho. Assim, para uma leitura que consideramos mais adequada dos dados de Milliet representados na tabela confeccionada por Ricci, devemos substituir o que este pesquisador denomina de "municípios" por "unidades estatísticas", e termos em mente, conforme fica claro na tabela de Milliet, que tais unidades estatísticas eram formadas por localidades que, em geral, em outros momentos, formavam uma única unidade territorial estatística.

Tabela 5: Produção de café – Zona norte (1836/1854/1886)

UNIDADES ESTATÍSTICAS	1836	1854	1886
AREIAS	102.797	186.094	100.000
Queluz	----	200.000	120.000
S. José do Barreiro	----	----	173.333
Pinheiros	----	----	86.667
BANANAL	64.822	554.600	----
CUNHA	50	----	----
GUARATINGUETÁ	22.442	100.885	350.000
Aparecida	----	----	----
JACAREÍ	54.004	240.010	56.000
Santa Branca	----	----	30.000
LORENA	33.649	125.000	50.000
Silveiras	----	----	66.667
Jataí	----	----	----
Cruzeiro	----	----	60.000
Cachoeira	----	----	----
Piquete	----	----	----
MOGI DAS CRUZES	11.237	100.000	----
Salesopoles	----	----	----
Guararema	----	----	----
SANTA IZABEL	2.499	45.000	2.000
Igaratá	----	----	----
PARAIBUNA	23.322	118.320	----
Natividade	----	----	10.000
PINDAMONHANGABA	62.628	350.000	200.00
S. Bento	----	----	----
S. LUIZ PARAITINGA	16.200	41.000	30.000
Lagoinha	----	----	----
S. JOSÉ DOS CAMPOS	9.015	60.000	250.000
S. SEBASTIÃO	42.845	86.000	600
Caraguatatuba	----	----	----
VILA BELA	10.289	112.500	4.000
TAUBATÉ	23.607	354.730	300.000
Caçapava	----	----	----
Jambeiro	----	----	60.000
Buquira	----	----	----
Tremembé	----	----	----
UBATUBA	31.000	99.500	5.000

FONTE: Milliet, *Roteiro do Café...*, p. 41.

Tabela 6: Produção de café, Vale do Paraíba, arrobas e porcentagem (1854 e 1886)

Municípios	**1854**		**1886**	
	Arrobas	%	Arrobas	%
Areias	386.094	13,9	480.000	24,6
Bananal	554.600	20,0	-	-
Guaratinguetá	100.885	3,6	350.000	17,9
Jacareí	240.010	8,7	86.000	4,4
Lorena	125.000	4,5	176.667	9,0
Paraibuna	118.320	4,3	10.000	0,5
Pindamonhangaba	350.000	12,6	200.000	10,2
S. José dos Campos	60.000	2,2	250.000	12,8
Taubaté	354.730	12,8	360.000	18,4
Outros municípios	484.000	17,4	41.600	2,2
Total da região	2.773.639	100,0	1.954.267	100,00

FONTE: Ricci, "Origens e aspectos...," p. 32.

Desta forma, se alguns municípios do Vale do Paraíba paulista tiveram sua produção acentuadamente reduzida, outros mantiveram-na elevada, aumentaram-na, ou não sofreram queda tão acentuada.[78] Jacareí, que no ano de 1854 produz 240 mil arrobas, no ano de 1886 atinge 86 mil arrobas com a soma de sua produção à de Santa Branca, pois formava, junto desta uma unidade estatística, conforme pode ser confirmado na tabela 5. Assim, a participação desta unidade estatística na produção de café da zona norte, que no ano de 1854 era de 8,7%, é reduzida a 4,4% do total da região, conforme indica Ricci.[79]

Ao observar a cotação do preço do café no mercado internacional, Ricci percebe que até o ano de 1920, "alguns municípios, principalmente Taubaté, puderam manter a

[78] Ricci, "Origens e aspectos...", p. 32.
[79] Ricci, "Origens e aspectos...", p. 32.

captação de recursos com a produção de café", e que este fluxo de renda manteve as atividades dos municípios e viabilizou "recursos para o fomento de outras atividades, entre as quais a indústria têxtil." Entre os primeiros municípios a desenvolver atividades nesse setor, o autor aponta Taubaté, Jacareí, Guaratinguetá e, posteriormente, São José dos Campos, sendo que entre estes, Jacareí é o único que apresenta já na década de 1880 a escassez de recursos advindos do café,[80] queda acentuada da produção cafeeira[81] e diminuição da população escrava[82].

Tabela 7: Faturamento com produção de café, Vale do Paraíba, Dólares e Porcentagem

Municípios	**1854**		**1886**		**1920**	
	US$	**%**	**US$**	**%**	**US$**	**%**
Guaratinguetá	290.044	3,6	1.237.950	19,2	629.690	15,6
Jacareí	690.029	8,7	304.182	4,7	141.038	3,5
São José dos Campos	172.500	2,2	884.250	13,7	329.861	8,2
Taubaté	1.019.849	12,8	1.273.320	19,7	1.431.960	35,5

Fonte: Ricci, "Origens e aspectos...", p. 33.

A lavoura cafeeira, em expansão na província de São Paulo, contava na década de 1870 com 166.399 escravos, o que representava 10,4 % do total desta mão-de-obra existente no Brasil. Na década seguinte há um decréscimo desse número para 153.864[83], população esta que passa a se concentrar em alguns municípios, como Campinas, Bananal, Piracicaba, Guaratinguetá, Rio Claro, Casa Branca e Amparo. Destes, apenas Bananal e Guaratinguetá situam-se na zona norte do estado, região que engloba os municípios do Vale do Paraíba. "Mesmo nesses grandes centros escravistas, o número

[80] Ricci, "Origens e aspectos...", p. 34.
[81] Milliet, *Roteiro do Café...*, p. 41.
[82] Santos, *Resistência e superação do escravismo...*, p. 21.
[83] Os números acima, relativos às décadas de 1870 e 1880, referem-se, respectivamente aos anos de 1874 e 1885. Santos, *Resistência e superação do escravismo..., p. 19.*

de cativos, se comparado à população livre, não é muito grande. Em 1887, a percentagem de escravos sobre a população total não ultrapassa 25% na maioria dos municípios paulistas." [84]

Ao analisar a segunda metade da década de 1880, Santos identifica que "parece haver um movimento de transferência de escravos das regiões mais velhas para as áreas em expansão." E percebe três tipos de comportamento em diversos municípios com relação ao número de escravos: o aumento substancial do número de cativos em vários municípios das zonas Mogiana e Paulista, "de cultura de café em formação ou expansão"; municípios onde o número de escravos permaneceu quase o mesmo, em que aparece entre os nove citados pelo autor, os valeparaibanos de Guaratinguetá, Taubaté, Areias e Lorena; e os municípios onde diminuiu a escravaria, tendência na qual se situaria a maioria, dentre onze citados, cinco pertencentes ao Vale do Paraíba (Bananal, Pindamonhangaba, Cunha, Silveiras e Queluz), perfil no qual também se enquadraria Jacareí.[85] Assim, nos anos finais do regime escravista no Brasil, encontramos no Vale do Paraíba paulista municípios beirando à estagnação e ao retrocesso quanto à posse da mão-de-obra escrava, que movimentava a economia cafeeira, sem que se avistassem

---

[84] Santos, *Resistência e superação do escravismo*..., p. 19.

[85] Santos, *Resistência e superação do escravismo*..., p. 19/22. Na zona norte, dois municípios apresentaram índices de crescimento da população escrava entre os números encontrados para municípios das zonas Mogiana e Paulista, que tiveram aumento substancial de escravos entre os anos de 1874 e 1885: Caçapava (134%) e Cruzeiro (121,3%). Entre os municípios da zona norte em que o número de escravos foi considerado quase o mesmo, as porcentagens de crescimento (máxima) ou de decréscimo (mínima) foram de 105,6% (Taubaté) e 94,1% (Areias), dentre os municípios citados por Santos. Entre os municípios da zona norte em que o número de escravos diminuiu, as porcentagens foram as seguintes: a máxima de 89,5% (Silveiras), a mínima de 63,9% (Cunha), dentre os municípios citados por Santos, e a mínima de 49,2% (Mogi das Cruzes) dos municípios pertencentes à zona norte que aparecem no QUADRO II - POPULAÇÃO TOTAL E ESCRAVA DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO – 1874, 1885 e 1887, nas páginas 20 e 21 de seu livro. Jacareí encontra-se neste último grupo, e seu índice é de 66%. Como pode-se constatar a partir da análise da já citada tabela, outros municípios do Vale do Paraíba paulista que não os acima citados, da mesma fazem parte, e poderiam ser incluídos nos dois últimos comportamentos percebidos por Santos.

possibilidades reais de substituição da mesma num curto período[86]. No entanto, em Jacareí, um certo marasmo já era sentido desde a década anterior.

5. "... tudo denuncia outra épocha mais prospera fundada em esperanças bonançosas."[87]

Quando da inauguração da estrada de ferro no trecho que cortava Jacareí, encontramos no jornal *O Jacarehyense*, edição de 27 de maio de 1876, um artigo intitulado "Estrada de Ferro". Ao falar das expectativas que se tinha em relação ao progresso e desenvolvimento que tal acontecimento poderia gerar no município valeparaibano, aquele que escreve o referido artigo do qual não conhecemos a autoria permite-nos espiar a situação em que se encontrava a economia da cidade naquele momento e do quanto tal localidade necessitava de uma transformação que se acreditava possível com a chegada das "vias fáceis":

> **"Estrada de Ferro**
>
> Para os nossos conterrâneos escusado é fallar mais desse assumpto; não assim para os de outros lugares, que não testemunhão o progresso vertiginoso que de dia em dia cresce á olhos vistos por aqui.
>
> O cynico Jacarehy vai sahindo de sua modorra. aqui [*sic*] já se sente o movimento de vida, e isto desde que pela primeira vez a locomotiva deu signal

[86] De acordo com Ana Lúcia Di Lorenzo, das 12 novas colônias de italianos que foram criadas na província de São Paulo, entre 1885 e 1894, 4 delas se instalaram no Vale do Paraíba Paulista (Canas, Guaratinguetá, Jacareí e Taubaté). Citando Gadelha, aponta que nesta fase de implantação de núcleos coloniais o Vale do Paraíba Paulista foi a região mais favorecida em número de núcleos, apesar do decréscimo da produção cafeeira e a conseqüente queda de rendas que a região apresentava. Di Lorenzo informa que as "primeiras notícias sobre os núcleos oficiais de colonização de Vale do Paraíba paulista estão no Relatório do engenheiro Fernando Dupré, de 1892, "dirigido ao Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Jorge Tibiriçá." DI LORENZO, Ana Lucia. "Italianos em Taubaté: O núcleo colonial do Quiririm, 1890/1920." Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/ USP, 2002, p. 04/06, p. 24/8 e p. 105.

[87] Frase encontrada na matéria "Estrada de Ferro", no seguinte documento: APHJ – Fundo Fórum de Jacareí - Jornal *O Jacarehyense*, edição de 27/05/1876. Anexado ao processo crime - Ano 1876 - Caixa 331 – Réus: os proprietários e editores do jornal *O Jacarehyense*, os senhores Francisco Pinto de Magalhães e Fabiano Martins de Siqueira Junior.

> de sua ostentosa presença; parece ate que a lavoura e o commercio reassume outro caracter, o caracter de outro povo, de outros costumes e de outra índole; a animação, a actividade e as maneiras similhão-se agora aos das fontes commerciaes adestradas; tudo se move; tudo se anima; enfim tudo denuncia outra épocha mais prospera fundada em esperanças bonançosas.
>
> Bem disse alguem que os apathicos tomarião com o incentivo da via ferrea outro aspecto, e não errou. Para exemplo, ainda na nascença, o que se nota senão uma transformação no que vêem?
>
> Quem não tem sido testemunha da transformação que se ha operado em todas as classes laboriosas depois que a estrada de ferro abrio, por conta da empreza, o trafego desta para o Guararema? [*sic*]
>
> Notae...
>
> Ahi tanto o grande como o pequeno agricultor, membros cooperativos da grandeza da nação brasileira, alavanca esforçada das minas productivas e fonte de riquezas, nutridos de lisongeiras esperanças esforção-se em prepararem a seiva com que se alimentão as grandes emprezas; o acrecimo da industria provará a febricitante revolução que ora se opera no espírito de todos.
>
> Ainda mais:
>
> Vede com que asafama os commerciantes de todo o genero se movem ora para a estação, ora para seus estabellecimentos cojitando meios de novas especulações! e quem negará que tudo isso é o progresso encarnado na vida fluctuante que só as vias fáceis dão vida?
>
> Os consumidores crescem de uma maneira admiravel, e tão cedo ainda, já os exploradores começão a invadir os povoados apalpando com visos interesseiros ás arterias productivas; n'uma palavra, comprão e vendem com outra facilidade e economia que não existia antes da estrada de ferro.
>
> É com sobeja razão que se deve festejar com vertiginoso enthusiasmo a acquisição desse bem commum; por isso Jacarehy prepara-se para commemorar o dia da inauguração de modo explendido, e digno de um população rica e intelligente.
>
> Não vai longe esse dia, que só espera pela designação, no mais tudo está preparado e nos propomos a colher minuciosamente os pormenores para perpetuar sua memoria e investir da sciencia della aos nossos concidadãos, que a esse festejo não assistirem."[88]

Na metade da década de 1870 a cidade ainda era citada como uma das principais da província de São Paulo, juntamente com a capital, Santos, Campinas, Taubaté, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Mogi Mirim, Itú e Sorocaba[89]. Naquele momento, São Paulo contava com 39 cidades, 50 vilas e 41 freguesias, e Jacareí era cabeça de comarca, formada por Jacareí, Santa Branca, Santa Isabel e Patrocínio.[90] Figurava no

---

[88] APHJ – Fundo Fórum de Jacareí - Jornal *O Jacarehyense*, edição de 27/05/1876. Anexado ao processo crime - Ano 1876 - Caixa 331 – Réus: os proprietários e editores do jornal *O Jacarehyense*, os senhores Francisco Pinto de Magalhães e Fabiano Martins de Siqueira Junior.

[89] GODOY, Joaquim Floriano de. *A província de S. Paulo: trabalho estatístico, histórico e noticioso.* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: FUNDAP, 2007, p. 23.

[90] Mappa da população da provincia de S. Paulo, distribuída por suas comarcas e respectivas povoações, organisado pelo Dr. J. F. de Godoy. In: Godoy, *A Província...*, anexado entre as pp. 46/7.

Almanack da Província de São Paulo do ano de 1873, de Luné e Fonseca, como exportadora de uma avultada produção de café cultivada em terras de seu município, [91] e no livro *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, de 1876, como "um dos mais importantes municípios da província pela considerável lavoura de café e pela uberdade do terreno para todos os cereais." [92] No entanto, na cafeicultura, as coisas, ao que parece, não iam tão bem assim. Não seria por pouca coisa. Nas duas décadas finais de vigência da escravidão no Brasil, Jacareí, além de enfrentar queda de sua população escrava, assistirá ao encolhimento da produtividade de sua lavoura cafeeira, processo que pode ter começado a ocorrer ainda na década de 1850.[93]

Dentre vários municípios de diferentes áreas cafeeiras da província de São Paulo, Santos relaciona alguns da zona norte, referindo-se à posse de cativos. Contando Jacareí no ano de 1871 com uma população cativa de 1592 escravos[94], nos anos iniciais dessa década a cidade não apresentou o mesmo comportamento da província paulista[95], de crescimento dessa população, pois no ano de 1874 esse número aumenta somente para 1626. Ao analisarmos a população escrava nos municípios valeparaibanos no período compreendido entre os anos de 1874 e 1887, Jacareí aparece entre os que sofreram as maiores perdas.

---

[91] LUNÉ, Antonio José Baptista de, e FONSECA, Paulo Delfim (org.). *Almanack da Província de São Paulo para 1873***.** São Paulo: Tipografia Americana, 1873. Apud.: Lencioni, *Jacareí: Viajantes...*, p. 39/40.

[92] AZEVEDO MARQUES, Manuel Eufrásio de. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo. Tomo II.* Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980, p. 08.

[93] Conforme Ofícios Diversos de Jacarehy, 07/11/1857, APESP, citado por Patrocínio, "Homens livres, escravos e senhores...", p. 43.

[94] Dados apurados de conformidade com a lei n. 2040 de 28 de setembro de 1871. Godoy, *A Província...*, mapas anexados entre as páginas 46/7.

[95] Em seu livro *A Província de São Paulo*, Godoy aponta crescimento da população escrava nesta província na primeira metade da década de 1870, apresentando dados levantados no arrolamento da lei 2094 de 28 de setembro de 1871 - 162.316 escravos, e aqueles levantados por ele próprio, no ano de 1874, quando escrevia o referido livro – 171.619 escravos. Godoy, *A província de S. Paulo...*, p. 45.

Tabela 8: População escrava em algumas localidades valeparaibanas

(1874, 1885 e 1887)

Municípios	**1874**	**1885**	**Índice 1874-100**	**1887**	**Índice 1874-100**
Bananal	8.256	6.464	78,2	4.182	50,7
Guaratinguetá	4.752	4.851	102,1	3.165	66,6
Taubaté	3.976	4.197	105,6	2.668	67,1
Pindamonhangaba	3.959	3.352	84,7	2.624	66,3
Cunha	2.249	1438	63,9	1.141	50,7
Areias	2.034	1.915	94,1	1.140	56,0
Lorena	2.265	2.249	99,3	1.129	49,8
São José dos Campos	1.599	1.575	94,9	976	61,0
Silveiras	1.824	1.633	89,5	962	52,7
São Luiz do Paraitinga	2.415	1.863	77,1	934	38,7
Caçapava	1.074	1.443	134,4	855	79,6
Jacareí	1.626	1.073	66,0	673	41,4
Queluz	1.339	989	73,9	797	59,5
Jambeiro	642	633	98,5	588	91,6

FONTE: Santos, *Resistência e superação do escravismo*..., pp. 20/1. A tabela foi elaborada a partir da documentação, a seguir referenciada: APESP - Relatório da Comissão Central de Estatística 1888; Mss. – D.A.E.S.P. (atual APESP) – "População Escrava da Província de São Paulo – 1885 – T.I. Escravos, Caixa 2.

Como se pode observar a partir da análise da tabela acima, Jacareí, juntamente com Cunha, foi a localidade que sofreu as maiores perdas de população escrava no período entre os anos de 1874 e 1885. No período seguinte (1885 a 1887), a localidade também aparece entre as duas que detêm o menor índice de população escrava na região entre aquelas que foram referidas na tabela, juntamente com São Luiz do Paraitinga.

Considerando o que se noticiava na imprensa local[96], o decréscimo da mão-de-obra escrava, apontado na tabela 8, é percebido na lavoura e no comércio da cidade, o que talvez ajude a explicar parcialmente a acentuada queda da produção cafeeira no município em momento que não temos como precisar, mas que ocorreu entre as três últimas décadas de vigência do sistema escravista no Brasil.[97] A trajetória de produtividade de café do município confirma a tendência da maioria dos municípios da região, de perda considerável de produção entre os anos de 1854 e 1886, à exceção de Guaratinguetá e São José dos Campos, conforme tabela 5: o quinto município de maior produção da zona norte, 240 mil arrobas, na década de 1850, momento considerado de apogeu da produção da zona norte, ficando atrás apenas de Bananal, Areias, Taubaté e Pindamonhangaba; e redução acentuada de sua produção na década de 1880, para 86 mil arrobas, até mesmo se comparada à dos municípios da sua zona.[98]

Através do jornal *Correio do Norte*, que assumiu a defesa dos interesses dos escravocratas de Jacareí em artigo de capa datado de 12 de setembro de 1876, é possível identificarmos que estes demonstravam se ressentir, ainda na segunda metade da década de 1870, das atitudes de alguns em relação à defesa da liberdade dos escravos e das conseqüências de tal postura para o comércio, que definhava devido à falta de braços para a lavoura local. O longo artigo de capa versava sobre o desrespeito ao direito de propriedade, conclamava os lavradores para a luta contra a espoliação que sofriam (a perda da mão-de-obra cativa) em nome de ideias supostamente filantrópicas, e

---

[96] Conforme artigo do jornal *Correio do Norte*, de 12/09/1876, que reproduziremos a seguir. APHJ – Fundo Fórum de Jacareí – Ano 1876 - Caixa 331 - Jornal *Correio do Norte*, edição de 12/09/1876, anexado à Denúncia – acidente com dois trabalhadores na obra da ponte do Rio Paraíba.

[97] Como não dispomos de informações sobre a produtividade da lavoura cafeeira no município entre os anos de 1854 e 1886, e sim somente nesses anos apontados através de dados de Milliet, não há como afirmar que a queda no número de escravos no município de Jacareí foi um fator imediatamente responsável pela queda da produção entre as décadas de 1870 e 1880, período para o qual dispomos de dados sobre a redução da mão-de-obra escrava naquela localidade. Conforme já observamos neste mesmo capítulo, problemas de produtividade da lavoura cafeeira já são apontados por autoridades municipais em Jacareí desde a segunda metade da década de 1850 (1857).

[98] Milliet, *Roteiro do Café*..., p. 41.

sinalizava a aderência de alguns comerciantes endividados da localidade aos nocivos ideais de liberdade então vigentes, através da prática de conceder a liberdade a seus escravos que serviriam como pagamento de dívidas a seus credores, provavelmente encontrados entre os escravocratas da cidade:

> "Os fructos corrosivos que más sementes teem produzido ostentão-se por toda parte com arrojo e profusão.
>
> Não faltão desastrados cultores a proporcionar-lhes condições de vida, e com o exemplo de tanta dedicação a uma propaganda revoltosa e de descalabro social, tambem o ambiente moral se vai amoldando a suas nefastas consequencias, e por fim, os costumes que fazem leis, confundirão certamente a verdade com o erro, o vicio com a virtude e a honra com a deshonra.
>
> É preciso que uma vez que as sementes uteis e bemfazejas não produzem espontaneamente, lançar mão da acção e apropriar-lhes a natureza do terreno. É preciso destruir o que há de mau e nocivo, para que o bom e util prospere e se fortaleça.
>
> É admiravel a tendência sempre disposta para o mal, e a indiferença crescente para o bem!
>
> A palavra, a persuasão tem sido inútil até hoje, até naquillo que é de simples intuição, até naquillo que o direito natural consigna do modo razoável, e sobretudo naquillo que de tempos immemoriaes se vem transmitindo de paes a filhos e sucessivamente: direito de propriedade.
>
> Independente da acção, da lucta, o respeito pelos bens adquiridos legalmente tem sido uma mentira atroz que se patenteia diariamente e vai assumindo proporções assustadoras.
>
> A lucta que é uma condicção de vida, no presente século só devia ter lugar na conquista de novas idéas, novos melhoramentos e prosperidades. Entretanto, desgraçadamente, será forçoso desnortear a actividade humana para retroceder seis ou oito mil annos, a fim de reconquistar o que estava ganho e que tão caro custou.
>
> Pois bem, se é preciso dar este tristissimo espetáculo, aconselhamos, nós homens do trabalho util, a lucta contra os ociozos, contra innovadores de crimes – os parasitas.
>
> Aconselhamos uma lucta tenaz e bem combinada de modo a garantir-nos deste cancro social que só dissipa e aniquilla.
>
> Não há tempo a perder.
>
> A própria nação nos dá o exemplo pela perseguição dos moedeiros falsos, é preciso que a iniciativa particular se apresente em campo de acção.
>
> A nação tem sido victima, de longa data, de usurpadores do alheio, que por uma viciada educação aborrecem e condennão o trabalho.
>
> Os lavradores, homens uteis e cheios de sacrifícios, ja começão a ser expoliados de outro modo, sob pretexto de idéas philantropicas – idéas cuja negação reside na propria lei, na consciência dos *philantropos* e na moral.
>
> O commercio, que definha porque a lavoura decahe por falta de braços e outros incidentes, começa tambem a ser victima da mesma idea de *liberdade*. O devedor que se acha em difficuldades de pagamentos, se tem escravos e póde ficar sem nada, aconselha-se lhe a *liberdade*, e o credor fica em apuros; o proprio devedor com tal procedimento fica desacreditado e não se restabelece mais, e o escravo que é um homem bruto, que não pensa, que não conhece os

> deveres de cidadão, porque sempre viveu fora da sociedade, não tendo creado necessidades, entrega-se á malandrisse e se em seguida não ao furto, morre de miséria, coberto de imundícias.
>
> Aqui temos as conseqüências ou para melhor dizer os fructos corrosivos que más sementes teem produzido.
>
> - A onde o fim humanitário?
>
> - A onde o fim moral?
>
> Ninguem categoricamente nos poderá contestar, e o homem de bom criterio e honesto, só poderá responder:
>
> O fim humanitario e moral existente na lucta tenaz e bem combinada contra os philantropos, dezastrados cultores de idéas nocivas, contra os parasitas, [*sic*]
>
> Porem o numero dos que pensão desse modo não é tamanho que possa preponderar de prompto na sociedade, e assim torna-se urgente e necessaria a prevenção dos amigos do trabalho, até que melhores dias nos regenerem.
>
> Cumpre entretanto ter bem presente que o verbo não actua no animo como a acção: para educar no amor do trabalho não basta aconselhar que se trabalhe é preciso fazer trabalhar.
>
> Do trabalho, que é a verdadeira lucta, nascem os fructos do bem e o bem-estar, a garantia social." [99]

O que parecia preocupar demasiadamente aquele que se colocou como porta-voz da defesa dos interesses dos escravocratas, mas que não assinou o artigo de capa do *Correio do Norte* de 12 de setembro de 1876, eram as novas ideias presentes na sociedade, ideias que, lançadas por "más sementes", já produziam "frutos" que corroíam o ambiente moral e os costumes. Aquelas "más sementes" encontravam na sociedade elementos que cultuavam-nas e até proporcionavam-lhes condições de vida, e por isso, as "sementes úteis e benfazejas" deveriam unir-se e tomar uma ação, apropriar-se do terreno já conquistado por aqueles que, em nome de ideias filantrópicas, atacavam a legitimidade da propriedade escrava, propalando ideias de liberdade. Tais ideias, propagandeadas pelas "más sementes" já produziam "frutos corrosivos", que seriam as liberdades já alcançadas no município, que da forma como vinham sendo conquistadas[100], não traziam boas conseqüências para nenhum dos elementos

[99] APHJ – Fundo Fórum de Jacareí – Ano 1876 - Caixa 331 - Jornal *Correio do Norte*, edição de 12/09/1876, anexado à Denúncia – acidente com dois trabalhadores na obra da ponte do Rio Paraíba.

[100] Aquele que escreveu o artigo denuncia uma forma específica de liberdade que vinha sendo conquistada pelos escravos do município, relatada anteriormente: a concessão de liberdade a escravos que faziam parte do patrimônio de comerciantes endividados, que antes de terem suas dívidas executadas, alforriavam seus cativos.

envolvidos: o credor ficava em apuros; o devedor, desacreditado e sem conseguir se restabelecer; e o escravo, porque era um bruto, um ser irracional, alienado dos deveres de um cidadão porque sempre vivera "fora" da sociedade, entregava-se a uma vida de erros, que poderia levá-lo à morte em estado de miséria. Continuando a explicar as metáforas botânicas, se as "sementes úteis e benfazejas" são explicitamente apontadas como os "lavradores", também descritos ao longo do texto através de expressões e adjetivos relacionados ao trabalho; as "sementes más" são apontadas somente através de características opostas às atribuídas aos primeiros, sem que se discrimine um grupo específico como foi feito no caso dos primeiros e quando se relatou aqueles que estavam aderindo às novas ideias propagandeadas na localidade: os comerciantes.

Pesquisando documentos como inventários e ações cíveis de algumas localidades valeparaibanas (Jacareí, São José dos Campos, Taubaté e Caçapava)[101], Maria Aparecida C. R. Papali encontrou menções aos "lavradores, negociantes, fazendeiros, além dos grandes e pequenos coronéis" dessas localidades envolvidos em "intimações, hipotecas, rixas e competições", e partindo do pressuposto de que "as ações dos cativos se faziam na relação com os outros sujeitos históricos de seu tempo", Papali passou a se questionar sobre as "possíveis brechas" encontradas pelos escravos no interior das lutas que ocorriam entre as figuras de poder local, como "grandes e pequenos coronéis, mandatários locais e regionais, preocupados em manter sua hegemonia dentro daquele espaço de elite", e como se dava a intervenção de advogados e curadores "naquele espaço de disputa". Elaborando seu discurso através de frases interrogativas, pela forma como foram construídas, Papali revela-nos suas suspeitas que,

[101] Nos quais pode constatar, através das ações de seus sujeitos sociais, como as mesmas localidades estavam interligadas. PAPALI, Maria Aparecida C. R. "Libertandos: Escravos, forros e libertos em terras valeparaibanas, no final do século XIX." In: *Revista Projeto História – Espaço e Cultura*. São Paulo: PUC, maio 1999, número 18, p. 339.

embasadas no olhar da historiadora sobre a realidade analisada e documentação competente, assumem o caráter de afirmativas:

> "De que maneira, ao promoverem suas ações de liberdade, os escravos e libertandos dessa região valeparaibana não se apropriavam dos campos de conflito gerados pelas lutas internas entre membros da elite local? (...) De que maneira tais escravos não estariam agindo dentro das possibilidades aventadas pelos embates cotidianos entre esses sujeitos, supostos detentores do poder local?" [102]

Como exemplo de um caso que capta bem as relações denunciadas por Papali, a historiadora relata-nos uma Ação Cível de Cobrança de Dívida, movida no início da década de 1870 (1873) por João da Costa Gomes Leitão, escravagista de Jacareí e importante mandatário regional[103], na qual aquela prática de conceder a liberdade a escravos que seriam utilizados como pagamento de dívidas, denunciada pelo jornal *Correio do Norte*, é realizada contrariamente aos interesses do autor da ação, mas aqui não por um comerciante. Naquela, o poderoso senhor de escravos cobrava a hipoteca de uma fazenda denominada Capão Grosso, juntamente com todos os seus pertences, de um falido tenente coronel de São José dos Campos, e este último, tendo seus bens executados, em represália, concede a liberdade a seus 16 escravos, bens que, assim como a fazenda e os pertences que estavam dentro dela, estavam hipotecados e seriam apropriados pelo Sr. Gomes Leitão. Na tentativa de reaver aquilo que lhe pertencia, Gomes Leitão teve que "recorrer à Justiça para pedir nulidade de liberdade a escravos que, em tese, não poderiam ter sido libertados por estarem hipotecados". [104]

Sem encontrarmos vestígios de como se deu a ação dos escravos para se verem beneficiados, no meio daquela disputa, com a concessão da liberdade feita por seu

---

[102] Papali, "Libertandos...", p. 339.
[103] Como bem o comprovam vários documentos encontrados no Fórum de São José dos Campos, de acordo com a autora. Papali, "Libertandos...", p. 339.
[104] Papali, "Libertandos...", p. 340.

senhor, o fato que se coloca aqui é que, mesmo que a ilegal atitude do tenente coronel de conceder a liberdade tenha se dado como uma forma de represália àquele que, por direito reconhecido pela Justiça, se apossaria dos mesmos, a simples posse da liberdade por parte dos escravos, naquela situação que obrigaria o prejudicado a contestá-la, de alguma forma, ajudava a corromper as estruturas nas quais se estabelecera o poder de indivíduos como o Sr. Gomes Leitão. O que queremos dizer aqui é que, se os 16 escravos do tenente coronel não tiveram papel de agentes na conquista da liberdade, pois a mesma tinha sido-lhes concedida, tinham-no agora, de posse da mesma, e tornavam-se, assim, sujeitos participantes do processo de corrosão do poder de escravocratas que começara a se operar naquela década.

Mas se a liberdade conquistada pelos 16 escravos do tenente coronel naquela ação comercial resultara somente de "rixas" existentes entre os envolvidos, nos registros da documentação policial e judiciária da década de 1870, em Jacareí, encontramos alguns caminhos percorridos por cativos que, na busca pela libertação do cativeiro, se associaram a indivíduos livres e forros para alcançá-la.

No ano de 1872, Luis Simão denunciou que, tendo ido na noite do dia 02 de julho com sua família ao teatro, seu escravo menor de nome José Criolo subtraiu de uma gaveta a quantia de 380 mil réis em notas. No dia seguinte, o escravo entregou ao queixoso 30 mil réis que ainda conservava em seu poder, e declarou que o restante – 350 mil réis – havia sido entregue ao italiano Nicolao Mercadante, negociante[105], que o aconselhara a perpetração do crime no dia anterior. Em inquérito procedido, José Crioulo, 15 anos, natural de Jacareí, profissão serviços de roça, respondeu "que foi ele que praticou o roubo mandado por Nicolao Italiano, negociante nesta cidade,

[105] APHJ – Fundo Fórum de Jacareí – Ano 1872 – Caixa 374 – Inquérito. Autor: Luis Simão; Réu: Nicolao Mercadante – Denúncia feita pelo autor, Luís Simão (folha 02).

promettendo que quando completasse certa quantia ser aplicado para sua alforria".[106] Este último, apesar de negar as acusações que lhe eram feitas, quando perguntado se havia dito a algumas pessoas ter recebido o dinheiro roubado "do negro", relatou que o escravo freqüentava sua casa de negócios:

> "Respondeu que o que disse foi que a seis mezes tinha recebido desse moleque José uma moeda de quinhentos reis proveniente de uma lata de sardinha que lhe havia vendido. Perguntado se tinha relações de negócios com o moleque , "Respondeu que ele tem hido algumas vezes em sua casa comprar um vinte[m?] [03 palavras, ilegíveis] e de outro qualquer objecto sendo que desde seis mezes de que falou nunca mais o moleque foi em sua caza mesmo porque pouco tem assistindo aqui andando sempre por fora tratando de seus negócios, mas sabendo tudo quanto se passa em sua caza de negocio."[107]

No depoimento de uma testemunha que morava em frente à casa de negócios de Nicolau Mercadante, aparecem indícios de que a proximidade de José Criolo com a rotina do estabelecimento do italiano ao menos, senão diretamente com o mesmo, era maior do que este último declarara:

> "o dito escravo Joze sempre estava na caza de Mercadante isto desde que ella testemunha mora de fronte da caza do mesmo Mercadante, tem visto por varias vezes a entrar na caza de negocio quer de dia quer de noite. Perguntado? Respondeu que Nicolau Mercadante esta sempre fora de caza de viagem tratando de seus negócios sendo essas viagens pequenas de modo que vorta sempre a caza."[108]

Apesar das autoridades prosseguirem as inquirições aos próximos depoentes fazendo questionamentos aos mesmos com o intuito de esclarecer se o autor da denúncia não estaria envolvido em dívidas de jogo, e por isso teria inventado o tal roubo para não ter que contar à sua mãe, a quem pertencia o dinheiro roubado, o destino do

---

[106] APHJ – Fundo Fórum de Jacareí – Ano 1872 – Caixa 374 – Inquérito. Autor: Luis Simão; Réu: Nicolao Mercadante - Auto de perguntas feito ao José escravo de Luis Simão (folha 05 frente e verso).

[107] APHJ – Fundo Fórum de Jacareí – Ano 1872 – Caixa 374 – Inquérito. Autor: Luis Simão; Réu: Nicolao Mercadante - Auto de Pergunta feito ao réu, Nicolau Mercadante (folha 06 frente e verso).

[108] APHJ – Fundo Fórum de Jacareí – Ano 1872 – Caixa 374 – Inquérito. Autor: Luis Simão; Réu: Nicolao Mercadante – Depoimento da testemunha Joaquim Antonio de Souza Lins (folha 07 verso e 08 frente).

mesmo, tais testemunhas, além de fazerem declarações que confirmavam as suspeitas que as autoridades tinham do autor da ação, prosseguem dando declarações de que teriam ouvido o próprio escravo confessar o roubo e acusar o réu Nicolau Mercadante de envolvimento no mesmo.[109]

Numa outra ação, de 1875, encontramos o relato de um furto de uma caixa de madeira na qual havia mais de dois contos de réis, realizado pela escrava Norberta, retirando-a da casa de seu senhor, Oliveiro Benedicto Vieira de Carvalho. Interrogada, Norberta relata que cometera a ação sob a influência do liberto Matheos Candido de Oliveira Rosa, africano, negociante de quitanda. No relato de Norberta, além da esperança de libertar-se, é possível captar os planos que fizera para sobreviver numa vida em liberdade. Perguntada, "Respondeo que tendo Matheos Candido de Oliveira Rosas, no dia primeiro do corrente lhe aconselhado que como seu senhor tinha muito dinheiro, furtasse algum delle, que mais tarde havia de alforrial-a e negociarem juntos com esse dinheiro."[110]

Já na década de 1880, mais precisamente no ano de 1882, encontramos o caso do escravo Valério, pertencente a um senhor de Bananal, mas que na ocasião do crime ocorrido residia na casa do tenente coronel Antonio Alves da Silva Ramos, em Jacareí. No relato do escravo, quando perguntado como explicava que os objetos roubados por si da casa do tenente Olympio Ramos da Silva encontravam-se na casa do vendeiro Avelino Pinto Sepinho, encontramos no incentivo feito por um indivíduo livre a explicação que dera às autoridades para perpetrar o crime, e as perspectivas apontadas

---

[109] APHJ – Fundo Fórum de Jacareí – Ano 1872 – Caixa 374 – Inquérito. Autor: Luis Simão; Réu: Nicolao Mercadante – Depoimento da testemunha informante Manoel Ignacio das Chagas Brandão (folha 09 à 10 verso), e da 2ª testemunha José Leme de Souza (folha 11 verso). Em meio às agitações que ocorriam em torno dos abolicionistas em Jacareí em setembro de 1887, Nicolau Mercadante será acusado, juntamente com outra pessoa, de acoitar uma escrava fugida de Santa Isabel, chamada Paulina. APHJ – Fundo Fórum de Jacareí – Ano 1887 – Caixa 374 – Auto de Perguntas a Senhorinha Pereira e Paulina escrava.

[110] APHJ – Fundo Fórum de Jacareí – Ano 1875 – Caixa 205 A – Cópia: Autora: a Justiça por seu promotor; Réus presos: Matheos Candido de Oliveira Rosas e Norberta, escrava de Oliveiro Benedicto Vieira de Carvalho. Auto de perguntas feito à Norberta (folha 09 frente à 10 frente).

por aquele último ao escravo para garantir a própria sobrevivência quando conquistada a liberdade:

> "Respondeo que em um Domingo que foi passear além da ponte, e que portou em casa de Avelino, este lhe dissera em segredo o seguinte: - Veja se arranja algum dinheiro porque eu te liberto, e caso não arranje dinheiro, qualquer objeto de valor serve, muito principalmente sendo alfinetes de ouro, prata [ilegível, 01 símbolo], porque eu entrego a minha casa [de negócios] a você e vou para minha terra."

O escravo prossegue seu relato dizendo que continuou a frequentar a casa de negócios de Avelino, e esse, sempre insistindo para que o escravo "furtasse em alguma casa rica" de algum fazendeiro que morasse na roça, como era o caso do coronel Olympio Ramos, que tinha uma casa que dava fundos com o "quintal da [Santa Casa de] Misericódia", no centro da cidade. Convencido, o escravo dirigiu-se à casa de Avelino para buscar uma cavadeira, e instruído por aquele sobre o meio mais fácil de entrar na residência indicada, praticou o ato ilícito. A lista de objetos roubados contava com quase quarenta itens, sendo que de muitos há a indicação de que foram roubadas várias unidades, como "mais ou menos tres dúzias de roupas de cama". Ao longo das investigações, além de Avelino, mais outros três indivíduos são acusados de receptadores das mercadorias roubadas pelo escravo.[111]

Em tais ações, apesar de podermos identificar prováveis ligações entre escravos, indivíduos livres e libertos para a conquista da liberdade dos primeiros, o que prevalece são as relações de benefício mútuo entre os mesmos, em que o escravo contava com o auxílio de outrem, que prometia conduzi-lo à liberdade através da compra de sua alforria com o dinheiro roubado pelo escravo, ou obtido pela venda de objetos roubados, e em troca, o indivíduo livre ou liberto se apropriaria ou se beneficiaria de parte do que

[111] APHJ – Fundo Fórum de Jacareí – Ano 1882 – Caixa 216 A - Processo crime (traslado) - Autora: A Justiça, por seu promotor - Réus: Avelino Pinto Cepinho e o escravo Valério, de João Alves da Silva Ramos. Auto de perguntas feito ao escravo Valério (folha 02 frente à 03 verso).

fora roubado. Nas ações citadas não encontramos indícios de práticas sistematizadas em prol da abolição da escravatura no município. Já a atuação de indivíduos que foram expulsos de Jacareí no ano de 1883 sob a acusação de serem abolicionistas, que será estudada no próximo capítulo, denuncia uma mudança de postura daqueles que se puseram em contato com o elemento escravo objetivando a conquista da liberdade dos mesmos, pois suas práticas, apesar de serem atribuídas a intrigas políticas e vingança pessoal, revelavam um ataque ao sistema escravista em si naquela localidade, e devido às características que serão apresentadas posteriormente, cremos estarem inseridas dentro do perfil do abolicionismo instaurado na província paulista na década de 1880.

Apesar de não possuirmos registros de ações abolicionistas na localidade estudada nos últimos anos da década de 1870, o farmacêutico Antonio Gomes de Azevedo Sampaio, ao escrever sobre o movimento abolicionista em Jacareí na década de 1880, e num trecho, especificamente sobre um fato ocorrido no início da mesma[112], afirma: "Em Jacareí era até um crime professar doutrinas contrárias às dos senhores de escravos."[113] Tal percepção, se ainda não estava embasada em embates ocorridos entre esses últimos e abolicionistas na localidade, até então, pode nos revelar tensões já existentes em Jacareí entre os distintos grupos sociais em torno da manutenção do poder dos escravocratas.

Assim, o olhar sobre os anos mais avançados da década de 1870 capta a localidade pesquisada passando por grandes transformações: o trem chega, e com ele a esperança de que um maior dinamismo contagie a cidade; um novo setor econômico

---

[112] Trata-se do caso do mulato branco de Socorro, ocorrido no final de 1880, do qual falaremos no Capítulo III.

[113] SAMPAIO, Antonio Gomes de Azevedo. *Abolicionismo. Considerações geraes do movimento anti-esclavista e sua historia limitada a Jacarehy, que foi um centro de acção no norte do Estado de São Paulo*. São Paulo: Typ. a Vapor Louzada & Irmão, 1890, ed. *fac-similar*, p. 17.

começa a se desenvolver[114]; o perfil da população se altera com a redução no número de escravos e o aumento populacional; novas ideias e práticas em relação à escravidão começam a incomodar os escravocratas locais; e já está em decadência aquela atividade econômica que garantira posição de destaque ao município durante boa parte do século XIX – a cafeicultura.

As mudanças ocorridas não acarretaram, no entanto, num afrouxamento das relações estabelecidas em torno do sistema escravista na localidade pesquisada, ou em relações mais amenas, vivenciadas entre os cativos e a sociedade livre que os circundava. Ao estabelecer o papel da província de São Paulo na escravidão, Maria Cristina Cortez Wissembach assim resume: "Durante grande parte do século XIX, e em função da economia agroexportadora do açúcar e do café, a província de São Paulo apresentou-se como um dos principais bolsões de uma escravidão resistente, vigorosa e extremamente violenta."[115] Na Jacareí das duas últimas décadas de vigência do regime escravista, mesmo apresentando sinais claros de decadência da produção cafeeira, atividade econômica que teria alçado a cidade a uma posição de destaque na economia da província paulista na metade do século XIX, não teria sido diferente.

De acordo com José Murilo de Carvalho, a reação dos proprietários de escravos às "iniciativas abolicionistas" estava condicionada a fatores diversificados, tais como: uma maior ou menor dependência daqueles de volume de mão-de-obra, relacionando-a ao tamanho das propriedades e das atividades nelas desenvolvidas; uma maior ou menor disponibilidade de braços livres e, consequentemente, uma maior ou menor dependência da mão-de obra-escrava, ou pelo menos o suprimento adequado de mão-de-obra, de que

---

[114] No "*Almanaque da Província de São Paulo para 1873"*, organizado por Luné & Fonseca, já registra-se em Jacareí a existência de "uma fábrica de meias sem costura, que ocupa um pessoal de cerca de 30 pessoas de ambos os sexos." Luné e Fonseca (org.), *Almanack da Província...*, *a*pud.: Lencioni, *Jacareí: viajantes...*, p. 39/40

[115] WISSEMBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880).* São Paulo: Editora Hucitec, História Social USP, 1998, p. 16.

tipo fosse – livre ou escrava. Desta forma, o tipo de atividade econômica desenvolvida e o perfil demográfico da região delineavam perfis diferentes entre os proprietários de escravos. Ao caracterizar as diferentes regiões do Brasil de acordo com a atividade econômica predominante, e aludindo ao tipo de propriedade onde as mesmas eram praticadas e ao tipo de mão-de-obra empregada e sua disponibilidade ou escassez, divide o "sul cafeicultor" entre as áreas mais antigas, nas quais o "estoque de mão-de-obra escrava era suficiente", mas a economia já estava em decadência "pela queda de produtividade das terras", e as mais novas, "regiões de terras mais produtivas e famintas de mão-de-obra". Enquanto as primeiras se apegaram à escravidão, nas outras a solução do problema estaria numa atitude pragmática, que ao que parece, não teria "derivado de nenhum cálculo sobre a maior ou menor produtividade de um ou outro tipo de mão-de-obra": a busca pela mudança do tipo de mão-de-obra a ser empregada na lavoura cafeeira, encontrada na importação de "braços livres", sem que se abandonasse o "braço escravo". Se a solução dos problemas de uns estava na mudança, outros, ao que parece, só não queriam acentuá-los, e buscavam a permanência das coisas como estavam.[116]

Quando o autor descreve as áreas mais antigas de produção de café no "sul cafeicultor", ele está necessariamente se referindo ao Vale do Paraíba, tanto em sua porção fluminense quanto paulista. Ao analisarmos os dados referentes à produção de café e de população escrava em Jacareí, alem de confirmarmos a queda de produção que esta localidade apresentou nas últimas três décadas de produção de café sob o regime de mão-de-obra escrava, constatamos que a realidade deste município era ainda mais difícil do que a daqueles que estavam em seu entorno, pois se no modelo exposto por Carvalho as áreas mais antigas conseguiam ao menos manter um "estoque de mão-de-obra

[116] CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 319 e 321.

escrava (...) suficiente"[117], e isso pode ser constatado para a maioria das localidades situadas no Vale do Paraíba paulista (vide tabela 8), aquele município apresentou perda significativa de sua população escrava entre os anos de 1876 e 1885 (vide tabela 8).

O fato de Jacareí não se enquadrar exatamente no modelo exposto por Carvalho para explicar o apego das áreas mais antigas de produção de café à escravidão, nesse caso, serve para acentuar a gravidade do cenário encontrado na localidade. A visível decadência da cafeicultura em Jacareí pode nos ajudar a compreender a dimensão da reação de escravocratas às iniciativas dos abolicionistas na localidade nos primeiros anos da década de 1880, e revela o apego daqueles à estrutura escravista vigente e o que os mesmos estavam dispostos a fazer para manter uma produtividade já decadente.

Aquele porta-voz dos escravocratas de Jacareí, que em meados da década de 1870 deixou impressas suas ideias na matéria de capa do *Correio do Norte*, expunha às claras a percepção de um grupo social a respeito das mudanças que já estavam acontecendo na localidade e que atentavam frontalmente contra os interesses dos mesmos. Com o inaugurar da década de 1880, assistiremos em Jacareí ao acirramento de conflitos entre grupos com interesses distintos em relação à manutenção da escravidão na localidade, especialmente em ocorrências registradas nos anos de 1883 e 1887, objetos de análise dos próximos capítulos da presente dissertação.

Antes de nos dedicarmos à reconstituição daquela que talvez possa ser considerada a primeira ação abolicionista em Jacareí dentro do perfil do movimento que se instaurava na capital paulista no início da década de 1880 sob a liderança de Antonio Bento, e que depois se interiorizou pela província, empreendemos uma busca na tentativa de captar outros aspectos que explicassem a dimensão da reação tomada pelos escravocratas de Jacareí às práticas dos abolicionistas daquela localidade. O que

[117] Carvalho, *A construção da ordem*..., p. 319.

encontramos, já no início da década da abolição, foi a província paulista, especialmente o Vale do Paraíba, sob a ameaça da instauração de um pânico generalizado. Para que possamos vislumbrar em que contexto se deu aquela pretensa ação inaugural em Jacareí é preciso que alcemos nossos olhares para as localidades que a circundavam e para aqueles que começavam a construir novos e temidos caminhos para alcançar a abolição da escravatura no país.

6. Ações abolicionistas na província de São Paulo na década de 1880

Diante do cenário que se desenharia com o descortinar da nova década, as angústias dos escravocratas de Jacareí, estampadas na capa do periódico *Correio do Norte* na década anterior[118], representavam lembranças de um tempo em que os incômodos causados pelas novas ideias a respeito da escravidão propagandeadas na localidade eram apenas um pouco mais do que ameaças potenciais à manutenção daquele sistema, pois, naquele momento, além de tentar chamar a atenção da sociedade local para a ilegitimidade da propriedade escrava, já traziam prejuízos financeiros a algumas figuras de poder na cidade e na região.[119]

O ano de 1881 mal começara e já trazia consigo os sinais de um novo tempo para o movimento abolicionista, com uma característica que marcaria-o na década da abolição: a penetração do mesmo no campo.

Relatada nos relatórios anuais dos presidentes das duas principais províncias cafeeiras do Império, São Paulo e Rio de Janeiro, uma tentativa de insurreição que tinha

---

[118] APHJ – Fundo Fórum de Jacareí – Ano 1876 - Caixa 331 - Jornal *Correio do Norte*, edição de 12/09/1876, anexado à Denúncia – acidente com dois trabalhadores na obra da ponte do Rio Paraíba.

[119] Refiro-me aqui aos credores de comerciantes e fazendeiros em dificuldades financeiras, como o escravocrata João da Costa Gomes Leitão, que vinham sofrendo prejuízos com a nova prática que começara a se difundir entre os devedores, que eram estimulados a libertar seus escravos que seriam entregues como pagamento de suas dívidas.

como núcleo irradiador a cidade de Resende registraria, ao que parece, pela primeira vez "na longa e tumultuada história da escravidão no Brasil", homens livres e brancos indiciados ao lado de escravos "como promotores e principais líderes de uma insurreição de escravos".[120]

Ocorrida nos limites entre as duas províncias citadas, tinha como epicentro a freguesia de São José do Campo Bello, em Resende, mas envolvia também os municípios adjacentes. Descoberta em fase bastante adiantada, partiu do subdelegado de Campo Belo o primeiro alarme, comunicando ao delegado de Resende e às chefias da Polícia de ambas as províncias a grande ameaça sob a qual toda aquela região estava, clara alusão à gravidade com que essa autoridade via a ocorrência que, aparentemente, começara a se vislumbrar naquele momento.[121]

Procedidas as averiguações policiais, o subdelegado citado comunicava às suas autoridades superiores que os planos dos suspeitos não eram nada modestos. Domingos Freitas e Antonio Mesquita promoviam sedições de escravos no município de Resende, e tinham o plano de reunir 2000 escravos e atacar a cidade. Com o aprofundar das investigações que seriam realizadas, a partir de então, pela chefia da Polícia das duas províncias, e a descoberta de correspondência trocada entre os líderes denunciados, adviria a constatação de que os anseios dos suspeitos eram grandiosos, pois além de ficar comprovado que realmente se organizava uma insurreição de escravos que tinha como líderes homens brancos, constatou-se que o objetivo da mesma era nada menos do que "alcançar a abolição a todo custo", e que a estratégia de ação a ser colocada em prática deveria ser "a união dos pobres contra os ricos".[122] Nos depoimentos dos escravos e das testemunhas inquiridas, além da confirmação do plano insurrecional,

---

[120] MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994, p. 177/8.
[121] Machado, *O Plano*..., p. 175, 179 e 180.
[122] Machado, *O Plano*..., p. 179, 180 e 187.

encontram-se relatos que revelavam detalhes da organização da insurreição e "aspectos estratégicos da marcha", como o caminho que percorreriam e as fazendas pelas quais passariam; os atos que praticariam ao longo do trajeto até Resende ou a Corte, cidades numa das quais encontrariam Joaquim Nabuco e "um partido de Hespanha", ou o Imperador com a bandeira da liberdade[123].

Reconstituída por Machado a partir da confrontação de diversas fontes documentais, e resumidamente citada aqui, a tentativa de insurreição nos enreda em sua complexidade e nos envolve na busca de percorrer os misteriosos caminhos trilhados por um dos seus líderes, Antonio Mesquita. Mas aqui nesse trabalho, interessa-nos particularmente devido ao seu poder de colocar em polvorosa toda a região.[124]

Na denúncia feita pelo promotor público da comarca de Resende, Antonio Theodoro de Leal Mesquita, Domingos de Freitas Lacerda e Israel de Freitas Lacerda, esses dois últimos pai e filho, eram denunciados por promoverem insurreição de escravos, e também por, juntamente com seus cúmplices, os escravos Sebastião e Marçal, excitarem e aconselharem escravos das fazendas vizinhas da freguesia de Campo Belo e de outras, como Areias e Silveiras, a conseguirem a liberdade. O promotor apontava ainda que se era difícil colher provas esmagadoras num crime dessa natureza, os depoimentos de escravos e de testemunhas juradas do inquérito provavam a evidência de que o plano concebido vinha sendo executado pelos denunciados e que estes só não tinham chegado ao seu termo pois o mesmo fora descoberto pela polícia. [125]

Ao sinal de alarme dado pelo subdelegado de Campo Belo, em 23 de março de 1881, desdobra-se uma "ação militar de grande envergadura em Resende e ao Norte da

---

[123] Machado, *O Plano*..., p. 195/6.
[124] Machado, *O Plano*..., p. 197.
[125] Machado, *O Plano*..., p. 176/7. As referências à denúncia do promotor são feitas a partir do seguinte documento transcrito por Machado: "Cartório do 2º Ofício de Resende. Maço 17, no. 23. 1881. Tribunal do Jury. Insurreição. A Justiça: Autora, Antonio Theodoro de Leal Mesquita, Domingos de Freitas Lacerda, Israel de Freitas Lacerda, Sebastião Caetano, Marçal, escravos: Réos".

Província de São Paulo", cujo "centro das operações de repressão" era a "freguesia de São José do Campo Belo, distrito rural da Comarca de Resende, Província do Rio de Janeiro." No mesmo dia que recebera a notícia do subdelegado de Campo Belo, o chefe da Polícia de São Paulo oficiou ao presidente da província sobre o ocorrido, e apesar de deixar registrado que lhe parecia haver um certo exagero na notícia recebida, considerava que não convinha ignorar medidas preventivas que abortassem "qualquer tentativa de insurreição" na província de São Paulo, e que as mesmas medidas não deveriam conter "caráter de violência" para não "exacerbar o ânimo da escravatura." A atitude da polícia nas semanas seguintes à descoberta do plano de insurreição, no entanto, "contradizia o tratamento empregado pelo Chefe da Polícia" de São Paulo ao avaliar o episódio, que minimizara a importância da ocorrência. Aquele "corre-corre das polícias, as tentativas frustradas de captura dos acusados, a prontidão das autoridades municipais" denunciavam a gravidade da ocorrência e a falta de controle das autoridades sobre a situação, e acabaram "servindo para que o pânico se instalasse crescentemente entre as populações".[126]

Diante daquele caso nada usual, a atitude tomada pela chefia da Polícia da província de São Paulo foi de "encobrir a maior parte de suas investigações, sonegando inclusive as informações disponíveis aos próprios Delegados de Polícia das localidades interessadas." Usando uma linguagem moderada para buscar alertar os delegados "sobre as necessárias medidas cautelares que deveriam ser tomadas para manter o sossego das populações", o Chefe da Polícia de São Paulo parecia ter adotado uma dessas medidas com os delegados de polícia: não colocá-los a par de todas as informações de que dispunha através de escusas diligências.[127] As autoridades só se viram obrigadas a assumir publicamente "a existência de uma ampla tentativa de insurreição" quando

[126] Machado, *O Plano*..., p. 180.
[127] Machado, *O Plano*..., p. 180.

desencadeou-se "uma forte boataria" nos municípios sob investigação, geradora de um visível clima de insegurança.[128] Mesmo assim, por parte da chefia da Polícia da província paulista manteve-se a conduta de omitir das autoridades locais alguns aspectos das investigações procedidas em suas localidades, numa atitude contemporizadora, e talvez em função disso, em alguns momentos pode-se perceber nesses delegados atitudes beirando o pânico do qual se queria manter a população afastada ao não obterem das autoridades da capital resposta à altura dos perigos que supunham estar expostos.

No dia seguinte do alarme da descoberta do plano de insurreição, o "Chefe da Polícia telegrafava aos Delegados de Queluz, Silveiras, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Taubaté, Caçapava, Jacareí, Mogi das Cruzes e São José dos Campos – localidades todas situadas no Vale do Paraíba Paulista e às margens da estrada de ferro", para comunicá-los daquela descoberta feita pelo subdelegado da freguesia de Campo Belo, destacando que esta localidade ficava "à margem da estrada de ferro Pedro II", talvez numa implícita alusão a uma possível rota de fuga que poderia ser utilizada pelos insurretos, e que colocava aquelas localidades sob perigo. Comunicava ainda que de acordo com a autoridade da localidade primeiramente afetada, os até então dois suspeitos teriam tomado a direção de Silveiras ou Queluz, e que se aparecessem numa daquelas localidades que recebiam aquele comunicado, o procedimento a ser tomado era a vigilância sobre os mesmos, "evitando, porém qualquer violência injustificável ou medida preventiva que exacerbe o ânimo da escravatura".[129]

As orientações da chefia da Polícia colocavam às claras os riscos potenciais aos quais as localidades estavam expostas, especialmente aquelas em torno de Resende,

---

[128] Machado, *O Plano*..., p. 180/1.

[129] Machado, *O Plano*..., p. 184. As referências ao comunicado do chefe da Polícia são feitas a partir do documento transcrito por Machado: "DAESP [atual APESP]. Livro de reservados, Ordem 1529, ofício número 43 de 24/03/1881".

"onde se supunha que os indiciados poderiam estar acoitados". Nestas, "o clima de insegurança (...) começou a tornar-se incontrolável", como se poderá perceber através da comunicação do delegado de Silveiras com a chefia da Polícia da província de São Paulo. Em telegramas urgentes enviados pelo primeiro, nos quais relatava suas investigações e os riscos que corriam, também solicitava reforços para a localidade, pedido que reiterava no dia seguinte numa mensagem que "manifestava forte apreensão": "Estamos ameaçados, peço a VExcia que com toda urgência faça seguir 15 ou 20 praças para reforçar o destacamento desta cidade". Apesar do delegado de Resende, em telegrama enviado à autoridade da Polícia na capital, reiterar a gravidade da situação em Silveiras e afirmar que os três criminosos lá se encontravam, a resposta recebida pelo delegado de Silveiras, enviada pelo Chefe da Polícia de São Paulo, "aparentemente desconhecendo o teor das comunicações anteriormente enviadas", minimizava a importância dos últimos relatos daquele, dizendo que seus ofícios não revelavam "mais que meras suspeitas".[130]

Os próximos passos do delegado de Silveiras, diante da confirmação de que "os Lacerdas, apesar de fortemente caçados, continuavam nas imediações de Lavrinhas (Queluz)", localidade próxima de onde aquela autoridade atuava, teria sido prevenir a população da situação que enfrentavam e investir "os fazendeiros no cargo de inspetores de quarteirão, os quais, dia e noite, passaram a se revezar na vigilância dos caminhos e estradas das vizinhanças". Assim, o delegado de Silveiras punha a população a par do perigo que rondava a localidade e conclamava a classe que tinha os maiores interesses na manutenção da ordem escravista a vigiar os caminhos através dos quais aquele risco potencial poderia alcançá-los, adotando uma linha de atuação oposta àquela proposta

[130] Machado, *O Plano...*, p. 184/6. A correspondência entre as autoridades citada em Machado é a seguinte: "DAESP [atual APESP]. Polícia, Ordem 2607, Caixa 172 de 1881. Telegrama Urgente. Do Delegado de Polícia de Silveiras ao Chefe da Polícia, 30/03/1881"; "DAESP [atual APESP]. Livro de Reservados, Ordem 1529, ofício de 31/03/1881."

pela chefia da Polícia, que sugeria "necessárias medidas cautelares que deveriam ser tomadas para manter o sossego das populações".[131]

O clima de insegurança tomava conta da região. Apesar dos esforços da Polícia "para manter a situação sob controle, evitando o alastramento do pânico", a partir de meados de abril a mesma se agravara e "desafiava a capacidade dos órgãos repressivos, que temiam que o alastramento da revolta ou do pânico entre as populações colocasse tudo a perder, tornando a situação incontrolável."[132] Diante da análise da situação como um todo, a polícia decidiu-se por "um deslocamento das forças das localidades da Província de São Paulo e sua concentração na capital", solicitando aos municípios que enviassem urgentemente para a capital os destacamentos de praças permanentes naquelas sediados. No telegrama enviado às autoridades das localidades, mesmo sem dar maiores explicações, revelava que aquela ordem do governo se justificava com "a necessidade de ter alguma força para acudir qualquer emergência". A desconfiança gerada com a perda desses minguados contingentes que concentrados na capital comporiam uma força policial de prontidão, juntamente com a precariedade das forças policiais dos municípios e o constante temor da eclosão de revoltas nas fazendas teriam levado muitos delegados "mais ousados" a questionarem aquela ordem das autoridades da capital e ainda exigirem "explicações acerca da emergência em que se encontrava a Província."[133] Ou seja, as medidas tomadas pelas autoridades da capital, na tentativa de resolver prontamente qualquer ocorrência que pudesse acontecer naquelas localidades que estavam sob a ameaça da insurreição dos Lacerda e de Mesquita, colocaram as

---

[131] Machado, *O Plano...*, p. 184 à 186. As correspondências entre as autoridades, todas citadas em Machado, são as seguintes: "DAESP [atual APESP]. Polícia, Ordem 2607, Caixa 172 de 1881. Telegrama Urgente. Do Delegado de Polícia de Silveiras ao Chefe da Polícia, 30/03/1881"; "DAESP [atual APESP]. Polícia, Ordem 2607, Caixa 172 de 1881. Telegrama. Do Delegado de Polícia de Resende ao Chefe da Polícia, 30/03/1881"; "DAESP [atual APESP]. Livro de Reservados, Ordem 1529, ofício de 31/03/1881.
[132] Machado, *O Plano...*, p. 186/7.
[133] Machado, *O Plano...*, p. 187/8.

autoridades de outras regiões em alerta sobre a situação em que a província se encontrava.

De acordo com Machado, o comportamento da Polícia, ao longo do desenrolar do episódio da tentativa de insurreição de Resende parece ter sido pautado pela consciência de que as forças repressivas estavam em desvantagem no caso de "eclosão de uma revolta de escravos de maior porte", mas essa posição desconfortável não foi assumida somente naquela ocorrência, repetindo-se no decorrer da década que iniciava. Em situações de distúrbios causados pelos escravos, freqüentes e pulverizados pela província, enviava-se reforços para a localidade em que se dava a ocorrência. Esses reforços eram formados com a retirada dos minguados contingentes de outras localidades, que ficavam sem assistência até que a situação se normalizasse. Na tentativa de insurreição de Resende, no entanto, de acordo com a historiadora, encontramos alguns aspectos excepcionais.[134]

Inaugurando a década da abolição como "a primeira [tentativa de revolta] a efetivamente desafiar a "tranqüilidade" das províncias possuidoras dos maiores contingentes de escravos", surpreendeu as forças policiais que, tendo de agir rapidamente e de forma eficiente, "tentaram descaracterizar a ocorrência", numa tentativa de minimizar a dimensão da mesma. As autoridades só assumiram "a realidade de um estado de emergência" a partir da boataria que se espalhava pelas localidades envolvidas, alimentada também pelo vazamento das informações obtidas através das investigações reservadas procedidas pela polícia. Mesmo assim, através de suas ações de caráter reservado, a Polícia teria conseguido conter o "pânico das populações no âmbito do norte da Província", usando a "censura das investigações em todos os níveis " como sua principal "arma para lidar com uma situação acima de suas forças."[135]

---

[134] Machado, *O Plano*..., p. 189.
[135] Machado, *O Plano*..., p. 189.

> "Experiência bem absorvida pelo governo, a estratégia da reserva e a tática do silêncio e do encobrimento da real situação das províncias, envolvidas em constantes revoltas de escravos, foi reutilizada sempre que as circunstâncias exigiram."[136]

Observando dois pontos aqui colocados que nos permitem analisar a percepção das camadas proprietárias sobre as mudanças que estavam acontecendo à sua volta nos últimos anos de vigência do regime escravista no Brasil, quais sejam, as angústias dos proprietários de escravos expressas na matéria de capa do periódico de Jacareí, o *Correio do Norte*, em 12 de setembro de 1876, e os temores das camadas proprietárias diante do envolvimento de "homens livres e escravos" e o "apelo [desses últimos] à participação de toda espécie de deserdado" na tentativa de insurreição de Resende, em 1881,[137] veríamos que num período de apenas cinco anos as ameaças que rondavam os primeiros haviam se transformado na mais temida realidade. Num claro sinal de mudança dos tempos, a insurreição de Resende refletia "o tortuoso caminho de penetração do abolicionismo nas fazendas."[138]

Se na ação aqui analisada numa das localidades atingidas pela instabilidade gerada pela tentativa de insurreição de Resende assistiu-se a união dos senhores de escravos às forças policiais locais[139], naquele caso com o claro interesse de manter a tranquilidade pública, é fato que, de forma geral, fortes interesses ligavam autoridades municipais e senhores de escravos[140]. É fato também que, numa direção contrária, dos papéis que tratam da "repressão aos movimentos escravos" ressalta a "crescente

---

[136] Machado, *O Plano*..., p. 189/90.
[137] Machado, *O Plano*..., p. 190.
[138] Machado, *O Plano*..., p. 179.
[139] Refiro-me aqui às ações do delegado de Silveiras já anteriormente abordadas neste trabalho a partir de Machado, *O Plano*..., p. 186
[140] De acordo com Machado, "a atuação da Polícia nos municípios, de forma geral, coadunava-se com interesses dos fazendeiros e senhores de escravos, explicáveis pelos acordos políticos que selavam as nomeações das autoridades locais. MACHADO, Maria Helena P. T. ""Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas": a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão." In: SALLES, Ricardo e GRIMBERG, Keila. *O Brasil Impérial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 379.

preocupação, sobretudo da parte da chefia da Polícia, em manter as atividades repressoras dentro do estrito cumprimento da lei."[141]

Ao analisar uma ocorrência, também do ano de 1881, na cidade de Itatiba, assim como outras "revoltas violentas em distritos cafeeiros importantes, acompanhadas de ondas de pânico e violência", Machado observa que a antiga solidariedade existente entre autoridades e senhores de escravos começava a rachar, e os sinais disso são apreendidos através da insatisfação de delegados da Polícia, juízes e promotores que "começavam a se ressentir de agir de maneira publicamente arbitrária, ao arrepio dos procedimentos legais, mostrando ser apenas joguetes nas mãos de fazendeiros truculentos e aterrorizados."[142] Diante da transformação de um senhor medroso, que pedira o auxílio da Polícia para conter seus escravos, em um valentão que queria dilacerá-los, o delegado de Itatiba se opõe à aplicação de açoites na delegacia, e passa a ser visto como abolicionista. Talvez temendo pela própria vida, a autoridade cede às pressões e castiga os cativos, ato pelo qual foi saudado pela multidão. Numa missiva dramática endereçada ao chefe da Polícia, o delegado confessava a vergonha que sentia por ter atendido aos anseios escravocratas, ato responsável pelo retorno da localidade a um estado de paz e sossego.[143]

Percebido como um relato excepcional, o texto do delegado que expôs a ocorrência de Itatiba é um testemunho da "radicalização de certos estratos da população nas áreas de alta concentração de cativos, que passavam a reagir de forma violenta às contestações escravas." Esse tipo de situação sugere que "o acirramento dos ânimos dos fazendeiros tumultuava as cidades e ameaçava as autoridades", pois os mesmos passaram a exigir das autoridades atitudes que reprimissem "escravos rebeldes" e

---

[141] Machado, ""Teremos grandes desastres...", p. 384/5.
[142] Machado, ""Teremos grandes desastres...", p. 385..
[143] Machado, ""Teremos grandes desastres...", p. 385/6.

"advogados envolvidos nos movimentos emancipacionistas ou nos clubes e sociedades abolicionistas".[144]

Cremos, no entanto, a partir da leitura do relato do delegado de Itatiba, que uma exigência a mais feita pelos escravocratas locais àquela autoridade se colocou sutilmente, qual seja: a clara defesa dos interesses escravocratas[145] como forma de garantir a própria vida. A tentativa de se omitir de açoitar os escravos na delegacia colocou a figura do delegado sob a suspeita de ser abolicionista, pois sussurrava-se por toda a parte: "É agente de Nabuco, comparsa de Luiz Gama"[146]. Sem se referir a ameaças claras recebidas da parte dos escravocratas, tais acusações, ao que parece, teriam sido suficientes para que aquela autoridade voltasse atrás na decisão, e resolvesse dar a todos prova de fidelidade aos interesses escravocratas, ordenando que açoitassem os escravos. Numa clara demonstração de que se conscientizara do risco que corria ao ter sua atitude de omissão interpretada como abolicionista, o delegado parecia pretender dirimir qualquer dúvida nesse sentido e assim evitar que a fúria dos escravocratas se voltasse contra ele.

Desta forma, além de exigir das autoridades locais a repressão de escravos rebeldes e advogados emancipacionistas/abolicionistas, os escravocratas obrigaram-nas a defender seus interesses como demonstração de um anti-abolicionismo que, mesmo que forjado, lhes garantiria a vida.

Aplacar tal fúria não teria logrado o delegado Joaquim Firmino de Araújo Cunha, de Penha do Rio do Peixe, cidade situada no Oeste da província paulista, em fevereiro de 1888, mesmo diante de "sua atuação moderada e legalista em defesa das leis emancipacionistas." A excepcionalidade desse caso se deve ao nível de violência

---

[144] Machado, ""Teremos grandes desastres...", p. 386

[145] No caso de Itatiba representada pela surra que o senhor dos escravos queria que os mesmos recebessem na cadeia da cidade.

[146] DAESP (atual APESP), Polícia, ordem 2600, caixa 165 de 1880, citado por Machado, ""Teremos grandes desastres...", p. 386.

atingido na ocorrência, o linchamento que teria levado a autoridade à morte, e a participação de dois ex-confederados norte-americanos emigrados para a região, tidos como líderes do delito[147]. Tendo aparentemente aderido ao abolicionismo, participando de *meetings* "organizados em torno do Clube Euterpe Comercial, de Mogi-Mirim", e abrigando em sua casa dois escravos em processo de emancipação, o delegado teria dado motivos suficientes para, juntamente com outras figuras locais, se tornar alvo de uma represália organizada por um grupo de fazendeiros e capangas que reuniu nos arredores da cidade mais de 200 pessoas revoltadas com adesão da autoridade ao movimento de libertação dos escravos. Na calada da noite, sorrateiramente, o grupo adentrou a cidade, postando-se em frente à casa de Joaquim Firmino. Os primeiros atos tomados pelo grupo já denunciavam a tragédia que estava por vir: as paredes e folhas das janelas foram cravejadas de balas, as vidraças estilhaçadas e a porta forçada. Com a invasão da residência, o que seguraria os impulsos violentos do grupo? Surraram o delegado até a morte, agrediram sua esposa e sua filha, e ganharam as ruas novamente, iniciando a caça de outros indivíduos tidos como colaboracionistas, que não foram encontrados. Se até então o desenrolar da ação já se mostrava surpreendente, os atos seguintes ainda conseguem causar-nos surpresa: a multidão retorna à casa do delegado e encontrando-o caído, provavelmente já morto, alguns ainda agridem-no com chutes e esfaqueiam-no.[148]

Não menos estarrecedora do que a violência praticada na ação é o "nível de tolerância local com relação ao comportamento violento dos fazendeiros", pois apesar

[147] São eles o médico James H. Warne e João Jackson Klink, "ambos naturalizados brasileiros e fazendeiros escravistas da região". Machado, ""Teremos grandes desastres...", p. 389.
[148] Machado, ""Teremos grandes desastres...", p. 390.

dos réus admitirem a participação na ação contra o delegado, demonstrando a certeza da impunidade, todos foram absolvidos em júri popular.[149]

De acordo com Machado, a década de 1880 teria colaborado para o "delineamento de possíveis cisões" entre as instituições justiça/polícia e a manutenção da ordem como uma resposta aos interesses dos fazendeiros, pois o "crescente desgoverno dos escravos parece ter sugerido às autoridades policiais que, em situações críticas, mais importante do que defender o direito dos fazendeiros seria preservar a chamada tranqüilidade pública."[150] É neste sentido que deve ser compreendida a instauração do inquérito pela chefia da Polícia da província de São Paulo para averiguar o ato de expulsão dos abolicionistas de Jacareí no ano de 1883, e não o que havia sido solicitado pelos agentes da expulsão (as ações supostamente ilegais dos abolicionistas), como se poderá ver no próximo capítulo.

[149] De acordo com Machado, apesar da maioria dos indiciados ter se apresentado à justiça local e assumido participação na ação contra o delegado, os mesmos negaram "terem cometido a agressão física direta." Machado, ""Teremos grandes desastres...", p. 390.
[150] Machado, ""Teremos grandes desastres...", p. 388.

CAPÍTULO II

O trem das 8 e ¼ já vai partir: abolicionismo e violência em Jacareí na década de 1880.[1]

Naquele dia, um grupo de homens tomou uma atitude, e resolveu um problema à sua maneira. Já tinham pedido ajuda ao Juiz de Direito da Comarca, e este, considerando o assunto grave, encaminhou uma Representação ao governo provincial, "mostrando que o coronel Rocha Martins promovia a insurreição de escravos do Município". No entanto, nenhuma ação fora tomada por parte do poder público.

O que fizeram eles? Conseguiram embarcar num trem o coronel Francisco Felix da Rocha Martins, que abertamente fazia propaganda de alforria de escravos; Antonio Henrique da Fonseca, advogado, indivíduo de "proceder desregrado", que incitava escravos à liberdade; e o italiano Nicoláo Chioffi, conhecido por auxiliar aqueles indivíduos. A ação, na versão que consta da citada Representação encaminhada às autoridades da capital da província pelos agentes da expulsão, custara algum dinheiro, pois além de pagarem as passagens, deram ao advogado Fonseca, a seu "pedido", a quantia de quarenta mil réis.[2]

---

[1] Toda a ação aqui abordada será reconstituída a partir das informações encontradas em dois documentos que estão sob a guarda do Arquivo Público e Histórico de Jacareí (APHJ): a "Representação dirigida ao Excellentissimo Doutor Chefe de Policia por diversos cidadãos residentes nesta Cidade e Município", produzida pelos agentes da expulsão dos abolicionistas, e o "Inquérito" instaurado pela chefia da Polícia da província de São Paulo para averiguar em que condições se deu a ação de expulsão dos abolicionistas relatada na "Representação". Doravante, os documentos serão assim referenciados: APHJ - Fundo Fórum - Ano 1883 - Caixa 376 - "Representação"; APHJ – Fundo Fórum - Ano 1883 - Caixa 376 - "Inquérito".

[2] No inquérito instaurado pelo chefe da Polícia da província de São Paulo, José Joaquim B. Neves, as testemunhas João Macário de Paula Martins (p. 17 frente a 18 verso) e Antonio Rodrigues de Figueiredo (p. 20 frente a 21 verso) relataram que o dinheiro fora dado ao advogado Antonio Henrique da Fonseca pois o mesmo dissera que não tinha dinheiro para custear suas despesas. Ambas as testemunhas declararam que ouviram dizer que o dinheiro fora dado ao advogado pelo Coronel Delfino Martins Siqueira (cujo nome consta da seguinte forma no abaixo-assinado anexado à Representação: Delfino M. Siqueira); no entanto, enquanto a primeira testemunha precisa a quantia em 40 mil réis, a segunda não sabe se tratava-se de 40 ou 50 mil réis. APHJ – Fundo Fórum - Ano 1883 - Caixa 376 - "Inquérito". Na

A situação acima relatada, conforme narrada por aqueles que praticaram a ação e trataram de comunicar o ocorrido ao Chefe de Polícia da província, acontecera na cidade de Jacareí, na madrugada de 26 de Novembro de 1883, mas como se verá adiante, era bastante semelhante a uma outra ocorrida numa localidade do Oeste da província paulista, há menos de um mês daquela registrada no município valeparaibano. À versão oficial dos acontecimentos, relatada numa Representação que foi encaminhada ao Chefe da Polícia da província, juntamente com um pedido para que se instaurasse inquérito a fim de averiguar as ações daqueles indivíduos desordeiros, anexaram um abaixo-assinado em que constam 170 assinaturas de homens da cidade, que ou tomaram parte da ação e por isso assinaram o documento, ou simplesmente assinaram o documento por concordarem ideologicamente com a ação que fora tomada.

É sim instaurado um inquérito pela chefia da Polícia da província de São Paulo. No entanto, o objetivo deste, diferentemente do que pretendiam aqueles que o requisitaram, era buscar compreender como se deram os acontecimentos na agitada madrugada da cidade interiorana, em que alguns indivíduos, desgostosos daquilo que acreditavam tratar-se de inação das autoridades, tomaram o lugar do poder público na aplicação da iniciativa que criam necessária, por conta própria, numa tentativa de concretizar a justiça que esperavam.

Com o inaugurar da década de 1880, algumas coisas tinham mudado para aqueles que defendiam a manutenção dos interesses escravocratas. Primeiro, o abolicionista local estabelecendo contatos para além da esfera municipal, exigindo uma tomada de atitude por parte daqueles que se sentiam prejudicados com a crescente atuação abolicionista do primeiro. Agora, o inquérito procedido pela chefia da Polícia da província de São Paulo, no qual ao invés de serem percebidos como vítimas, esses

---

versão constante da Representação, é relatado que o dinheiro fora solicitado por Fonseca, mesmo já tendo sido pagas as despesas de passagens. APHJ – Fundo Fórum - Ano 1883 - Caixa 376 - “Representação”.

mesmos indivíduos que reagiram ao crescimento de atitudes abolicionistas no município, tinham suas ações investigadas. Os tempos, definitivamente, eram outros. O papel dos órgãos policiais ia se tornando mais estratégico: a manutenção do poder de repressão, e não apenas a defesa do poder senhorial, ganhava força, na tentativa de evitar "o desencadeamento de uma situação de confronto entre as forças pró e contra abolição."[3]

Diante da tomada do poder de repressão por parte da classe senhorial no ato da expulsão, a investigação das ações dos abolicionistas, que fora solicitada pelos 170 homens que assinaram o documento, acabou se tornando uma questão menor para a chefia da Polícia da província de São Paulo.

Entre os signatários do abaixo assinado anexado à Representação encaminhada ao chefe da Polícia da província de São Paulo na qual consta o relato das ações dos abolicionistas e da atitude tomada por aqueles que lhes eram contrários encontramos, de início surpreendentemente, os nomes de alguns daqueles que no ano de 1887 fundariam o *Clube Abolicionista* de Jacareí.

1. O coronel e o advogado, "na senda dos desvarios"

Se a ação agressiva do coronel em relação às pessoas da cidade já era difícil de aturar, a ponto de gerar uma antipatia geral da população, pública e notória até mesmo na capital, quando este inicia "propaganda ilegal de alforria de escravos" sua situação se torna digna de repulsa. É neste momento que buscam a ajuda do poder público na tentativa de coibir os excessos do dito coronel, mas tal iniciativa não resultara em nada.

[3] MACHADO, Maria Helena P. T. Machado. *O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da abolição.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994, p. 72.

E o pior, isso fortalecera tal indivíduo, que se viu "authorisádo à continuar na senda dos desvarios". Mas ele não agiria só.

Muda-se para Jacareí, a convite do dito coronel, o advogado Antonio Henrique da Fonseca, "recentemente expulso de Araraquara e outros Municípios[4] em conseqüência de seu proceder desregrado, já conhecido pelas publicações da imprensa." Saíra daquela cidade do Oeste Paulista expulso por não menos do que oitenta fazendeiros armados.[5] O coronel tranqüilizara Fonseca, dizendo-lhe que "nada deveria temer em Jacarehy de sua população de cordeiros".

Mas tal advogado não se restringia, "como lhe era lícito, de empregar os meios regulares para promôver as alforrias dos escravos que porventura podessem gosar dos beneficios assegurados pela lei".[6] Seu objetivo era libertar todos os escravos do município, "recebendo por tal serviço o salario mensal de 200$000 rs. fornecido por pessoa da Capital".

Se o primeiro já incomodava, com a ajuda do segundo a situação se tornara insustentável. De acordo com uma das testemunhas do inquérito instaurado pela chefia da Polícia da província de São Paulo após a expulsão do coronel, do advogado e do italiano, há muito tempo, "ouvira queixa de fazendeiros contra o procedimento do coronel Rocha [Martins] em aconselhar aos escravos para por todos os meios se libertarem do captiveiro, e que para esse fim todos os meios são lícitos até a própria morte de seus senhores".[7] Se aquele(s) que escreveu(eram) a Representação não

---

[4] De acordo com o relato contido na "Cópia da carta e abaixo-assinado ao Presidente da Província de São Paulo sobre a expulsão do advogado Antonio Henrique da Fonseca de Araraquara", as cidades das quais o advogado abolicionista fora recentemente expulso são Ribeirão Preto e Jaboticabal. APESP - Ano 1883, Polícia, Ordem 2626, Caixa 192. "Cópia da carta e abaixo-assinado ao Presidente da Província de São Paulo sobre a expulsão do advogado Antonio Henrique da Fonseca de Araraquara".

[5] Machado, *O Plano*..., 1994, p. 75.

[6] O(s) redator(es) do documento se refere(m) neste ponto às possibilidades do escravo ter acesso à liberdade criadas a partir da aplicação da Lei Rio Branco (1871), popularmente chamada de Lei do Ventre Livre.

[7] APHJ – Fundo Fórum – Ano 1883 – Caixa 376 - "Inquérito" - Depoimento da 3ª Testemunha, Manoel Antonio Catharino de Freitas Junior (folha 18 verso à 19 verso).

explicita(m) quais eram, exatamente, as ações do coronel quando este inicia "propaganda ilegal de alforria de escravos", com a leitura do relato da testemunha no inquérito suspeitamos de que era à pratica por aquele relatada que fazia(m) referência. E agora o coronel não estava sozinho. O discurso do advogado era o mesmo, dizendo por "toda a parte, e até aos escravos com quem se punha em relações", que aqueles que matassem seus senhores e pessoas de suas famílias não estavam cometendo crime, e pelo contrário, "entrando por esse acto no gôso perfeito da liberdade".[8]

De acordo com aquele(s) que redigiu(iram) a Representação, tal propaganda do advogado era aprovada pelo coronel, e entre os lugares onde fora ouvida "essa linguagem" de Fonseca estava a farmácia de João Macário de Paula Martins. Estando um dia o advogado à porta desta, "em altos brados em presença de diversas pessoas usára das seguintes phrases: "há de acconselhar aos escravos que assassinem a seus senhores porque eu os livrarei no jury"." O que depreendemos da denúncia por parte daquele(s) que redigiu(ram) a Representação sobre o uso daquela argumentação utilizada pelo advogado junto aos escravos, referindo-se ao assassinato das vítimas incluídas na lei número 4 de 10 de junho de 1835 é a tentativa de evidenciar o abuso do abolicionista ao incitar os cativos a praticarem aquele crime de morte, tão comum e temido naquele momento, como uma possível saída da condição cativa. No entanto, de acordo com aqueles que denunciavam as ações dos abolicionistas, além dos escravos serem incitados a atos extremos por aqueles, outras ações também eram pelos primeiros praticadas. O coronel procurava os ditos escravos, seduzia-os e acoitava-os, isso há

[8] De acordo com Maria Helena P. T. Machado, Xavier Silveira seria um dos precursores do mote segundo o qual "o escravo criminosos agia em legítima defesa". Seu pupilo no uso desse argumento nas causas de escravos, mais popular que o mestre, foi Luiz Gama. Machado, *O Plano...*, p. 151.

muito tempo[9], e após a vinda do advogado, mandava "alguns ao dito Fonsêca para requerer por elles e pessoalmente levando outros".[10]

Tudo isso fazia o coronel não por amor à liberdade, "mas por desfarçe de antigos ódios, promovia a insubordinação de escravos levando a intensidade de seus nêgros sentimentos a pônto de insinuar à Fonsêca que em seus requerimentos appresentados à Juiso, empregasse expressões injuriosas contra os senhôres dos libertandos".

Diante do cenário retratado, não seria mais possível à população de Jacareí "conservar-se tranquila perante a perspectiva lúgubre que lhe era annunciada, sendo certo que os agricultôres e suas familias eram principalmente os mais expostos aos perigos por viverem em seus estabelecimentos ruraes longe de qualquer auxilio immediato." Assim, "a população resolveu intimar, como effectivamente o fez, à Antonio Henrique da Fonsêca e Coronel Rocha Martins, à fim de que se retirassem da cidade e Municipio, o que fiséram pelo trem expresso das 8 e ¼ da manhã".

Entre as narrações dos fatos acontecidos nos últimos tempos e o ocorrido na madrugada do dia 26 de novembro de 1883, contidas na Representação, é clara a preocupação de justificar a iniciativa de colocar os três num trem devido à inação do poder público, a quem tinham recorrido.

---

[9] Neste momento é citado o caso da "fuga de uma escrava do cidadão Claudio Manoel dos Santos, a qual foi encontrada na casa d'aquelle individuo [coronel]". APHJ - Fundo Fórum – Ano 1883 – Caixa 376 - "Representação".

[10] Com a lei Saraiva-Cotegipe (número 3270, de 28 de setembro de 1885), o acoitamento de escravos passou a ser considerado crime capitulado no artigo 260 do Código Criminal. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 375. De acordo com José Alípio Goulart, aquele que acoitasse escravos, a partir da instauração do Império no Brasil, estava sujeito a tais medidas de âmbito nacional: art. 260 do Código Criminal; Lei de 15 de outubro de 1837; Aviso número 307, de 8 de julho de 1863. Especificamente sobre a província paulista o autor aponta: "Ainda com relação a São Paulo, convém relembrar que a Lei Provincial número 100, dada a público no Diário de São Paulo de 9 de julho de 1870, dispunha no seu art. 70 que sujeitar-se-ia ao pagamento de multa de 20$000, aquêle que desse asilo a negro fugido, ou o acoutasse, sem previnir as autoridades no prazo de quarenta e oito horas." GOULART, José Alípio. *Da Fuga ao Suicídio*. Rio de Janeiro: Conquista, INL, 1972, p. 58 e 60.

2. "Grandes desgraças poderiam apparecer se por eles proprios não fossem tomadas as medidas precisas para garantia de suas pessoas".

A frase acima foi dita pelo Manoel Antonio Catharino de Freitas Júnior, um dos participantes do ato de expulsão, signatário do abaixo-assinado e portador do documento no intuito de convencer outros a assiná-lo.[11]

Já Francisco Leite de Almeida nos conta alguns episódios da madrugada daquele 26 de novembro, em que por volta das 5 horas da manhã, após ter ouvido barulho, saiu à rua e se dirigiu à frente da casa de Antonio Henrique da Fonseca, onde se dava um grande ajuntamento de povo. Chegara a tempo de ouvir o dito Fonseca "dizer para o pôvo que se lhe garantisse a vida desceria, e tendo resposta affirmativa atirou para o quintal proximo o revolver com o qual se achava."[12]

Ao longo do inquérito instaurado pela chefia de Polícia da província de São Paulo, repetidas vezes perguntou-se às testemunhas se a população participante da expulsão estava armada, ao que se obteve como resposta que não, a não ser uma ou outra pessoa com bengala, cacetes ou varas, mas desarmada de armas ofensivas; "alguns indivíduos armados com cacetes com que costumam andar vulgarmente aqui"; "alguns caipiras com cacetes que costumam andar na roça", e que não teriam sofrido os indivíduos expulsos nenhum tipo de violência física "em suas pessoas ou de suas

---

[11] De acordo com o depoimento de João Macário de Paula Martins no inquérito, "As assinaturas na representação era [*sic*] para ficar provado quem tomara parte no motim ou com ele concordava", e quem lhe levara a representação no intuito de colher sua assinatura fora o dito Manoel Antonio Catharino de Freitas Júnior. João Macário não tomou parte na Representação, e os motivos serão expostos à frente. APHJ - Fundo Fórum – Ano 1883 – Caixa 376 – "Inquérito" – Depoimento da 2ª testemunha João Macário de Paula Martins (fl. 17 verso à 18 verso).

[12] APHJ - Fundo Fórum – Ano 1883 – Caixa 376 - Depoimento da 7ª testemunha, Francisco Leite de Almeida (fl. 22 verso à 23 verso).

famílias, a não ser o fato de ter sido seguro o referido Coronel Rocha [Martins], pela barba, na occasião em que a população lhe tomara um revolver, quando ia embarcar."[13]

Resolvida a retirada do coronel e do advogado, a colônia italiana, que tinha se associado ao "pronunciamento da população", teria indicado a necessidade de "ser affastado de seu meio o Italiano Nicoláo Chioffi, geralmente conhecido como auxiliar d'aquelles individuos." Assim, no mesmo trem, partiu este.

E se resta alguma dúvida da determinação da "população" naquela madrugada, no testemunho do funcionário da estação se destaca um sinal: "os mesmos embarcarão no trem sem ser preciso coação physica, mas que entende que se assim procederão foi porque sabião que toda a população assim exigia."[14]

Várias questões se impõem a partir da leitura do documento produzido por aqueles que se sentiam prejudicados com a ação dos que incitavam os escravos à busca da liberdade. A situação aqui reconstituída através de diversas vozes, captadas entre os envolvidos no ato de expulsão e nas páginas da documentação policial produzida para averiguar em quais condições se deu a ocorrência em que parte da sociedade tomou o lugar do poder público na defesa de interesses escravocratas, serve de base para investigações de diferentes aspectos das mudanças sociais experimentadas pelos distintos grupos que a vivenciaram.

Na busca de tentar compreender a ameaça percebida pelos senhores de escravos e por aqueles que saíram na defesa dos interesses desses e a proporção que estava tomando a influência dos abolicionistas sobre os escravos da localidade, uma questão se destaca para que possamos compreender a dimensão que o embate entre abolicionistas e

---

[13] APHJ - Fundo Fórum – Ano 1883 – Caixa 376 – "Inquérito" – Depoimento da 2ª testemunha João Macário de Paula Martins (fl. 17 verso à 18 verso).

[14] APHJ - Fundo Fórum – Ano 1883 – Caixa 376 – "Inquérito" – Depoimento da 8ª testemunha, Benedicto Braga de Mesquita (fl. 23 verso à 24 verso).

escravocratas alcançou naquela localidade no ano de 1883: quais eram, efetivamente, as práticas daqueles que lutavam em defesa da causa da liberdade, naquele momento, em Jacareí?

Tais práticas, que podem ser apontadas como co-responsáveis pelo rompimento de um aparente já frágil equilíbrio entre abolicionistas e escravocratas da localidade, interessam-nos especialmente devido a seu potencial de causar uma ruptura na forma como o sistema escravista e o poder dos escravocratas vinham sendo vivenciados naquela sociedade.

É difícil precisá-las, pois os relatos dos quais dispomos foram produzidos por indivíduos que tinham claros interesses de pintar com as cores mais fortes o cenário que buscavam reproduzir. Célia Maria Marinho Azevedo situa o caso da expulsão dos três abolicionistas de Jacareí entre aqueles em que "começam a aparecer sinais mais insistentes de apoio popular à causa dos escravos, pois até então os relatórios de polícia quase não mencionam o envolvimento de pessoas de fora das fazendas nos conflitos entre senhores e escravos."[15] Atendo-nos aos relatos dos agentes da expulsão, as atitudes condenáveis dos abolicionistas eram, basicamente duas: aconselharem os escravos a fugirem e acoitá-los, e incitá-los a assassinarem seus senhores, se necessário fosse, para alcançarem a liberdade.

---

[15] AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda Negra, Medo Branco. O negro no imaginário das elites – Século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987, p. 200. A autora cita em seu livro exatamente esse caso ocorrido em Jacareí no ano de 1883 envolvendo o coronel, o advogado e o italiano. Sobre as ações do advogado Antonio Henrique da Fonseca em Araraquara, Azevedo diz que o mesmo escrevia cartas a alguns proprietários e aconselhava escravos. Azevedo, *Onda Negra*..., p. 201. A autora baseou-se na seguinte documentação para fazer tais afirmações: "Falla Dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo na Abertura da 1ª Sessão da 25ª Legislatura em 16 de Janeiro de 1884 pelo Presidente Barão de Guajará, pp. 92-7". A partir da leitura do documento em que os agentes da expulsão do advogado Antonio Henrique da Fonseca relatam ao presidente da província de São Paulo os acontecimentos que culminaram naquela ação ocorrida em Araraquara, constatamos que o abolicionista era acusado de, atuando junto aos escravos, estar somente interessado no pecúlio dos mesmos, fazer-lhes falsas promessas de liberdade, e aconselhá-los à insubordinação e à revolta contra seus próprios senhores. Em sua estada naquela cidade, o advogado abolicionista teria contado com a proteção do juiz de direito da comarca, o D.r Altino Rodrigues Pimenta. APESP, Polícia, Ordem 2626, Caixa 192 - "Cópia da carta e abaixo-assinado ao Presidente da Província de São Paulo sobre a expulsão do advogado Antonio Henrique da Fonseca de Araraquara" - 1883.

De acordo com os relatos contidos na Representação encaminhada ao chefe da Polícia da província de São Paulo e no Inquérito instaurado por aquela chefia, o contato dos abolicionistas com a escravaria se fazia de forma muito perigosa para os representantes da lavoura do município em questão. Para comprovarem a execução por parte dos abolicionistas das práticas das quais os acusavam, ao tratarem sobre os conselhos para que os escravos fugissem e do acoitamento dos mesmos, os redatores da Representação citam o caso da "fuga de uma escrava do cidadão Claudio Manoel dos Santos, a qual foi encontrada na casa" do coronel Rocha Martins. E acrescentam: "Como este, outros factos se tem dado que poderão ser provados no caso de proceder inquérito." [16]

Procedido inquérito pela chefia de Polícia da província, novas acusações naquele sentido surgem. Entre os depoimentos, encontramos o seguinte:

> "Perguntado quaes erão os meios de que empregára Fonseca e o Coronel Rocha Martins para os escravos se insubordinarem contra seus senhores, respondeo que não pode precisar todos, mas que dentre eles sabe que os aconselhara para que fugissem, ou mesmo para se preciso fosse, tentassem contra a vida de seus senhores, que ele Coronel Rocha e Fonseca estavam promptos para os defender, tendo isto se dado com um escravo de nome Miguel, pertensente a elle depoente, pelo que acredita que com outros fazendeiros se terá dado o mesmo facto." [17]

Quando, no entanto, acusam os abolicionistas de, fazendo propaganda da causa pela qual lutavam, chegarem a aconselhar aos escravos a tomarem a atitude extrema de assassinar seus senhores se preciso fosse, os mesmos redatores da "Representação" não fazem menção a sequer uma ocorrência desse tipo que tenha efetivamente acontecido, e também não surge nenhuma acusação nesse sentido nos depoimentos contidos no

---

[16] APHJ - Fundo Fórum – Ano 1883 – Caixa 376 - "Representação".

[17] APHJ - Fundo Fórum – Ano 1883 – Caixa 376 - "Inquérito"- Depoimento da 1ª testemunha, Joaquim Antonio de Oliveira Ramos (fl. 16 frente à 17 frente). No relato da testemunha, estruturado de forma confusa, acreditamos que quando esta diz que isso se deu com seu escravo de nome Miguel, se refira à fuga do cativo, e não que este tenha tentado assassiná-lo.

"Inquérito". Além disso, a realidade não confirmava aderência dos escravizados aos conselhos fatais atribuídos aos abolicionistas, ao menos naquele momento. Não há registros no levantamento geral da documentação pesquisada para essa dissertação entre os anos de 1870/1888 da prática desse tipo de crime na cidade por incitamento de terceiros. Considerando as duas décadas finais de vigência do regime escravista (1870/80), foram encontrados somente dois casos de violência contra vítimas enquadradas na legislação de 1835 praticados por escravos em Jacareí, sendo um contra administrador e outro contra feitor. Sobre o primeiro caso encontramos poucas informações: noticiado no jornal *Correio do Norte*, edição de 12 de setembro de 1876, o caso refere-se a um escravo que andava fugido e que atirou no administrador da fazenda de João da Costa Gomes Leitão, causando-lhe ferimentos leves.[18] Já o segundo, trata-se do assassinato do feitor José Pereira Motta, perpetrado pelo escravo Jacintho, em 03 de novembro de 1881. Tendo sido agredido pelo feitor, que o acusava de fazer "corpo mole" no trabalho, Jacintho dirige-se à casa de seu senhor na cidade, prometendo matar o feitor Motta se fosse obrigado a retornar para o sítio do Rio Abaixo. O escravo alegava que a agressão recebida era injusta, pois sua postura diferenciada no trabalho adivinha do mal que sofria nas pernas, fato conhecido por sua senhora, que autorizava-o a acordar mais tarde do que os outros escravos. O escravo, que teria sido obrigado por seu senhor a retornar ao sítio, ao fazê-lo cumpre a ameaça lançada contra o feitor: mata-o à foiçadas. Procedido inquérito, o mesmo é arquivado em função do suposto suicídio do escravo acusado. Após a realização do exame de corpo de delito no cadáver do escravo Jacintho, quatro testemunhas são inquiridas para esclarecer se tratava-se tal morte de suicídio, conclusão à qual se chega, atribuída ao fato de querer Jacintho "furtar-se a acção da justiça que o persegue afim de prende-lo pelo crime commetido na

[18] Edição do jornal *Correio do Norte*, 12/09/1876, seção "Noticias locaes". APHJ – Fundo Fórum - Ano 1876 - Caixa 331. Anexado à Denúncia acidente com dois trabalhadores na obra da ponte do Rio Paraíba.

pessoa do feitor Jose Pereira da Motta". Fato interessante é que as testemunhas do inquérito procedido em função da morte do escravo não demonstram a menor proximidade com o escravo e sua rotina, diferentemente das que prestam depoimento no inquérito para averiguar as circunstâncias da morte do feitor e o autor de seu assassinato, sendo Jacintho o suspeito e apontado como o réu de fato.[19]

Vemos, desta forma, que ambos os casos encontrados no levantamento da documentação para a localidade em questão não têm relação com a propaganda abolicionista radical de que eram acusados o coronel e o advogado, ao menos no que se refere a crimes enquadrados na lei número 4 de 10 de junho de 1835. Essa característica apontada para Jacareí confirma a sugestão de Machado de que,

> "de forma geral, os atos delituosos dos escravos, mesmo aqueles extremamente violentos, tal como os enquadráveis no Art. 1º da lei de 10 de junho de 1835, circunscreviam-se aos limites da fazenda e à participação isolada dos grupos de escravos de cada unidade produtiva."[20]

Mas se enquadrarmos o cenário local, Jacareí, na peça maior, a província de São Paulo, vemos que existiam motivos para tais temores por parte dos escravocratas locais.

No ano de 1880, o chefe da Polícia da província de São Paulo, o Conselheiro André Augusto de Pádua Fleury, considera a desmoralização da pena de galés "responsável pelo avultamento do número de homicídios cometidos por escravos e pela difusão dos linchamentos de negros criminosos", e pede a revisão de tal legislação

---

[19] APHJ - Fundo Fórum – Ano 1881 – Caixa 331 A – Inquérito – Escravo Jacintho acusado de assassinato; APHJ - Fundo Fórum – Ano 1881 - Caixa 331 A – Corpo delicto – Escravo Jacintho encontrado morto. A análise particularizada dos processos criminais de Taubaté entre o período de 1850/1888 nos quais o escravo surge como réu pronunciado na lei de 1835 revela que "o local privilegiado para ocorrência dos crimes de homicídios e lesões corporais contra senhores e feitores foi a grande e média unidade produtora." MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e Escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888).* São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 65. Para um perfil da criminalidade escrava e do que representavam tais crimes dentro do sistema escravista em áreas de produção cafeeira na província paulista e dos escravos urbanos no município neutro (a cidade do Rio de Janeiro) consultar ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente. Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro.* Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1988.

[20] Machado, *O Plano*..., p. 68.

devido à preocupação das autoridades policiais com "a violência crescente entre senhores e escravos". [21]

O chefe da Polícia da província de São Paulo faz referência às transformações sofridas nas penas aplicadas àqueles escravos que podiam ser enquadrados na lei de número 4 de 10 de junho de 1835. Antes mesmo da criação desta lei, a sentença para os escravos que assassinassem seus senhores ou encabeçassem insurreições era a pena de morte. No entanto, sua execução implicava "a prévia comunicação ao Imperador que (...) podia comutá-la em outra penalidade (...) através do recurso de graça", conforme determinação de 11 de setembro de 1826. Com o aumento no número de crimes praticados por escravos contra seus senhores, o Imperador decreta, em 11 de abril de 1829, que tais criminosos não são "dignos de clemência", e que a sentença deveria "ser executada imediatamente", decreto este confirmado pela Regência em 1834. Com a lei número 4 de 10 de junho de 1835 ficou estabelecida "a pena de morte como punição única nos casos de assassinato ou ofensa física grave, cometidos por escravos contra o senhor, o feitor e suas famílias, negando-se (...) quaisquer recursos ao condenado", decisão que a partir do decreto de 09 de março de 1837 é mantida somente em relação à atos cometidos contra a figura do senhor, retornando a concessão do recurso da graça se o delito fosse cometido pelo escravo contra os outros sujeitos citados na lei de 1835. Em 1857 é suspensa a execução da pena de morte, "subordinando-a ao pronunciamento do Poder Moderador (...), tornando-se comum sua comutação em galés perpétuas". Esta última passa a ser a penalidade máxima do Império, mesmo sem a abolição da lei de 10 de junho de 1835. [22]

Ao dissertar a respeito do crime de morte contra senhores, seus familiares e/ou de pessoas que, no exercício de suas funções, representassem a autoridade senhorial

---

[21] LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia negra e abolicionismo.* Rio de Janeiro: Achiamé, 1981, p. 95.
[22] Lima, *Rebeldia negra*..., p. 47/8.

(feitores, administradores), praticados pelos escravos, e sua alta incidência a partir da virada das décadas de 1860 e 1870, Célia Maria Marinho de Azevedo cita esta mudança na aplicação de penalidade contra aqueles que se enquadravam na lei de 1835, apontada por Lana Lage da Gama Lima, e acrescenta que tal medida provavelmente foi tomada na procura de se preservar "a existência de braços para o trabalho alguns poucos anos após o encerramento do tráfico da África" e que "pode ter tido o efeito inesperado de acenar com uma certa impunidade aos escravos que se rebelassem."[23]

Ao caracterizar o sistema escravista em São Paulo, Suely Robles Reis de Queiroz, tratando de um caso de crime de assassinato de feitor e condenação à pena máxima de apenas dois dos escravos criminosos, apesar de comprovada a culpabilidade de cinco daqueles, relata-nos um caso que contraria a ideia dessa preocupação quanto à escassez de mão-de-obra já se fazer presente nos primeiros anos a seguir à legislação de fim do tráfico de escravos importados. Sobre o caso, faz o seguinte apontamento:

> "Poder-se-ia argumentar que depois da cessação do tráfico era preciso conservar o maior número possível de escravos (e parece que realmente, mais para o fim do século, essa preocupação se fez presente) mas o fato citado ocorreu em 1858, poucos anos depois de cessada a importação externa. Bem antes ainda, Rugendas já aludia a práticas semelhantes."[24]

Considerando que a mudança na legislação em 1857 estabeleceu que a partir daquela data, mesmo que a vítima fosse o senhor do(s) escravo(s), a condenação à pena de morte só seria executada se subordinada ao pronunciamento do Imperador, a aplicação de tal pena a dois dos cinco réus do assassinato do feitor de Campinas do caso citado por Queiroz foi extremamente dura, contrariando a hipótese de preservação da mão-de-obra na década em que a fonte externa desta havia sido restringida, ideia que a

---

[23] Azevedo, *Onda Negra*..., p. 182/3.

[24] QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão Negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1977, p. 48. A obra de Rugendas à qual Queiroz se refere é RUGENDAS, João Maurício. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1940.

própria autora põe em xeque, apesar de utilizar outra argumentação (a de considerar a proibição do tráfico muito recente para justificar a preocupação de preservar a mão-de-obra). Se tal preservação representasse a real intenção, com base na legislação do ano anterior ao fato em questão, nenhum dos acusados teria sido executado, afinal, tratava-se a vítima apenas de um feitor. Constatamos, desta forma que, por motivos diversos, a preservação da mão-de-obra não parece ser a questão motivadora da condenação à pena de morte de apenas dois dos cinco acusados do crime cometido em Campinas em 1858.

Se apenas um caso não atenta contra a hipótese da não aplicação da pena de morte devido à possível preocupação com a preservação da mão-de-obra escrava após o cessar do tráfico, o incômodo gerado pelo mesmo permanece. Mas não é apenas esse que persiste. Como não nomear da mesma forma além de incômodo a sensação causada pela frase de Azevedo a respeito dos possíveis efeitos da comutação da pena máxima aplicada aos cativos criminosos enquadrados na lei de 1835: "pode ter tido o efeito inesperado de acenar com uma certa impunidade aos escravos que se rebelassem"[25]?

Não era essa a opinião de Antonio Gomes de Azevedo Sampaio. Português de nascimento, vivia no Brasil desde a década de 1850, e especificamente em Jacareí desde 1868[26], localidade onde era proprietário de uma farmácia e atuava como perito na realização de exames de corpo de delito/cadavérico nos inquéritos instaurados pela Polícia no município já na década de 1870. No ano de 1890, ao escrever sobre o movimento abolicionista nesta localidade durante a década de 1880 e atribuir o cometimento daquele tipo de crime enquadrado na lei número 4 de 10 de junho de 1835

[25] Azevedo, *Onda Negra*..., p. 183.

[26] Tais informações são citadas em artigo da *Revista Farmacêutica*, intitulado "A. G. Azevedo Sampaio", por ocasião da morte do farmacêutico, na edição de novembro de 1915. Este artigo foi parcialmente reproduzido em SIMON, Arthur D'Acajiré. *Fragmentos de uma vida. Subsídios para a história da cidade de Jacareí ao comemorar o seu primeiro centenário. (Conferência).* Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1949, p. 47. Em seu livro sobre o abolicionismo em Jacareí, Antonio Gomes de Azevedo Sampaio diz que conheceu a cidade em 1865, sem afirmar, no entanto, se passara a viver ali desde aquela data. SAMPAIO, Antonio Gomes de Azevedo. *Abolicionismo. Considerações geraes do movimento anti-esclavista e sua historia limitada a Jacarehy, que foi um centro de acção no norte do Estado de São Paulo.* São Paulo: Typ. a Vapor Louzada & Irmão, 1890, p. 19.

a falta de esperanças dos escravos mais moços pela ausência de mudanças causada pela aplicação da Lei do Rio Branco doze anos após sua criação, o farmacêutico opina que, diferentemente do que era percebido pelo "elemento da lavoura", referindo-se aos fazendeiros, que atribuía o "lastimável movimento" ("o assassinato de FEITORES, ADMINISTRADORES e alguns senhores que se reproduzia diariamente") "ao fato de haver o IMPERADOR abolido de fato a pena de morte e, por conseguinte, equiparado o cativeiro à pena de GALÉS PERPÉTUAS"[27], a fatal reação dos cativos deveria ser percebida como "desespero de causa". Azevedo Sampaio prossegue sua análise, relatando que o elemento da lavoura "conjurou-se e chegou ao abuso de arvorar-se em poder legislativo, para obter que, naqueles delitos, os escravos fossem condenados a açoites particulares, isto é, que lhe fossem entregues para serem juízes e carrascos.[28] A esse respeito, discursa Cristiano Ottoni no Senado, no ano de 1884:

> "Ninguém ignora que entre os representantes da lavoura de uma grande parte do sul do Império há uma idéia, uma propaganda, um acordo, de que os homens públicos devem tomar conhecimento; ajustam-se em grande escala para fazerem pressão sobre o júri, a fim de que este não condene escravos criminosos; absolva-os, a fim de serem entregues a seus senhores, que naturalmente fazem justiça por suas mãos.[29]

Ainda de acordo com Azevedo Sampaio, o resultado prático de tais anseios teria sido a legalização do "homicídio particular" e a "criação secreta dos cemitérios das GROTAS e das ENCRUZILHADAS."[30]

---

[27] Hipótese levantada por Célia Maria Marinho Azevedo, anteriormente exposta.
[28]Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 24. Grifos do autor.
[29] Anais do Senado, 1884, p. 30-31. Apud.; Lima, *Rebeldia Negra*..., p. 103. De acordo com Evaristo de Moraes, Cristiano Ottoni, em 1871, combateu o Projeto Rio Branco, que resultou na lei de 28 de setembro de 1871, popularmente conhecida como Lei do Ventre Livre. Será somente no ano de 1883 que este senador irá iniciar suas manifestações emancipadoras. MORAES, Evaristo. *A Campanha Abolicionista: 1879-1888*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986, p. 25. No Capítulo III de seu livro, Azevedo tratará sobre os "pequenos ajustes localizados, oficiosos e oficiais" feitos entre os proprietários e autoridades provinciais em função da ausência de uma "pronta solução para o problema das galés" e "da criminalidade crescente dos escravos". Azevedo, *Onda Negra*..., p. 197/9.
[30] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 24. Grifos do autor.

Lana Lage da Gama Lima registra a existência de "denúncias sobre acordos prévios com juízes para que, indo a julgamento, o escravo fosse absolvido e entregue a seu senhor ou sua família que, naturalmente, faziam justiça pelas próprias mãos." [31] Mesmo que os acordos com os magistrados demonstrassem o poder de influência que os escravocratas tinham nas localidades onde viviam, o fato dos mesmos serem escusos já sinalizavam para a grande perda de poder por parte da classe senhorial diante da sociedade na década de 1880. A violência do sistema escravista, definitivamente, não era mais aceita como algo natural e inerente ao mesmo.

Analisando áreas tardias de expansão da escravaria no noroeste da província de São Paulo, Machado observa que o desaparelhamento da Justiça para enfrentar os desafios da rebeldia escrava dos anos de 1880 através do desuso da pena capital desde meados da década de 1870 fez com que a atuação dessa instituição naquela década ganhasse "contornos muito mais modestos" do que na anterior, ao mesmo tempo em que houve "um estreitamento de laços entre senhores e delegados", pois detendo a instituição a qual estes últimos pertenciam, prioritariamente, "o papel fundamental na contenção dos conflitos", buscavam fazê-los, sob a máxima reserva, "transferindo novamente aos senhores o poder de castigar e punir, privadamente, seus escravos."[32] Para ilustrar esse pensamento, Machado cita o caso dos escravos da Fazenda São José, em Rio Claro, pertencente aos herdeiros do falecido visconde de Rio Claro. Após agredirem o administrador da fazenda, dirigem-se, junto às suas mulheres, à delegacia local para confessarem o delito e que não pretendiam retornar à unidade produtora de café. Com a abertura do inquérito veio "à tona uma situação de desmoralização que tanto o senhor como as autoridades policiais preferiam calar". De acordo com os relatos dos acusados, o escravo Mamede, natural da Bahia e residente na fazenda de 16 a 20

[31] Lima, *Rebeldia Negra*..., p. 95/6.
[32] Machado, *O Plano*..., p. 78.

anos, que atuava na dita fazenda como feitor, ao receber uma ordem do administrador da fazenda para que castigasse os escravos porque o serviço estava vagaroso, contesta-o dizendo que, pelo contrário, o ritmo daquele ia bem. Diante de tal resposta o administrador resolve castigar Mamede, o feitor, por considerar sua atitude desrespeitosa. Mamede foge, mas os outros trabalhadores (assim são denominados os escravos pelo feitor), revoltados, agridem o administrador com "relhadas que podiam ser em número de 50 que foram dadas nas nádegas de calça abaixada". O administrador negou-se a fazer o exame de corpo de delito, contestou a agressão e afirmou que sofreu "apenas ferimentos leves e sem importância". Ao retirar a queixa, o administrador disse que aquele era um caso em que o senhor devia "corrigi-los moderadamente, não sendo cabível a ação da justiça". Os castigos aplicados pelo senhor, no entanto, além de ocasionarem a fuga de um escravo e a morte de outro, fizeram com que se desdobrasse uma "contenda entre o delegado e o promotor de justiça, a respeito das reais circunstâncias em que se havia dado a correção dos cativos."[33]

No entanto, se os papéis das instituições (polícia e judiciário) transformavam-se em si mesmos e em relação aos senhores de escravos, as formas de agir dos cativos e dos abolicionistas também já não eram as mesmas. Nesse novo cenário o que se percebe através da análise da documentação de Jacareí, em pesquisas realizadas até o momento, são indícios de estreitamento das relações entre os cativos e alguns poucos elementos acusados de envolvimento na causa abolicionista, e algumas ações pontuais desses últimos, apesar das dificuldades impostas devido ao isolamento em que viviam em relação aos centros onde a luta pela causa da liberdade já estava estabelecida.

[33] Machado, *O Plano...*, p. 78/9.

3. "... desamparados das forças coletivas das grandes cidades, esparsos por um meio hostil"[34]

A diferença, cotidianamente vivenciada, da realidade que circundava abolicionistas que viviam e atuavam na capital daqueles dos municípios interioranos de tradição escravocrata é um ponto significativo a ser considerado, que pode revelar a intensidade da luta e das conquistas alcançadas nas distintas localidades. Com quem os abolicionistas das cidades do interior trocavam experiências? De que forma atuavam? Como sentiam o peso da presença dos maiores interessados na manutenção da escravidão, os proprietários de escravos, nas relações sociais estabelecidas?

Escrito para integrar a clássica obra de Evaristo de Moraes sobre a abolição, o depoimento do Dr. Antonio Manuel Bueno de Andrada, ex-deputado federal por São Paulo, publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, em 13 de maio de 1918, serve-nos como um testemunho daquelas distintas realidades. Num breve trecho, Andrada discorre a respeito da amplitude do movimento abolicionista na província paulista: "A trama abolicionista não se cingia às cidades principais, estendia-se por sôbre quase tôda a província." Em sua opinião, talvez fossem os abolicionistas que ficavam "desamparados das forças coletivas das grandes cidades, esparsos por um meio hostil, (...) os que mais sofriam com os rigores reacionários." Exemplo disso poderia ser dado pelas reações daqueles que viam seus interesses feridos nas ações praticadas pelos abolicionistas que se lhes opunham, como as "demissões acintosas de modestos cargos remunerados"; "assalto a propriedade e ferimentos"; "afrontas públicas, insultos, expulsões para fora das cidades"; "quando não tomavam forma mais covarde e cruel – o assassinato". [35]

---

[34] ANDRADA, Antonio Manuel Bueno de. "A Abolição em São Paulo." In: *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo.* São Paulo: Departamento de Cultura, Ano VII, Volume LXXVII, Julho 1941, p. 271. Reproduzido do jornal *O Estado de São Paulo*. 13 de maio de 1918.

[35] Andrada, "A Abolição...", p. 271.

Se considerarmos o Império como um todo, o movimento anti-escravista era mais forte nas áreas urbanas que nas rurais, e nas áreas de produção de café "o choque entre as cidades relativamente sofisticadas e o interior, marcantemente pró-escravatura, foi particularmente amargo", especialmente após 1886,

> "quando importantes cidades como São Paulo, o vizinho porto de Santos, Campos na parte leste da província do Rio de Janeiro e a própria capital do Império serviram como centros de agitação, como refúgios para escravos fugitivos e até mesmo como quartéis-generais para os assaltos à escravatura nas áreas rurais vizinhas."[36]

É interessante, no entanto, destacar que a situação do coronel Rocha Martins, que já era difícil de suportar, só extrapola o poder de aceitação de uma parte da população, a ponto desta resolver fazer justiça com as próprias mãos, quando aquele se une ao advogado abolicionista forasteiro, que além de ter meios legais e efetivos de ação e também fazer propaganda abolicionista, tinha sido expulso de várias localidades por sua atuação na causa da libertação dos escravos, o que de certa forma demonstra que o coronel Rocha Martins não encontrava eco para suas ideias a ponto de gerar uma ação radical entre seus pares, e ainda não havia chegado, sozinho, no limite da radicalização. Isso não significa que suas ações não fossem eficazes, pois encontramos relatos de suas práticas junto à população escrava anteriores à chegada do advogado.[37] De certa forma, quando expulsaram o coronel e o advogado, juntamente com o italiano, os escravistas locais colocaram às claras o limite do que estavam dispostos a tolerar: o abolicionista local, que não estabelecesse vínculos para fora daquele pequeno universo. No entanto, o coronel extrapolara tal limite.

---

[36] Conrad, *Os últimos anos...*, p. 156/7.

[37] Exemplo disso pode ser encontrado naquela passagem constante da "Representação", já citada aqui anteriormente, sobre o caso da fuga de uma escrava do cidadão Claudio Manoel dos Santos, a qual foi encontrada na casa do coronel Rocha Martins. APHJ - Fundo Fórum – Ano 1883 – Caixa 376 - "Representação".

Se ainda não temos como desvendar a maneira através da qual os laços entre o coronel Rocha Martins, residente em Jacareí, e o advogado Antonio Henrique da Fonseca, naquela ocasião recentemente expulso de Araraquara, assim como de outras localidades, se fizeram, não podemos ignorar tal fato. Da maneira como escravocratas de Jacareí e Araraquara relataram às autoridades do governo da província a presença do advogado abolicionista em ambas as localidades, podemos vislumbrar que as relações existentes entre o último e aqueles que o receberam naqueles municípios foram estabelecidas anteriormente à chegada de Antonio Henrique da Fonseca naquelas localidades: enquanto os escravocratas de Jacareí creditavam a breve estada do advogado Antonio Henrique da Fonseca naquela cidade a um convite feito pelo coronel Rocha Martins, os escravocratas de Araraquara relataram que durante a permanência do abolicionista naquela cidade do Oeste Paulista o mesmo teria contado com a proteção do juiz de direito da comarca, o D.r Altino Rodrigues Pimenta. Assim, além dos escravocratas de ambas as localidades terem revelado ciência do histórico da atuação de Antonio Henrique da Fonseca na causa abolicionista em outras localidades da província paulista, anteriores às denunciadas por eles, ocorridas em Araraquara e Jacareí, também relataram que o advogado contara com pessoas que o protegiam em ambas localidades. Sinalizando a extensão de uma rede abolicionista para além dos dois municípios, os escravocratas redatores da Representação redigida em função da expulsão ocorrida em Jacareí ainda denunciavam o recebimento de salários por parte do advogado abolicionista para executar serviços os quais os aqueles consideravam ilícitos:

> "Apenas chegado á esta Cidade, Fonsêca declarara publicamente que para aqui viria com o fim de libertar todos os escravos do Municipio, recebendo por tal serviço o salário mensal de 200$000 rs. fornecido por pessoa da Capital."[38]

[38] APHJ - Fundo Fórum – Ano 1883 – Caixa 376 - "Representação".

A denúncia de ter como objetivo o advogado abolicionista a pretensão de libertar todos os escravos do município, recebendo por tal serviço remuneração de alguma pessoa da capital, acusação esta que carece de qualquer comprovação documental[39], parece se tratar, antes de qualquer coisa, de uma tentativa de denunciar a ligação de Antonio Henrique da Fonseca e o ainda incipiente movimento abolicionista de Jacareí, através da associação deste último ao coronel Francisco Felix da Rocha Martins, a um projeto abolicionista mais amplo, no qual o advogado atuaria como um de seus operários pelas localidades do interior da província paulista, nas quais vinha tentando se fixar, sem obter sucesso. A prática a qual os escravocratas de Jacareí acusam o advogado de empreender em proporções locais se assemelha a "um programa sistemático de libertação através de concentração em áreas geográficas: em ruas, bairros de cidades, vilas, municípios, capitais provinciais e, finalmente, províncias", que já vinha sendo colocado em ação desde os últimos meses de 1882 no Ceará num momento que coincidiu com a estada de José do Patrocínio naquela província. Tal coincidência renderia-lhe um possível crédito de autoria daquele sistema.

> "Talvez concebido por Patrocínio, tal sistema, mais tarde usado em todo o Império, focalizou-se primeiramente no município de Acarape, escolhido em virtude de sua acessibilidade por estrada de ferro, de Fortaleza, e por sua pequena população escrava. No primeiro dia de 1883, com Patrocínio por perto, Acarape foi declarada livre depois de apenas algumas semanas de esforços concentrados, precipitando uma avalanche de manumissões que afetaram comunidades em toda a província.[40]

Ao denunciarem a atuação do advogado abolicionista recentemente instalado em Jacareí, seus opositores, no intuito de justificar para as autoridades da chefia da Polícia

---

[39] Referimo-nos aqui aos documentos utilizados para a análise do abolicionismo em Jacareí no ano de 1883, objetivo deste capítulo. O que gostaríamos de deixar claro neste ponto é que, além dessa acusação na "Representação" aqui citada, não encontramos nenhuma outra relacionada a esse assunto neste documento, nem no inquérito instaurado a partir do mesmo. APHJ - Fundo Fórum – Ano 1883 – Caixa 376 - "Representação"; APHJ - Fundo Fórum – Ano 1883 – Caixa 376 - "Inquérito".
[40] Conrad, *Os últimos anos...*, p. 226.

da província de São Paulo o ato extremo de expulsá-lo da localidade onde viviam e defendiam seus interesses e dar legitimidade à sua atuação contra os abolicionistas naquela cidade do norte da província paulista talvez tenham alçado Antonio Henrique da Fonseca a um patamar de vanguarda dentro do movimento abolicionista da província de São Paulo que ele, por si só, poderia ainda não ter alcançado. Isso porque, apesar do movimento emancipador dos escravos concentrado em áreas geográficas ter sido operado em muitas localidades da província cearense, e ser classificado por Conrad como "contagioso", de acordo com o periódico americano *Rio News*, no mês de fevereiro de 1883, na província de São Paulo, contrastando à província do Ceará, percebia-se uma atitude morosa em relação à emancipação dos escravos. Naquela "não só não há entusiasmo, como parece haver uma oposição decidida à emancipação."[41] Assim, acusar Antonio Henrique da Fonseca de pretender praticar em Jacareí o emancipacionismo concentrado em áreas geográficas, aos moldes de como ocorria na província pioneira na abolição da escravatura, o Ceará, ao que parece, está mais para ser percebido como uma estratégia para convencer as autoridades da capital paulista da periculosidade do abolicionismo que estava sendo praticado em Jacareí do que como um indício de que aquela ação realmente vinha sendo praticada de forma organizada e sistematizada por alguma organização da capital nas localidades do interior paulista por onde aquele advogado passou.

Mas não eram apenas estes homens, como o advogado e o coronel que, lutando por ideais de liberdade, forçavam o crescimento dessa trama abolicionista em Jacareí. Homens como o escravo Gesuíno, que vivenciavam as durezas do regime escravista em seu cotidiano, também teciam com seus passos rotas alternativas. Como ignorar este cativo, pertencente ao coronel Delfino Martins Siqueira, um dos principais agentes do

[41] Conrad, *Os últimos anos*..., p. 227.

ato de expulsão dos abolicionistas de Jacareí em 1883,[42] e suas fugas para a cidade de Santos, ainda no início do ano de 1882? Através do exame de corpo de delito realizado por ocasião de sua morte, seguido de um breve inquérito para esclarecer as circunstâncias em que a mesma ocorreu, temos acesso às vivências de um dos agentes anônimos que alinhavavam Jacareí ao movimento abolicionista daquela localidade da província paulista que, juntamente com a capital, é considerada pela historiografia da abolição na província de São Paulo e das províncias onde a cafeicultura era de importância vital para a economia, um ícone da luta pela libertação dos escravos. Sem precisar o número exato de fugas efetivadas pelo escravo Gesuíno, pelo depoimento da 1ª testemunha sabemos que uma delas teve como destino a cidade de Santos. Já no depoimento da 3ª testemunha, incumbida juntamente com a 1ª testemunha da "catura dos escravos fugidos", tratava-se a ida para Santos da segunda tentativa de fuga de Gesuíno, que as empreendera, nas duas vezes, acompanhado do escravo Joaquim, sem esclarecer se ambas tiveram o mesmo destino.[43]

Como saber a maneira pela qual tal rota fora alinhavada? Seriam Gesuíno e Joaquim pioneiros nesses caminhos? Tiveram esses escravos o auxílio de livres para empreenderem essa jornada?

Em meio às dúvidas, uma certeza. Se nos faltam elementos para ilustrar como esse mapa que ligou Jacareí a Santos fora traçado, nos caminhos de Gesuíno e Joaquim o fio dessa meada desponta, e permanece, ainda, sem arrematação.

---

[42] De acordo com o relato das testemunhas, fora o coronel Delfino Martins de Siqueira quem pagara as despesas da expulsão do coronel, do advogado e do italiano. APHJ - Fundo Fórum – Ano 1883 – Caixa 376 - "Inquérito".

[43] APHJ - Fundo Fórum - 1882 – Caixa 319 – Exame de Corpo de delito escravo Gesuíno.

4. O que mais nos revela a "Representação"

De volta à Representação, o abaixo-assinado anexado à mesma é composto por 170 assinaturas, todas de homens. Destes, 116 fazem alguma declaração a respeito de si, sendo 111 da profissão e 03 de sua etnia (italianos).[44] As informações profissionais foram declaradas como se segue:

Tabela 9: Profissão/Número de signatários da Representação encaminhada ao Chefe da Polícia da província de São Paulo (Jacareí/1883)

Profissão	Nº declarantes
Negociante	32
Fazendeiro	20
Artista	16
Proprietário	13
Lavrador	12
Empregado	07
Comerciante	06
Empregado público	02
Capitão da reserva	01
Industrial	01
Marchante	01
TOTAL	111

Fonte: APHJ – Fundo Fórum – Ano 1883 – Caixa 376 - Abaixo-assinado anexado à "Representação".

[44] Dos 02 faltantes para fechar esta conta, a informação complementar ao nome estava ilegível. Diante de 54 assinaturas, não encontramos nenhum tipo de informação (profissional ou de outro tipo, como etnia).

Sobre a ação transcorrida em Araraquara, junto aos relatos das ocorrências, também é encontrado um abaixo-assinado nos mesmos moldes daquele de Jacareí.[45] Este contêm 213 assinaturas, também somente de homens, sendo que 31 dos mesmos não declararam sua atividade profissional. O restante, assim o fez:

[45] A ocorrência de Araraquara é anterior à de Jacareí. A primeira ocorreu em entre os dias 28 e 29 de outubro de 1883. Sobre a semelhança entre os dois documentos, trataremos mais adiante.

Tabela 10: Profissão/Número de signatários da Representação encaminhada ao Presidente da província de São Paulo (Araraquara/1883).

Profissão	Nº declarantes
Lavrador	128
Negociante	18
Artista	08
Professor	03
Lavrador negociante	02
Proprietário	02
Médico	02
Advogado	02
Vereador	02
Feitor	01
Vigário	01
Tabelião	01
Diretor de colégio	01
Escrivão de órfão	01
Comerciante	01
Fiscal de Câmara (?)	01
Dentista	01
Carpinteiro	01
Sapateiro	01
Escrivão do (?)	01
Professor de música	01
Procurador da Câmara	01
Farmacêutico	01
Alferes reformado	01
TOTAL	182

Fonte: APESP, Polícia, Ordem 2626, Caixa 192 - Cópia da carta e abaixo-assinado ao Presidente da província de São Paulo sobre a expulsão do advogado Antonio Henrique da Fonseca de Araraquara.
.

Se compararmos o perfil profissional dos participantes na ação de Jacareí ao daqueles que tomaram parte na ação de expulsão do advogado Antonio Henrique da

Fonseca na cidade de Araraquara naquele mesmo ano, encontramos semelhança na variedade de profissões dos indivíduos envolvidos nas ações. À que podemos creditar a aderência nos atos de expulsão, tanto em Araraquara quanto em Jacareí, de tantos sujeitos, considerando que os maiores interessados eram os proprietários de escravos?

Voltando nossa análise para o documento referente ao município de Jacareí, primeiramente, não nos é possível precisar, efetivamente, quem eram os proprietários de escravos entre aqueles que tomaram parte do ato de expulsão ou concordaram ideologicamente com o mesmo a ponto de assinarem a Representação sem terem participado do ato de expulsão[46].

Em segundo lugar, a imprecisão dos termos fazendeiro, proprietário e lavrador elencados nas tabelas acima expostas a partir da descrição que fazem de si mesmos os signatários dos abaixo-assinados contribui para o aumento da indefinição dos sujeitos que tinham cativos em sua posse. Ao definir os diferentes grupos que compunham a sociedade do município cafeeiro de Vassouras, Stein considera que o

> "termo lavrador incluía a agricultores de grandes e pequenas lavouras, donos de propriedades e fazendeiros sem terra. Em primeiro lugar os fazendeiros (possuidores de fazendas acima de 30 alqueires); em seguida os sitiantes (possuidores de propriedades – sítios ou situações – até 30 alqueires). Os lavradores também incluíam os agregados, homens livres que os fazendeiros permitiam residir na fazenda e lavrar a terra sem nenhum direito de propriedade. Colonos ou trabalhadores contratados completavam o grupo conhecido como lavradores. Dependendo do tamanho da propriedade e do número de escravos, os lavradores incluíam tanto os muito ricos quanto àqueles beirando a pobreza."[47]

Diminuindo a importância das imprecisões acima apontadas, é preciso considerar que a instabilidade social em torno das questões relativas à escravidão,

---

[46] Através do relato das testemunhas inquiridas não é possível precisar se todos os indivíduos que participaram do ato da expulsão assinaram o abaixo-assinado (ou o contrário). APHJ - Fundo Fórum – Ano 1883 – Caixa 376 - "Inquérito".

[47] STEIN, Stanley. *Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 152/153.

principalmente em municípios localizados em áreas de produção cafeeira neste período, atingia a vida de todos[48], e desta forma, não seria difícil que um acontecimento como o que está sendo analisado alterasse a rotina das pessoas que viviam na localidade, a ponto dessas tomarem partido, muitas vezes pressionadas pelas figuras de poder local, do lado daqueles que lutavam pela manutenção do *status quo* na questão da escravidão. Isso podemos depreender da seguinte passagem do depoimento do já citado Manoel Antonio Catharino de Freitas Júnior, negociante, que diz ter participado da "referida expulsão por ser isto de necessidade para tranqüilidade de toda a população, lavoura e comércio do qual faz parte". [49]

Muitas outras possibilidades poderiam ser aventadas sobre a diversidade de sujeitos envolvidos na defesa dos interesses dos escravocratas a partir de suas assinaturas na Representação, mas nos aproximamos mais de perceber a estratégia de anexar um abaixo-assinado àquele documento que relatava ao Chefe de Polícia da província os acontecimentos como uma tentativa dos mais poderosos, ou daqueles mais expostos aos problemas que poderiam surgir junto à escravaria, que também poderiam ser chamados daqueles que tinham mais a perder com o alastrar de ideais abolicionistas, de buscarem dar uma maior legitimidade à causa ao associarem-na à coletividade, à população da cidade.

No entanto, apesar do discurso generalizante de alguns envolvidos, que se referiam àqueles que participaram do ato de expulsão como "quase toda a população", é possível ouvir algumas vozes dissonantes entre aqueles que assistiram aos acontecimentos, e a respeito disso, encontramos vestígios e sinais nos documentos.

---

[48] Sobre esse aspecto escreve Machado: "É verdade que senhores de escravos, feitores, camaradas e mesmo a população em geral, residentes em áreas estratégicas de produção cafeeira, tal como Campinas, a partir da segunda metade do século XIX, passaram a conviver, de uma maneira ou de outra, com o temor provocado pela alta concentração do braço escravo, espelhada na forma de uma crescente criminalidade, caracterizada, principalmente, pelos homicídios contra as figuras que representavam o mando senhorial." Machado, *O Plano*..., p. 68.

[49] APHJ – Fundo Fórum – Ano 1883 – Caixa 376 - "Inquérito" - Depoimento da 3ª Testemunha, Manoel Antonio Catharino de Freitas Junior (folha 18 verso à 19 verso).

5. Diga-me com quem andas... e as vozes dissonantes

Quando os signatários da Representação falam de sua ação de expulsão como se representasse o desejo de toda a população, é impossível não pensar que isso seja um exagero. Pelos mais diversos motivos, a causa não era de todos.

Se participaram da ação "ricos e pobres", "quase todas as pessoas gradas e em geral todo o povo do município"[50], olhar para quem ficou de fora (aqueles que não são computados pela palavra "quase" e pela expressão "em geral" do testemunho acima) é fundamental para identificar as vozes dissonantes, mesmo dentro do discurso homogeneizante.

Entre os "pobres", ou aqueles que não podem ser considerados pessoas de expressão na sociedade local ("em geral todo o povo do município"),[51] Virgilino e Benedicto declararam no inquérito procedido que não assinaram a Representação; o primeiro "por ser artista e ter medo de se envolver nessas questões de cuja indagação nunca procurou entrar", e o segundo "por ser empregado e não querer se envolver nessas questões".[52]

Entre "quase todas as pessoas gradas da cidade", nenhuma participação poderia fazer sombra àquela protagonizada pelo próprio coronel Rocha Martins. Não sabemos sobre este muita coisa além do que tenha sido dito por muitos daqueles que não lhe tinham afeto. Não sabemos o que lia, como vivia seu tempo. No entanto, aquilo que a sabedoria popular aponta, diga-me com quem andas, que eu lhe direi quem és, se não deve ser tomado ao pé da letra, pode ao menos sugerir algumas coisas. Na falta de um

---

[50] Conforme declaração das testemunhas João Macário de Paula Martins (farmacêutico) e Antonio Rodrigues de Figueiredo (tabelião público), respectivamente. APHJ – Fundo Fórum – Ano 1883 – Caixa 376 - "Inquerito".

[51] Para continuar utilizando uma diferenciação dada pelas testemunhas do inquérito.

[52] APHJ – Fundo Fórum – Ano 1883 – Caixa 376 - "Inquerito". Depoimento da 4ª testemunha Virgilino Eustachio Cortes (folha 19 verso a 20 frente); e da 8ª testemunha Benedicto Braga de Mesquita (fl. 23 verso a 24 verso).

depoimento em que possamos acessar o universo mental do próprio coronel, mesmo que através da pena de um escrivão, se associarmos às informações obtidas de fontes produzidas pelos escravocratas e pelas autoridades da chefia da Polícia da província, as esferas por onde nosso personagem circulava, começamos a construir um caleidoscópio, que a cada hora nos apresenta uma faceta desse curioso indivíduo. A continuar dividindo a população da cidade, podemos dizer que o coronel circulava, senão entre os "ricos", ao menos entre algumas "pessoas gradas" da cidade. Investigar as pessoas com as quais o coronel se relacionava pode nos sugerir os exercícios mentais abolicionistas que aquele praticava em seu cotidiano.

Analisado fora de seu tempo e isoladamente, o coronel Rocha Martins pode ser visto como um idealista por lutar solitariamente pela causa abolicionista naquela cidade, localizada numa região de forte tradição escravocrata e de produção cafeeira, e até mesmo como louco por se unir a uma *persona non grata*, o advogado abolicionista Antonio Henrique da Fonseca, este último expulso de outras localidades por sua atuação em defesa daquela causa. Mas se quisermos ouvir àqueles que viveram ao redor do coronel, sua personalidade pode representar a soma de atitudes e posicionamentos daqueles com quem convivia. Não de muitos, mas de alguns, pois no início o abolicionismo não envolveu muitos indivíduos e ficou restrito às cidades.[53]

No levantamento da documentação referente ao universo da escravidão no município de Jacarei realizado para essa dissertação, estabelecido entre os anos de 1870 e 1888, o documento mais antigo no qual encontramos o coronel Rocha Martins atuando junto às instâncias de poder do município é do ano de 1878 como delegado.[54] No mesmo levantamento, encontramos entre os documentos referentes ao ano de 1880 o

[53] Conrad, *Os últimos anos*..., p. 176.
[54] APHJ – Fundo Fórum - Ano 1878 – Caixa 331 A - Inquérito policial – Réu preso: Joaquim Nunes de Siqueira (menor) / Ofendido: Francisco Nunes de Siqueira.

"Exame de suficiência para o emprego de Tabelião do Público Judicial e Nota do Coronel Francisco Felix da Rocha Martins". No pedido de exame, é relatado:

> "Illustrissimo e Excellentissimo Doutor Juis de Direito da Comarca. Francisco Felix da Rocha Martins, Tabellião provisório do Publico Judicial e Notas deste Termo, tendo se apresentado em diversos concursos de officios de Justiça, tendo sido em um delles provido vitaliciamente, do qual desistio e como podem na Secretaria de Justiça não serem encontrados esses documentos; por terem decorrido muitos annos; por isso como medida preventiva, requer novo Exame de sufficiencia para o emprego de Tabellião do Publico Judicial e Nottas".[55]

Assim, entre os anos de 1880 e 1883, o coronel Rocha Martins atuará como escrivão e tabelião no município.

Numa ocorrência em que atuou como escrivão, do ano de 1880, a "preta Carolina" acusava seu senhor, o negociante Peixoto, de tê-la espancado. Neste pequeno documento, duas coisas nos chamam a atenção: a maneira como o juiz de Direito da Comarca que faz a denúncia descreve as condições em que a escrava se apresentou a ele e a total incompatibilidade de tal descrição com o resultado do exame de corpo delito realizado pelos peritos Dr. Cesario Alves da Silva Ramos e o farmacêutico Antonio Gomes de Azevedo Sampaio.

A "preta Carolina" prestava serviços para, mediante deles, libertar-se. Quando agredida pelo negociante Peixoto, busca ajuda junto a uma autoridade do poder judiciário por considerar que os castigos recebidos eram injustos. Apesar de não encontrarmos no documento nenhuma transcrição de fala da própria Carolina, a situação motivadora da denúncia revelada pela escrava para o juiz de direito da comarca, que fez a denúncia da agressão, foi assim descrita por este último:

---

[55] APHJ – Fundo Fórum – Ano 1880 – Caixa 226 - Exame de suficiência para o emprego de Tabelião do Público Judicial e Nota do Coronel Francisco Felix da Rocha Martins.

> "Neste momento veio á casa de minha residencia, toda espancada e ensangüentada a preta Carolina, ex-escrava do finado João da Costa Gomes Leitão, a qual veio queixar-se verbalmente de ter sido hoje cêdo esbordoada e ferida por seo patrão, o negociante Peixoto ignoro o nome certo d'este negociante, estabelecido n'esta cidade, ao qual esta a mesma preta prestando serviços para mediante elles libertar-se, segundo o contracto feito, como diz Ella."[56]

Carolina é descrita na denúncia como ex-escrava, espancada pelo atual patrão, e não atual senhor, para o qual cumpria, sob contrato, condições para libertar-se. Ao buscar ajuda de uma autoridade do poder judiciário, e não da Polícia, a ação de Carolina sugere a confiança depositada no indivíduo que representava aquela esfera de poder. Ao ter sua situação descrita da forma acima apresentada, Carolina parece encontrar, da parte da autoridade citada, a compreensão que buscava. No entanto, pelos peritos nada foi encontrado a ponto de ser considerado relevante e que justificasse a continuidade da ação. Essa balança ainda pendia mais para um dos lados, e era nesse universo que o escrivão Rocha Martins executava seu ofício e exercitava seu pensamento.

O coronel Rocha Martins era amigo do farmacêutico João Macário de Paula Martins. Este último, no inquérito instaurado pelo Chefe da Polícia da província de São Paulo, em virtude da Representação, declara que não a assinou

> "primeiro porque não tinha tomado parte por mais leve que fosse nas occurrencias do dia vinte e seis, ja porque Fonseca era seu advogado para fazer fechar uma pharmacia que existe nesta cidade, funccionando illegalmente, de Antonio Gomes de Azevedo Sampaio, o que já representou á Junta Central de Hygiene Pública, já, também [...] por ser o referido Coronel Rocha [Martins] seu amigo por sympathia e freguês."[57]

Mas o farmacêutico merece que falemos um pouco mais sobre sua atuação.

---

[56]APHJ – Fundo Fórum - Ano 1880 - Caixa 319 - Auto de corpo delito na preta liberta Carolina, ex-escrava de João da Costa Gomes Leitão.

[57] APHJ - Fundo Fórum – Ano 1883 – Caixa 376 – "Inquérito" – Depoimento da 2ª testemunha João Macário de Paula Martins (fl. 17 verso à 18 verso).

João Macário, dono da farmácia citada na “Representação” por ser um dos locais em que o advogado expulso de Araraquara fazia propaganda abolicionista, atuava como perito nas ocorrências policiais e judiciárias junto às instituições de poder do município. Um dos processos no qual prestou seus serviços ocorrera no ano de 1882, e envolvia um escravo pertencente ao tenente coronel Delfino Martins de Siqueira, aquele mesmo que deu o dinheiro para embarcarem os abolicionistas num trem. No referido processo, o escravo Gesuíno, já nosso conhecido por sua(s) fuga(s) para Santos, fora encontrado morto, e num primeiro exame de corpo de delito, os peritos Dr. José Alves Guimarães e, novamente, o Dr. Cesario Alves da Silva Ramos[58], deram como a causa imediata da morte uma “moléstia grave (linphatite supurada pernicioza)”. O delegado solicita que seja realizado um novo exame, pois a moléstia apontada pelos dois primeiros peritos não era mortal, e para isso solicita os serviços do Dr. Elpidio Rodrigues Seixas e do farmacêutico João Macário. Estes, após procedido o exame de corpo de delito, atestam que a causa da morte fora o agravamento das feridas causadas por açoites, ou seja, um parecer claramente contrário aos interesses do proprietário, ao que se segue inquérito de várias testemunhas com o objetivo de precisar o número de açoites a que o escravo fora submetido. Após um difícil processo de confirmação dos pareceres dos peritos e de certa indefinição do 3º árbitro, a promotoria considera que não há base para denúncia, e o juiz manda arquivar os autos. Essa balança também pendia mais para um lado do que para o outro, pois através dos relatos das testemunhas inquiridas há evidências claras de que o escravo fora açoitado recentemente, possivelmente tendo recebido um número de açoites maior do que o permitido. Na tentativa de equilibrar os pratos do sistema

[58] O mesmo do caso anteriormente citado da “preta Carolina”, em mais um parecer favorável ao proprietário do cativo.

escravista em Jacareí na década de 1880 encontramos o perito João Macário, amigo do coronel Rocha Martins.[59]

Ao colocar o ditado em questão pretendemos evidenciar que as atitudes radicalizadas do coronel Rocha Martins e do advogado refletiam um desejo de mudança vivenciado nas ações cotidianas também por outros sujeitos com quem conviviam. Suas atitudes assombravam os homens de poder da cidade do interior por desafiarem, às claras e aos altos brados em portas do comércio local, o poder há tanto tempo estabelecido, mas esmiuçado o cotidiano é perceptível que não eram os únicos que, cotidianamente, tentavam desestabilizar as bases nas quais os alicerces do sistema escravista estavam estabelecidos naquela localidade da província de São Paulo. E antes dos homens temíveis que pretendiam transformá-los, eram profissionais envolvidos na rotina de seus ofícios.

Se na Representação vislumbramos o advogado Antonio Henrique da Fonseca como um profissional de atitudes radicais em prol da liberdade, no testemunho do farmacêutico João Macário este revela que o advogado era seu representante numa causa relativa a uma farmácia que funcionava ilegalmente na cidade, de propriedade de Antonio Gomes de Azevedo Sampaio, envolvido assim numa ação comum de sua atividade profissional. Nas palavras de João Macário, também vislumbramos o advogado preocupando-se em receber por seus serviços numa ação de liberdade que abaixo relatamos.

Quase um mês após a expulsão do coronel, do advogado e do italiano da cidade, Francisco Nogueira Alves Porto faz uma denúncia contra o advogado Antonio Henrique da Fonseca e Fabiano Martins de Siqueira Junior acusando-os de se apropriarem de parte do pecúlio de seu escravo Malaquias numa ação que moviam para a conquista da

[59] APHJ – Fundo Fórum - Ano 1882 - Caixa 319 A - Processo crime escravo Gesuíno.

liberdade deste. É João Macário que relata que ouvira o advogado dizer que ficaria com 150$000 rs. do pecúlio do escravo para garantir o recebimento de seus serviços prestados.

O denunciante desiste da acusação, e em função disso, Antonio Henrique da Fonseca, que já tinha sido expulso da cidade, não é ouvido pelo delegado. Mas Fabiano Martins de Siqueira Junior, partidor e negociante, filho do Major Fabiano Martins de Siqueira, que já fora delegado na cidade[60], apresenta sua justificação. Quando perguntado se tinha algum motivo a que atribuísse a queixa ou a denúncia, responde que "attribue a intrigas políticas, e a ódio que lhe vota o advogado de quem dêo appresente denuncia ou queixa, isto é o Doutor Lucio Malta." Este último era o procurador do denunciante, já atuara como juiz municipal e exercia o cargo de vereador, tendo sido o mais votado.[61] É dele também o primeiro nome no abaixo-assinado anexado à Representação ao Chefe de Polícia da província sobre o ato da expulsão, documento no qual seu(s) redator(es), sem descartar a possibilidade deste ser o próprio Dr. Lúcio Malta, ou ao menos um deles, atribui as atitudes do coronel não ao amor à liberdade, "mas por desfarçe de antigos ódios". Que intrigas políticas e ódios são esses, envolvendo indivíduos que ocupavam posições centrais na luta contra ou pela manutenção do sistema escravista em Jacareí no ano de 1883, como Dr. Lúcio Malta e o coronel Rocha Martins, ou que atuavam como coadjuvantes e estavam próximos dos protagonistas, como Fabiano Martins de Siqueira, que trabalhara com o advogado abolicionista Antonio Henrique da Fonseca na ação do escravo Malaquias?

Fato interessante a ser percebido é que a denúncia por apropriação de parte do pecúlio, apesar de ser feita quase um mês após o ato de expulsão daqueles três indivíduos, teria como motivação um fato acontecido um dia antes da expulsão, ou seja,

---

[60] Conforme: APHJ – Fundo Fórum – Ano 1870 - Caixa 106 - Processo crime do escravo Ângelo.
[61] Conforme informações do processo em que é réu Sérgio de Morais Pereira. APHJ – Fundo Fórum - Ano 1883 - Caixa 329 A – Réu: Sérgio de Morais Pereira.

em 25 de novembro de 1883. O advogado Antonio Henrique da Fonseca teria chamado o escravo Malaquias e passado-lhe um recibo no valor de 250$000 rs., valor que não depositara para a conquista da liberdade deste. Fabiano teria feito o recibo. O dinheiro, no entanto, de acordo com a denúncia, não fora entregue à Malaquias. No centro das ações daqueles meses finais de 1883, ao menos duas personagens principais se repetem: um dos protagonistas, Antonio Henrique da Fonseca, advogado, acusado de se apropriar de pecúlio do escravo que representava e um dos expulsos no trem das 8 e ¼ daquele 26 de novembro de 1883; e o antagonista, Lúcio de Toledo Malta, procurador daquele que acusou o advogado de "papa-peculio" e o primeiro nome do abaixo-assinado da expulsão.

Com a repetição das personagens e o confrontar dos acontecimentos dos dias 25 e 26 de novembro de 1883, mais um incômodo permanece sem resposta: teria o problema do pecúlio do escravo Malaquias sido a gota d'agua do copo de tolerância servido aos abolicionistas de Jacareí?

O que temos aqui?

Muitos homens de uma cidade interiorana, situada numa área de forte tradição escravista, que atuavam em diversas funções nas instituições de poder local (polícia e judiciário), tomando posições diferentes em relação ao universo da escravidão, e que acusavam-se mutuamente de tomarem atitudes pautados em intrigas políticas, para disfarçarem antigos ódios.[62] No meio disso, uma cidade e sua população, às vezes

[62] Não dispomos de elementos para tentar desvendar as disputas políticas denunciadas por alguns dos indivíduos participantes, a favor ou contra, desse evento abolicionista ocorrido no ano de 1883 na localidade estudada. Somente a título de informação, no *Anuário Histórico Literário de Jacarehy*, num texto sobre o cel. Carlos Frederico Moreira Porto, encontramos a formação diretório do Partido Liberal do ano de 1880. Este era composto pelos seguintes indivíduos, assim descritos no ano de 1906: cel. Carlos Frederico Moreira Porto, "cel. Licinio Lopes Chaves (hoje Barão de Jacareí), tenente-coronel Fabiano Porto, dr. Lucio de Toledo Malta, de saudosa memoria e dr. Cesario Alves da Silva Ramos." Dentre os cinco, o 2º, o 4º e o 5º assinaram a Representação contrária às ações dos abolicionistas de Jacareí no ano de 1883, sendo que o Dr. Lúcio Malta é o primeiro nome a constar naquela. Ainda sobre os

assistindo, às vezes tomando parte, de um lado e do outro, das ações empreendidas por esses homens que, de diversas formas envolvidos com o mundo da escravidão, tinham suas práticas transformadas, justificadas ou reelaboradas por suas vivências e pelas transformações de seu tempo.

A forma de ação daqueles que defendiam o sistema escravista em Jacareí, no ato de expulsão dos abolicionistas, estava em consonância com os métodos adotados por fazendeiros congregados nos Clubs de Lavoura. Considerados por Machado os "baluartes da reação escravista", tais associações assumiriam no "Oeste Paulista, principalmente nas áreas de expansão da Província, uma crescente hostilidade com relação tanto às reivindicações escravas quanto à atuação dos advogados interessados com a causa da libertação jurídica dos cativos." Citando as localidades onde ocorreram os mais sérios conflitos referentes às atividades de grupos de fazendeiros e Clubs de Lavoura, a autora acrescenta que reunidos em bandos armados, "sempre sob a direção dos mais poderosos, os fazendeiros não se acanhavam em ameaçar pelas armas, advogados, juízes e delegados, que não demonstrassem identificação estrita com seus interesses."[63] Para ilustrar a forma de ação destes, Machado cita justamente a expulsão de Antonio Henrique da Fonseca da cidade de Araraquara, ocorrida apenas um mês

---

acima citados, o 1º , Carlos Frederico Moreira Porto, era o delegado de polícia da cidade quando ocorreu o atentado contra os abolicionistas. Após proceder inquérito para investigar em que circunstâncias se deram a ação, o chefe de Polícia da província, José Joaquim Baeta Neves sugeriu que aquele, juntamente com o 3º suplente da delegacia e o 3º suplente da subdelegacia fossem destituídos de seus cargos "por terem estas autoridades tomado parte no referido attentado." *Anuário Histórico Literário de Jacarehy*. S/L: Casa Minerva, 1906, p. 202/8. APESP, Polícia, Caixa 192, Ordem 2627, Ano 1883. Ofício encaminhado ao Presidente da Província de São Paulo Barão de Guajará pelo Chefe de Polícia da Provincia José Joaquim Baeta Neves, em 4 de dezembro de 1883, conforme inquérito procedido em Jacarehy por causa do atentado ocorrido em 26 de novembro do ano corrente contra o Coronel Francisco Felix da Rocha Martins, Antonio Henrique da Fonseca e o Italiano Nicolao Chioffi.

[63] As localidades citadas foram as seguintes, seguidas dos anos das ocorrências: Brotas (1881), Araraquara (1883 e 1884), Ribeirão Preto (1883), Botucatu (1883 e 1884) e São João da Boa Vista (1884). Machado, *O Plano*..., p. 75. De acordo com Edmar Morel, tais clubes eram mantidos por fortunas fabulosas, "compostos por fazendeiros e orientados por conselheiros com assento na Câmara dos Deputados, outros dirigindo jornais e alguns, até, ostentando a mitra do Bispado". MOREL, Edmar. *Vendaval da liberdade. A luta do povo pela abolição.* São Paulo: Global, 1988, p. 106.

antes de sua expulsão de Jacareí.[64] Naquela, além de terem expulso o advogado e ameaçado o Juiz de Direito local, que acabou abandonando "pacificamente" a localidade, remeteram à chefia da Polícia da província de São Paulo uma carta na qual acusavam o advogado de tomar o pecúlio dos escravos, aconselhá-los a desobedecerem seus senhores e colocar a escravaria em agitação, e anexada àquela, um abaixo assinado. E numa clara demonstração de poder, atestavam para o Chefe de Polícia quem eram os verdadeiros detentores do poder municipal, comunicando-lhe que resolveram a retirada de Fonseca de Araraquara por verem naquele estado a pacífica e honrada lavoura, "prejudicada sua propriedade e interesses e até grande perigo de suas vidas". [65]

Reforçando sua argumentação a respeito do poder desses fazendeiros e expondo-nos a um testemunho da época, Machado recupera o discurso de Christiano Ottoni, proferido no Senado em 1884, reproduzido no livro *"Rebeldia Negra e Abolicionismo"*, de Lana Lage da Gama Lima, e apenas parcialmente aqui. Naquele, seu autor registrava "não apenas a escalada de tensões sociais nos distritos escravistas, que passavam a

---

[64]Ao falar das expulsões do advogado Antonio Henrique da Fonseca das duas localidades já citadas, Araraquara e Jacareí, Azevedo situa-as nos meses de outubro e novembro. Há, no entanto, uma confusão em relação ao ano em que as mesmas ocorreram. Utilizando como fonte documental a "Falla Dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo na Abertura da 1ª Sessão da 25ª Legislatura em 16 de Janeiro de 1884 pelo Presidente Barão de Guajará, pp. 92-7", Azevedo dá a entender que as expulsões teriam ocorrido no ano de 1882, pois no documento acima citado foram relatados crimes que teriam ocorrido entre 1º de outubro de 1882 e 30 de setembro de 1883. Sabemos, no entanto, através do documento citado por Machado sobre a ocorrência de Araraquara (AESP. Polícia. Ordem 2627, Caixa 192 de 1883) e do documento neste capítulo trabalhado (APHJ – Fundo Fórum – Ano 1883 – Caixa 376 – "Representação") que ambas as expulsões se deram no ano de 1883.

[65] Machado, *O Plano*..., p. 75. No documento em que os agentes da expulsão do advogado Antonio Henrique da Fonseca encaminharam ao presidente da província de São Paulo, aqueles relatam que para a retirada do advogado abolicionista de Araraquara não fora necessário o uso de força. "Reunidos em conferencia particular nesta Villa, no dia 28 de Outubro findo, resolveram os lavradores, que no dia seguinte viriam encorporados para persuadir ao dito Fonseca a necessidade da sua retirada do lugar, certos de que bastaria para o conseguirem a respeitável presença da melhor sociedade d'esta Villa." Teria sido o advogado aconselhado a retirar-se daquela vila, e em função disso, "mandou pedir quatro dias de praso e a quantia de um conto de reis! Vendo porem o rediculo que produsio semelhante exigência, tratou de retirar-se; e na noute de 28 para 29 de Outubro, partiu effectivamente para S. Carlos do Pinhal". Sem saber, no entanto, que o advogado já tinha se retirado de Araraquara, na manhã do dia 29 de outubro de 1883, reuniu-se no largo da matriz cerca de 80 lavradores, a fim de "faser o que tem feito todas as outras localidades [por onde o advogado abolicionista já passara]: promover por meios pacíficos a retirada de Antonio Henrique da Fonseca". A necessidade de eles próprios tomarem tal atitude em defesa de seus interesses era justificada pela ausência de "promptos meios de defesa n'esta Villa, tão remota do centro". APESP, Polícia, Ordem 2626, Caixa 192. "Cópia da carta e abaixo-assinado ao Presidente da Província de São Paulo sobre a expulsão do advogado Antonio Henrique da Fonseca de Araraquara" - 1883.

antepor radicalmente fazendeiros aos escravos revoltosos e militantes abolicionistas", mas também evocava "os crescentes conflitos entre autoridades municipais, judiciárias e policiais e os grupos de fazendeiros organizados em torno dos Clubes de Lavoura ou ainda em bandos armados."[66]

> "(...) Mas, paralelamente a estes fatos, surgem outros igualmente lamentáveis, ainda mais condenáveis, porque são praticados por homens livres. Refiro-me à expulsão do lugar de sua residência dos juízes que julgam de certa maneira, por indivíduos reunidos e armados que se dizem povo; a expulsão de advogados que requerem em juízo alguma libertação; (...)"[67]

A expulsão em Jacareí fora feita exatamente nos mesmos moldes da de Araraquara, explicitados por Machado, e sua descrição se encaixa perfeitamente naquela feita por Christiano Ottoni: a expulsão de indivíduos que lutavam judicialmente, portanto através da via legal, pela libertação de escravos, executada por homens livres que diziam agir em nome do povo, mas que na verdade pautavam suas ações na defesa dos interesses dos escravocratas. Constatamos, assim, que os escravocratas de Jacareí, reagiram ao envolvimento de abolicionistas com os escravos de forma semelhante àqueles que defendiam os mesmos interesses na região do Oeste paulista, do velho e do novo, áreas que, de acordo com as fontes policiais, demonstram terem sido "as de mais alto índice de concentração da mão-de-obra adventícia, produto do tráfico interno, e concomitantemente dos mais altos índices de violência, tanto da parte dos escravos quanto da sociedade circundante, contra advogados abolicionistas, simpatizantes da

---

[66] MACHADO, Maria Helena P. T. ""Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas": a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão." In: SALLES, Ricardo e GRIMBERG, Keila. *Brasil Impérial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 387.

[67] Anais do Senado, 1884, p. 30-31, reproduzido em Lima, *Rebeldia Negra*..., p. 101/4. De acordo com Lima, "Christiano Ottoni, continua, acusando os clubes da lavoura fundados em quase todos os municípios do Rio de Janeiro, Minas e São Paulo, de, para defenderem os interesses escravistas, constituírem um verdadeiro "Estado dentro do Estado"." Lima, *Rebeldia Negra*..., p. 104.

causa, forros e escravos revoltosos e indisciplinados."[68] Ou seja, os escravocratas locais buscaram estancar as forças abolicionistas no ato da expulsão de 1883 com a mesma energia empregada pelos escravocratas de áreas em que a cultura do café era, então, muito mais próspera e crescente. Ainda, de acordo com um testemunho da época, o "atentado" de Jacareí, assumira proporções maiores do que o de Araraquara, e desenvolvera-se como um desdobramento deste:

> "O atentado de Araraquara tinha de produzir os seus frutos corrosivos, e na noite de 26 de novembro do mesmo ano, em Jacareí, com a mesma orientação e idêntico fim, um bom número de seus habitantes assistia ao pronunciamento do novo método de ensinar os PERTURBADORES.
>
> Aqui já a tal manifestação DA SOBERANIA POPULAR se exerceu CORRETA E AUMENTADA, tirando desforras políticas e vinganças particulares.
>
> O país deve lembrar-se ainda do vulto respeitável de José Bonifácio a ilustrar o jornalismo pela defesa das liberdades e garantias do cidadão, em referência ao banimento de três indivíduos de Jacareí." [69]

Jacareí, no entanto, não contava com um Clube da Lavoura organizado. Isso podemos depreender de um documento recebido do município fluminense de Barra Mansa, "registrado no livro dos anais da Câmara de Jacareí, reservado para ofícios recebidos", no ano de 1884, na ocasião em que se fundou clube do gênero naquela localidade. Seria tal documento a cópia da ata da fundação do Clube da Lavoura e Comércio daquele município, no qual se percebe por parte dos agricultores daquela localidade fluminense uma preocupação em unir a classe de proprietários em torno de um objetivo comum, explícito na leitura do documento:

---

[68] MACHADO, Maria Helena P. T. "História e Historiografia da Escravidão e da Abolição em São Paulo." In: FERREIRA, Antonio Celso, LUCA, Tania Regina de, IOKOI, Zilda Grícoli (organizadores). *Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo.* São Paulo: Editora Unesp, 1999, p. 66.

[69] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 25.

> "Ilmos. Srs.
> Presidente e mais vereadores da Câmara de Jacareí.
> Os abaixo assinados têm a honra de passar às mãos de Vs. Sas. uma cópia da ata com que se fundou neste Município um Clube da Lavoura e Comércio.
> Os abaixo assinados pedem a Vs. Sas. que se digne de promover em seu município a criação de um centro que possa reagir contra os emancipadores incendiários, que pretendem levar uma questão social desta ordem por meio da injúria, do insulto e do terror, contra os lavradores, cujo único crime é concorrerem para sustentar o país com o fruto do seu trabalho.
> Os abaixo assinados esperam que Vs. Sas. tomará [*sic*] este apelo na consideração merecida.
> Deus Guarde Vs. Sas.
> De Vs. Sas.
> Servos, Vem e amigos obr."[70]

Apesar de não haver no documento do Clube da Lavoura e do Comércio de Barra Mansa nenhuma referência explícita aos fatos ocorridos no município do Vale do Paraíba paulista nos últimos meses de 1883, não é inverossímil crer que o incentivo daquela organização para que as autoridades políticas de Jacareí estimulassem a criação de uma instituição do gênero naquele município derivassem da análise da situação de instabilidade criada entre a mão-de-obra servil nos últimos meses naquela localidade. Essa generalização do medo entre aqueles que defendiam os interesses escravocratas, no entanto, não era algo recente e inédito na região (vide capítulo 1) e em Jacareí.

O *Código de Posturas da Cidade de Jacarehy* do ano de 1884 apresenta artigos que, da forma como foram redigidos, revelaram uma mudança de olhar sobre a figura do escravo, passando a exigir da sociedade uma atitude mais vigilante em relação à população escrava[71], buscando cercear o grau de interação entre os indivíduos cativos

---

[70] Tal documento foi reproduzido em LENCIONI, Benedicto Sérgio. *O negro na história de Jacareí: da senzala ao preconceito*. Aparecida, SP: B. S. Lencioni, 1989, pp. 58/9.

[71] APHJ - Código de Posturas da Cidade de Jacarehy – 1884. São Paulo: Typographia a Vapor de Jorge Seckler & Comp., 1885. "Art. 58 – Proibida a venda de pólvora, chumbo ou outro qualquer projectil, materia explosiva e venenosa a escravos ou creanças menores, e veneno a todos em geral, sob pena de 30$000 de multa e 8 dias de prisão, além das que provierem do Codigo penal pelos effeitos da venda. Art. 131 – Consentir nas casas de negocio que os escravos se demorem mais que o preciso tempo para fazerem compras, pena de 10$000 ao dono da casa onde se der a demora. Art. 63 – O escravo que for encontrado á noite, depois do toque de recolhida, sem bilhete de seu senhor, será preso e entregue no dia seguinte ao mesmo, depois de paga a carceragem."

em si[72], e entre esses e a população como um todo[73], numa evidente pretensão de disciplinar o modo de vida daquela sociedade, controlar a população escrava e de criar relações sociais mais distanciadas. Se por um lado parecia buscar a fundação de um novo espaço social, em que a condição de cativo ficasse mais explícita e que só seria alcançado através do cumprimento das novas regulamentações pela população livre, por outro poderia colocar holofotes sobre aqueles que, por pretensões diversas, inclusive abolicionistas, feriam os interesses escravocratas. Desta forma, além de tirar dos cativos espaços sociais que, ao que parece, já haviam conquistado na sociedade jacareiense da década de 1880, as autoridades pareciam pretender destacar naquela sociedade os indivíduos que, interagindo com a população escrava, não o faziam a partir de interesses escravocratas, e por isso, poderiam ser considerados como um risco potencial para a manutenção do sistema escravista naquela localidade. Obrigando os escravos a agirem estritamente como tais, tirando-lhes certo grau de autonomia conquistado, saltariam aos olhos aqueles que, pondo-se em relações com os mesmos como se escravos não o fossem e, consequentemente, descumprindo as novas regulamentações, suspeitos poderiam ser considerados.

Sem podermos nos dedicar à investigação do modo ser e de pensar especificamente dos senhores de escravos da localidade no período estudado, destacamos que a semelhança dos métodos adotados pelos escravocratas dos municípios aqui focalizados, Jacareí e Araraquara, serve para demonstrar a afinidade existente entre

---

[72] APHJ - Código de Posturas da Cidade de Jacarehy – 1884. São Paulo: Typographia a Vapor de Jorge Seckler & Comp., 1885. "Art. 60 – São proibidos nesta cidade e seu municipios, os batuques, e cateretês sem licença das autoridades policiaes; pena de 10$000 de multa ao dono da casa onde se der este divertimento, e a dispersão do ajuntamento."

[73] APHJ - Código de Posturas da Cidade de Jacarehy – 1884. São Paulo: Typographia a Vapor de Jorge Seckler & Comp., 1885. "Art. 62 – Todo aquelle que negociar com escravos sem licença de seu senhor, será multado em 30$000 e 8 dias de prisão. Exceptuam-se as compras de effeitos para os gastos domesticos. Art. 68 – É proibido nas casas publicas de jogo, taverna ou qualquer outro lugar, jogarem filhos familias ou escravos. Pena de 30$000 de multa e dias de prisão ao dono da casa que consentir."

os homens que ocupavam as mesmas posições sociais na região de maior destaque na produção de café da província de São Paulo na década de 1880, o Oeste Paulista, e no Vale do Paraíba, em sua porção paulista. [74]

Mas se aquela afinidade existente entre os escravocratas das duas localidades nos escapa, e a ela não podemos nos dedicar, o discurso utilizado pelos agentes das expulsões em ambos municípios e até mesmo a real ligação de um juiz de direito com àquelas duas cidades, revelados nos documentos que relatam o ato de expulsão em Araraquara e em Jacareí, confirmam-nos que a semelhança dos métodos utilizados pelos escravocratas daquelas cidades paulistas para tratar daqueles que demonstravam simpatia pela causa abolicionista, ou por ela lutavam, não se devem ao acaso.

O registro nos autos de Araraquara dos desdobramentos da expulsão do advogado Antonio Henrique da Fonseca, apresenta-nos a um personagem que pode nos revelar o quanto de intencionalidade existiu na semelhança do proceder dos defensores do sistema escravista de ambas localidades por onde aquele advogado abolicionista passou. Vamos aos fatos.

Após a resolução tomada pelos lavradores de Araraquara sobre a necessária retirada do advogado Antonio Henrique da Fonseca da cidade, tomada em reunião entre estes,

> "Na tarde porém desse mesmo dia, depois de accentado [sic] o plano pacifico, que se acaba de expôr, estavam alguns lavradores a conversar familiarmente em casa do cidadão Francisco Vaz de Almeida, quando surge no salão o Juiz de Direito D.r Altino Rodrigues Pimenta, offegante, ameaçador, terrível, e prorrompendo em gritos descommunaes, começou a dizer que sabia da resolução tomada, mas que, estando elle presente, no lugar, só passando sobre seu cadáver conseguiriam a retirada de Antonio Henrique da Fonseca. Este rasgo de rhetorica produsio uma explosão de hilaridade, e deixou patente

[74] De acordo com Machado: "A antiga celeuma historiográfica que opunha um vale do Paraíba aristocrático e paternalista, portanto mais escravista, ao Oeste paulista de espírito empreendedor e portanto, burguês e imigrantista, parece já bastante relativizada. O extremo apego com que os fazendeiros do Oeste paulista, do velho e do novo, se aferraram à escravidão parece já estar bem documentado." Machado, "Historia e Historiografia...", p. 66.

> que o Juiz de Direito era solidário com o pretendido abolicionista, e que sanccionava a imoralidade, os abusos e a desordem que este individuo costumava praticar e estava praticando como advogado intelligente e honesto, na frase do attestado existente na relação. Os circumstantes observaram ao Juiz, que não lhe ficava bem faser causa commum com esse homem; que não podia autorisal-o a advogar, como o fez; e que, apesar do respeito e concideração que lhes merecia o D.r Juiz de Direito da Comarca, Antonio Henrique da Fonseca havia sahir de Araraquara. Foi então que o D.r Altino Rodrigues Pimenta, completamente desnorteado, comprometteu-se a fazer tambem a sua retirada. Esta resolução sensata do Juiz foi muito applaudida: uma autoridade que vê perdida, por culpa sua, toda a força moral, todo o prestigio, todo o apoio e confiança que não sabe merecer deve exautorar-se voluntariamente.
> Tal foi, Ex.mo S.r, o que fez o D.r Juiz de Direito d'esta Comarca: deliberou deixar-nos e deixou-nos. Entretanto, diz ele no telegramma: que nessa occasião foi intimado para retirar-se da Comarca!..."[75]

Após a retirada do juiz de Direito da Comarca, aquele que substitui-o, o juiz de Direito interino Francisco de Toledo Malta, possui algo que muito nos interessa: seu sobrenome, por tratar-se do mesmo do primeiro signatário da Representação em que relatou-se o ato de expulsão dos abolicionistas de Jacareí, qual seja, Lúcio de Toledo Malta, de quem já falamos anteriormente. Apesar de não termos ainda determinado o grau de parentesco entre esses dois indivíduos[76], parece-nos evidente a existência de tais laços, o que explicaria a profunda semelhança existente no proceder daqueles que defendiam tais localidades do abolicionismo praticado pelo advogado Antonio Henrique da Fonseca. Francisco de Toledo Malta acompanhara o desenrolar das investigações sobre possíveis irregularidades e responsabilidades ocorridas na expulsão de Araraquara, e Lúcio de Toledo Malta, provavelmente instruído pelo primeiro, encabeçara um movimento aos mesmos moldes daquela localidade, contando, possivelmente, com informações privilegiadas.

---

[75] Excerto extraído da do seguinte documento: APESP, Polícia, Ordem 2626, Caixa 192. Cópia da carta e abaixo-assinado ao presidente da Província de São Paulo sobre a expulsão do advogado Antonio Henrique da Fonseca de Araraquara. Grifos do autor. Este documento foi utilizado por Maria Helena P. T. Machado em Machado, *O Plano...*, p. 75.

[76] Na busca desta comprovação, deparamo-nos com o inventário de Lúcio de Toledo Malta. Neste descobrimos que o advogado Francisco de Toledo Malta foi o procurador da viúva e inventariante Adelaide Elvira de Salles Malta e de seu filho Francisco de Salles Malta. APHJ - Fundo Fórum de Jacareí – 1903 – Caixa 81 A – Inventário de Lucio de Toledo Malta.

Tal conexão nos parece óbvia. A outra, que nos exigiria adentrar em aspectos mais recônditos do modo de ser e de pensar daqueles homens, deixemos a cargo de historiadores experientes. Ainda aguardam-nos outros pormenores surpreendentes a investigar.

O avançar da década de 1880 nos apresenta a novos significados atribuídos às vivências de 1883, a ponto de alguns daqueles que se posicionavam de um lado, olharem para o passado e encontrarem novos sentidos para as experiências coletivamente vividas. Este é o caso do farmacêutico Antonio Gomes de Azevedo Sampaio, que no ano de 1890 publica pela *Tipografia a Vapor Louzada e Irmão*[77], o livro *Abolicionismo*, em que pretende "registrar factos que podiam ser explicados diversamente por quem tem interesse em desvirtual-os"[78], sobre a fundação do *Clube Abolicionista* de Jacareí.

Azevedo Sampaio, logo no início de seu livro, faz um *mea culpa*. Um fato ocorrido no ano de 1883 manchava sua recente atuação como abolicionista: a expulsão daqueles que atuaram na causa abolicionista no início da década, em Jacareí. Naquela ocasião, assinara o abaixo-assinado em prol da expulsão. O livro, escrito no ano de 1890, traz logo nas suas páginas iniciais a narração daquela noite de 1883. Ao registrar a história do movimento nessa localidade do norte da província, agora, porque já República, estado paulista, Azevedo Sampaio parece identificar aquele noite de 26 de novembro de 1883 como uma mancha em sua história, a ponto de precisar esclarecer

[77] Ao reproduzir Evaristo de Moraes o testemunho do Dr. Bueno de Andrade sobre o movimento popular abolicionista de São Paulo, no trecho em que este último relaciona os nomes de "alguns abolicionistas que ajudaram Antônio Bento na sua santa cruzada" encontramos os nomes de "Pedro Arbues, tipógrafo, fundador do órgão republicano-abolicionista GRITO DO Povo [sic], atualmente coronel comandante de um batalhão de infantaria da polícia paulista, [que] naquela época, aceitava qualquer incumbência em prol da abolição, conjuntamente com os seus companheiros de oficina, os irmãos Louzadas." Da forma como foi feita a referência, pode-se tratar da mesma tipografia que publicou a obra de Azevedo Sampaio, a Tipografia a Vapor Louzada & Irmão, ou de uma outra formada somente pelos irmão acima citados. Moraes, *A Campanha Abolicionista*..., p. 223.

[78] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 06.

como se dera a sua participação naquele evento, mas também como um dos marcos do abolicionismo na cidade. A posição que assumira àquela época não combinava mais com o homem em quem se transformara, nem com a sociedade em que vivia.

Azevedo Sampaio precisa contar essa história da forma como a percebe agora, após o fim da escravidão. Retornando àquela madrugada remota do ano de 1883, parece buscar sua redenção.

CAPÍTULO III

O movimento abolicionista de 1887 e a fundação do *Clube Abolicionista*

1. Numa "noite sem estrelas, para se pegar o diabo à unha"[1]

Em agosto de 1887, o farmacêutico Antonio Gomes de Azevedo Sampaio diz ter acompanhado como expectador as ações de uma associação de homens livres que roubava escravos para libertá-los. A movimentação assistida por ele e por outros cidadãos ocorrera, de acordo com o relato do farmacêutico, na noite de batismo de tal associação. Mas o que vira, efetivamente, Azevedo Sampaio naquela noite de agosto de 1887?

Seu relato daquela ocasião é, no mínimo, envolvente. Num clima de conspiração, faz-nos imaginar o segredar dos envolvidos, a movimentação e a sincronia existente entre os mesmos. Em alguns momentos leva-nos a crer que faz de seus relatos literatura, narrando o acontecimento daquela noite com uma riqueza de detalhes que parecem ser construídos com o passar do tempo e uma certa dose de romantismo.

"Pela [*sic*] volta das nove horas mais ou menos quem deixasse as comodidades do lar e fosse para o lado da ponte sobre o Paraíba, notaria alguma coisa de extraordinário."[2] Sem conseguir localizar entre os agentes do evento nem mesmo apenas uma pessoa que conhecesse, o farmacêutico narra as ações dos abolicionistas de Jacareí.

"Deixei-me ir naquela onda respeitável, que avaliei superior a 80 pessoas, sem conhecer nem procurar conhecer ninguém." Azevedo Sampaio estava animado, mesmo

---

[1] SAMPAIO, Antonio Gomes de Azevedo. *Abolicionismo. Considerações geraes do movimento anti-esclavista e sua historia limitada a Jacarehy, que foi um centro de acção no norte do Estado de São Paulo*. São Paulo: Typ. a Vapor Louzada & Irmão, 1890, ed. *fac-similar*, p. 29.
[2] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 29.

sem saber a natureza do acontecimento que viria a presenciar. Seguira para aqueles lados por puro acaso, e se sentia grato "à fortuna por não ter ficado em casa".[3]

Considerando uma indiscrição aproximar-se dos grupos que se posicionaram na "embocadura e lados da ponte", entrou nesta e atravessou o mais numeroso deles, e notou que foi acompanhado por este, além de "seguido dos outros."[4] Tomada certa distância, retardou seus passos no intuito de melhor observar as intenções da multidão, e percebendo o seu segredar, não resistiu:

> "Uma aragem sutil de de [*sic*] noroeste conduzia-me, como um fio metálico, àquele vozear de abafado falsete, que me apurava cada vez mais o ouvido, aumentando-me a curiosidade.
>
> Deliberei acercar-me daquela gente e tentar devassar-lhe a intenção.
>
> Quando me achei a poucos metros de distância, e em frente a uns quartos de TROPEIROS, pertencentes a Innocencio Pisteque, onde a gente se achava, ouvi bater às portas. Repetiram-se os sons, sendo os últimos acompanhados de vozes que ordenavam abrir a porta sob pena de arrombamento.
>
> Dada a natural indecisão de quem se acha em idênticos apuros, houve demora em obedecer à intimação. Neste momento uma voz lembrou o expediente de guardar os fundos da casa. Imediatamente foi transposta uma cerca que havia do lado direito, por mais de vinte homens.
>
> Não tardou, porém, o reluzir de uma vela, através da beirada do telhado que era de telha vã e do buraco da fechadura, a aparecer e denunciar que havia lá dentro quem obedecesse.
>
> A porta abriu-se.
>
> Uma parte da multidão invadiu rápida e barbaramente o aposento em gritos de: VENHAM OS NEGROS!
>
> (...)
>
> - Saiam! Saiam todos para fora! gritaram." [5]

E foram estes os sons anarquizadores que fizeram com que Azevedo Sampaio se lembrasse daquela noite de 1883, em que os fazendeiros também proferiram "uns sons idênticos", "em frente à porta fechada do advogado Fonseca e do coronel Francisco

[3] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 29.
[4] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 29.
[5] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 30.

Ignácio."[6] É neste momento que Azevedo Sampaio revela sua participação no acontecimento daquela noite, no início da década:

> "Eu também me achei, sem saber como, no meio da multidão desenfreada de 26 de novembro para testemunhar o movimento e ser por ele enrolado no número dos seus operários!...
> Que coincidência...".[7]

O paralelo traçado pelo farmacêutico Azevedo Sampaio entre os dois acontecimentos abolicionistas, a saber, o de 1883 e o de 1887, é o de encontrar-se, nas duas ocasiões, sem saber como, ou por puro acaso, no meio daquelas agitadas multidões. Ambos os eventos tinham a mesma natureza abolicionista. Na busca de diminuir o seu grau de envolvimento no primeiro acontecimento, o farmacêutico não se preocupa em pormenorizar o quanto se comprometera ao participar daquilo que parece perceber, então, como um erro diante do abolicionismo de 1887: além de presenciar a ação de expulsão dos abolicionistas de 1883, assinara o abaixo-assinado anexado à "Representação encaminhada à chefia da Polícia da Província"[8], denunciando os feitos dos abolicionistas como se os mesmos fossem ilegais e passíveis de investigação por parte das autoridades provinciais. O envolvimento no acontecimento de 1883, no lado que, diante do abolicionismo de 1887, se transformara no errado, parece transformar-se numa mancha na trajetória de abolicionista que o farmacêutico tenta traçar para si. Desta forma, já que detalhar a posição que adotou no ato de expulsão dos abolicionistas de 1883, acontecimento de grande importância para a história do abolicionismo da cidade, atenta contra sua tentativa de provar ser um abolicionista de "primeira água"[9], Azevedo Sampaio recua um pouco mais no tempo, e elege mais um outro marco no

---

[6] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 31.
[7] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 31.
[8] APHJ – Fundo Fórum - Ano 1883 - Caixa 376 - "Representação".
[9] Expressão utilizada por Machado ao falar daqueles que aderiram ao movimento abolicionista em sua fase final (1887/8), mas queriam demonstrar que já eram antigos adeptos dos ideais abolicionistas. MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994, p. 145.

movimento de libertação dos escravos em Jacareí. E esse, é claro, contaria com a sua participação. Mas para contar essa história, se faz necessário que voltemos ao início de seu livro e da década de 1880.

2. O caso do mulato branco de Socorro

Logo na primeira parte de seu livro, Azevedo Sampaio traz um longo relato de sua participação na tentativa de provar a condição de livre de um "mulato branco" chamado Benedicto João Manuel, preso na cadeia de Socorro como escravo "de um tal coronel Bueno, de Ouro Fino", no ano de 1880. Ao longo da narrativa dos esforços empreendidos por ele e outros dois indivíduos que buscavam provar a condição daquele homem livre que vivia como cativo, o farmacêutico denuncia as dificuldades de ser abolicionista em Jacareí. Sobre isso, diz: "Em Jacareí era até um crime professar doutrinas contrárias às dos senhores de escravos."[10] Nesse momento, desvia-se brevemente da história do "mulato branco" escravizado injustamente, e relata o que considera uma confissão indiscreta, e que talvez possa ser o registro das primeiras ações de abolicionistas em Jacareí no início da década de 1880: o cônego José Bento de Andrade, vigário da cidade, que conseguira a certidão de batismo para provar a condição de livre do preso da cadeia de Socorro, teria sido "mais ou menos um LADRÃO DE ESCRAVOS".[11] Azevedo Sampaio conta-nos que diante do livro de assentos em que constava o batismo de Benedicto, prova material da sua condição de nascido livre, o vigário exultava: "- Está aqui! Exatamente! dizia ele – filho de João Manuel da Rocha! livre e de ventre livre nascido!...". E complementa: "É fácil de

[10] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 17.
[11] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 17. Grifo do autor.

compreender a minha transformação para fazer coro com o meu velho amigo, que diga-se a verdade, sempre teve o NEGRO PECADO DE SER ABOLICIONISTA."[12]

Este homem que escreve sobre os perigos de ser abolicionista em Jacareí, referindo-se ao início da década de 1880, o faz do alto da década. Seu livro, conforme já dito, foi publicado em 1890, e como podemos constatar no trecho abaixo, quando de sua publicação, seu autor já não vivia mais na cidade:

> "... por ali deixei correr, descuidados, os meus melhores dias de moço. Amei aquela terra sinceramente, como ainda venero muitas cousas que lá existem. Nela constituí família. Não me arrependi ainda um só momento de lhe haver consagrado todo o esforço de minha atividade, e se não pude ser útil a todas as aspirações de seus membros, tenho consciência de que não fui de todos os forasteiros que por lá passaram o que menos curou de seus males e o que mais cuidou de a explorar em seu favor."[13]

Azevedo Sampaio ficou sabendo do caso do "mulato branco" preso como escravo na cadeia de Socorro através de seu amigo Wenceslau Guimarães, que naquela cidade vivia. De acordo com este último, que vivera em Jacareí na década de 1850, o caso da venda dos mulatinhos livres como escravos, entre os quais estaria aquele por quem reclamavam a condição de livre chamado Benedicto João Manuel, era um fato público, conhecido por todos da cidade. Refletindo sobre o estado em que se encontrava a Justiça no município para permitir tal situação, Azevedo Sampaio traça um paralelo entre a época daquele crime e a década que se encerrava então (1880):

---

[12] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 17. Grifo do autor.

[13] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 19. Com uma descrição de Azevedo Sampaio, Benedicto Sérgio Lencioni inicia um capítulo intitulado "Abolicionistas", em seu livro "O negro na história de Jacareí": "Uma alma lusitana. Nasceu em Caldas de Vizela, em 13 de agosto de 1839 e chegou em 1854 ao Rio de Janeiro. Em 1868, com 29 anos de idade, passou a morar em Jacareí. Uma mentalidade européia. Era um homem culto que se desenvolveu entre os livros, "estudando e investigando". Um interesse incomum pela terra que adotou, o que se explica pela sua formação, o seu gosto pelo estudo, tendo escrito vários livros, entre os quais uma monografia sobre Jacareí e outra sobre São José dos Campos. Um espírito sagaz. Percebeu as injustiças da escravidão e, com sua formação liberal e republicana, tornou-se um líder do movimento entre nós, embora não declare em nenhum momento esta postura." LENCIONI, Benedicto Sérgio. *O negro na história de Jacareí: da senzala ao preconceito.* Aparecida, SP: B. S. Lencioni, 1989, p. 70.

> "Onde estava – me dirão – a justiça de Jacareí relativa à civilização de 1852 e anos subseqüentes com referência ao crime ou crimes notórios de Benedicto João Manoel?
>
> A justiça de Jacareí de 1852 achava-se no mesmo posto, influenciada pelo mesmo meio social da justiça de 1880, que ficou surda, sendo cega de origem, ante o fato público da denúncia documentada do hediondo crime."[14]

E sobre esse meio social que contaminava a ação da Justiça, apontava:

> "Jacareí, como é sabido, foi um centro de movimento desse negregado bando de traficantes que tanto tempo demorou os progressos do país, que tanto concorreu para a inveteração dos vícios que o corroem no presente de maneira tão sensível."[15]

Expiando o cenário que nos pintou o farmacêutico, não seria difícil compreender seu posicionamento adotado no passado, ou a falta dele, como tenta convencer aos leitores de seu livro, em relação ao ato de expulsão dos abolicionistas em 1883. Mesmo sem explicitar o quanto se comprometera com os agentes da expulsão, o Azevedo Sampaio do fim da década de 1880 reconhece aquele acontecimento como um dos marcos na história do abolicionismo da cidade, a ponto de não omiti-lo na linha do tempo que constrói do movimento em Jacareí, e busca atribuir sua presença junto à multidão contrária àqueles que lutavam pela causa da liberdade dos escravos, a uma obra do acaso, por ter se visto enrolado no número dos operários daquela ação. Essa percepção parece ter sido construída pelo mesmo somente a partir de sua adesão ao abolicionismo no ano de 1887, e demonstra uma mudança de seu olhar a respeito dos operários daquela ação, ou seja, os escravocratas e a elite local. Era uma mancha no seu passado abolicionista, e já que impossível apagá-la, a estratégia utilizada pelo farmacêutico foi diminuir seu envolvimento em tal ato.

---

[14] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 20.
[15] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 20.

No entanto, numa motivação extremamente pessoal, talvez encontremos uma possível explicação para ter se tornado o farmacêutico signatário do abaixo-assinado da ação contrária aos abolicionistas de 1883. No ano de 1887, com a instauração de um processo em que integrantes do *Clube Abolicionista* são acusados de sedição, Azevedo Sampaio acusa a primeira testemunha, o médico e fazendeiro Dr. Joaquim Ribeiro de Mendonça, de ter uma motivação particular para depor contra ele no inquérito: tal testemunha, juntamente com o irmão, era proprietária de uma farmácia na cidade, portanto, concorrente do farmacêutico agora abolicionista.[16] Ou seja, acusa a testemunha de fazer de seu depoimento uma vingança. Esta atitude, que pode ser percebida como normal vinda de alguém que, na condição de acusado, precisa desqualificar o depoimento de uma testemunha que não lhe é favorável, coloca-nos diante de uma lógica, ao que parece, plausível para o farmacêutico, e isso nos suscita um questionamento: teria Azevedo Sampaio se utilizado do mesmo artifício para se colocar ao lado de escravocratas no ato de expulsão de 1883? Explico por quê.

Num depoimento tomado no inquérito instaurado para averiguar em que condições se dera aquele ato de expulsão dos abolicionistas de 1883, o farmacêutico João Macário de Paula Martins declarou que o advogado expulso, Antonio Henrique da Fonseca, defendia seus interesses numa ação que movia contra o farmacêutico Antonio Gomes de Azevedo Sampaio por causa do funcionamento ilegal de uma farmácia deste. Assim, reforçamos a dúvida acima exposta: teria usado este último, naquela ocasião de 1883, a mesma lógica de que acusava em 1887 aquele médico e fazendeiro que depusera contra ele no processo de sedição, qual seja, utilizar uma motivação particular

[16] APHJ – Fundo Fórum - Ano de 1887 – Caixa 96 – Sumário de Culpa – Sedição – Autora: A Justiça por seu promotor; Réus: Antonio Gomes de Azevedo Sampaio, Pedro Mercadante, Benedicto Manoel Pinto Ribeiro e outros em número de 25; Depoimento da 1ª testemunha, Dr. Joaquim Ribeiro de Mendonça, (folha 12 verso à 15 frente); Auto de interrogatório a Antonio Gomes de Azevedo Sampaio (folha 26 frente a 27 verso).

para se vingar de alguém, fora do contexto em que acontecia o embate direto dos interesses particulares dos envolvidos?

Se adotarmos, como transparece querer Azevedo Sampaio, a crença de que era este farmacêutico um "abolicionista de primeira água", colocam-se diante de nós, a partir dos caminhos que percorremos na trajetória do farmacêutico, duas hipóteses para explicar sua adesão ao lado dos escravocratas no ato de expulsão de 1883: seu temor e submissão aos desígnios dos escravocratas, ou a concretização de uma vingança pessoal contra o advogado abolicionista responsável por uma ação que atentava contra seus interesses pessoais.

Não precisamos proceder uma análise psicológica das nuances de Azevedo Sampaio ao longo da década de 1880 para redimi-lo. Ele mesmo parece, a seu modo, fazer essa busca ao aderir ao movimento de libertação dos escravos naquele agosto de 1887, fundando o *Clube Abolicionista*, e ao recontar sua própria trajetória de simpatia à causa dos escravos desde o início da década de 1880.

3. Azevedo Sampaio e sua busca por redenção

Retornando ao relato de Azevedo Sampaio sobre aquela noite de 1887, logo após o roubo dos escravos, a multidão que perpetrara tal ato cercou aquelas "10 criaturas humanas, mulheres com crianças ao colo e homens sujos, mal vestidos, com o aspecto da fome e da miséria, trazendo nas mãos pequenas trouxas de roupa", ao que se seguiu o seguinte diálogo:

> "- Sois todos escravos? – perguntou alguém.
> - Somos, sim senhores – responderam.
> - Quereis ser livres? – tornaram diversos.

- Queremos, sim senhores.[17]

Foi só então que Azevedo Sampaio entendeu a natureza da ação: "não era um roubo que se praticava; era uma ação nobilitante, pois que se restituía a cousa furtada ao seu próprio dono."[18]

No caminho de volta para casa, Azevedo Sampaio encontrou-se com Manoel Francisco de Medeiros "que, tendo pressentido o movimento viera avisar seu genro Teixeira Bastos, que por ali morava, para evitar qualquer susto."[19] Juntamente com este último e sua senhora, ficaram os dois primeiros a conversar, até que "a hora adiantada da noite" aconselhou-os a retirada. Retornando os dois últimos, avistaram uma aglomeração do outro lado da ponte, e passando perto desta, veio ao encontro dos dois Benedicto Pinto Ribeiro, informando-lhes que estavam "relacionando os nomes de todos e cotizando-se para as despesas de passagens dos libertos na estrada de ferro" [20], ao que Azevedo Sampaio prometeu auxiliar com 5 mil réis ou mais no dia seguinte[21]. E assim terminaram os relatos daquela agitada noite.

Entre os nomes citados neste último parágrafo, todos estavam presentes entre os signatários do abaixo-assinado anexado àquela Representação contra abolicionistas de 1883. E, assim como Azevedo Sampaio, dois deles, Teixeira Bastos e Benedicto Pinto

---

[17] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 31/2. Esse diálogo foi reproduzido em Conrad, e descrito pelo pesquisador da seguinte maneira: "Pelo menos uma descrição de uma reunião entre fugitivos e abolicionistas foi registrada." CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 296. Como podemos constatar através da leitura do livro de Azevedo Sampaio, e também da exposição sobre este último feita no presente trabalho, diferentemente do que afirma Conrad, tal diálogo teria ocorrido entre abolicionistas e escravos que estavam sendo conduzidos por um indivíduo para a região Oeste da província de São Paulo na ocasião em que os primeiros teriam invadido o quarto alugado onde pernoitavam o condutor e os indivíduos escravizados para tomá-los daquele.

[18] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 32.

[19] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 32.

[20] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 32.

[21] No depoimento da testemunha Francisco Carlos dos Santos, sargento comandante da Polícia local, esta declara que ouviu dizer que o grupo da ponte se cotizou para pagar a passagem dos escravos, e que Azevedo Sampaio contribuiu com quatrocentos mil reis, "disendo se fosse preciso mais que fossem no outro dia buscar na sua casa." APHJ – Fundo Fórum - 1887 – Caixa 171 A - Sumário crime sobre os escravos tomados na ponte no dia 11/08/1887 – Depoimento de Francisco Carlos dos Santos (folha 07 verso e 08 frente, e folha 26 verso à 28 frente).

Ribeiro, terão papel destacado na fundação do *Clube Abolicionista*, em Jacareí, naquele mês de agosto de 1887.

4. "Ninguém quis prescindir da glória de ter tomado parte na façanha"[22]

O que fizera Azevedo Sampaio pela causa dos escravos, até então? A considerar que em seu livro objetivava trazer à luz fatos relativos ao movimento abolicionista "que podiam ser explicados diversamente"[23] por quem teria interesse de desvirtuá-los, já vimos que o farmacêutico o faz a partir de sua própria trajetória dentro do movimento, elegendo alguns marcos neste[24]. Escrevendo após passado o calor da hora, Azevedo Sampaio inicia sua narrativa daquele "despretencioso parágrafo da história do ABOLICIONISMO"[25] , recontando sua participação naquela ação efetiva em prol da causa da liberdade, quando em 1880 fora instado por seu amigo Wenceslau Guimarães a buscar comprovar a condição de um indivíduo livre nascido em Jacareí, preso como escravo na cadeia de Socorro. Naquela situação, sua primeira atitude, de acordo com a versão que consta em seu livro, teria sido escrever para o jornal *A Província de São Paulo* relatando o caso com o principal "propósito de previnir as autoridades superiores da província sobre toda a desumanidade da polícia de Socorro."[26]

---

[22] Fala de Azevedo Sampaio, em: Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 33.
[23] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 06.
[24] Ao escrever sobre a festa da abolição em Jacareí, Azevedo Sampaio registra: "O dia 18 de março de 1888, quase dois meses antes da lei que apenas consagrou o mais nobre dos movimentos populares, vingando a memória de Benedicto João Manoel, as afrontas de tantos outro que ninguém soube de seu destino, os erros de 26 de novembro de 1883, foi um dia sem igual para a população de Jacareí, que via assombrada de espanto o modo pacífico e imponente com que se executava um programa de festas nunca visto." Observem o destaque que dá à memória do mulato branco de Socorro (Benedicto João Manoel) e aos "erros de 26 de novembro de 1883", referindo-se à data em que ocorreu o ato de expulsão dos abolicionistas em Jacareí, considerando-os vingados através da lei de 13 de maio de 1888, e estabelecendo-os como marcos na luta pela liberdade em Jacareí na década de 1880. Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 92.
[25] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 13/4.
[26] No referido jornal foram veiculadas duas notícias sobre o caso citado, nas edições de 11/11/1880 e de 17/11/1880. APESP – Jornal *A Província de São Paulo*. Coleção referente ao ano de 1880, disponível em microfilme sob o código 01.01.006.

Azevedo Sampaio, ao que parece, era leitor assíduo daquele periódico. No levantamento da documentação relativa ao universo da escravidão no município de Jacareí, delimitado entre os anos de 1870 e 1888, realizado para a elaboração do projeto que resultou nessa dissertação[27], encontramos naquele mesmo ano de 1880 um auto de protesto[28]. Naquele documento, um simples detalhe, um sinal, nos interessa, e nos abre uma porta para nos inserirmos num universo que pode ser, diante de uma análise rápida, superficialmente classificado como contraditório: a mente de Azevedo Sampaio. Mas voltemos ao documento. Anexado àquele encontra-se uma edição do jornal *A Província de São Paulo*, com anúncios referentes à firma em questão na ação, e que estava anexada ao auto de protesto por este motivo. O interessante aqui é que encontramos na frente do jornal uma etiqueta com os seguintes dizeres: Antonio Gomes A. Sampaio – Jacarehy.

Não é possível afirmar, ter certeza. Mas o detalhe da etiqueta nos sugere que Azevedo Sampaio era assinante do periódico. E se esse detalhe soa como algo irrelevante, o utilizaremos para demonstrar o quanto as aparentes contradições nas atitudes de Azevedo Sampaio em relação ao abolicionismo não refletia um posicionamento isolado, encontrado somente num indivíduo que acompanhava as discussões em torno do abolicionismo, mas que não atuava diretamente nesta luta, como aquele farmacêutico até agosto de 1887, mas também de jornais da época, como *A Província de São Paulo* e *A Redenção*.[29]

---

[27] Trata-se do levantamento da documentação intitulada "Fundo Fórum", sob a guarda do Arquivo Público e Histórico de Jacareí. Abarcando documentação policial e judicial bastante diversa, restringimo-nos a documentos diretamente relacionados ao universo da escravidão: inquéritos/queixas crime, auto de corpo de delito/cadavérico e processos crimes que envolviam escravos nas condições de denunciados/réus e denunciante/vítimas, e indivíduos livres ou libertos, nas condições de denunciados/réus e denunciantes/vítimas, em ocorrências que envolviam escravos, delimitando nossa pesquisa entre os anos de 1870/1888.

[28] APHJ – Fundo Fórum de Jacareí - Ano 1880 – Caixa 110 – Auto de protesto – Contra-protestante: Julio Leite Machado. Contra-protestado: o Capitão Antonio Joaquim de Azevedo.

[29] Neste momento, discutiremos de forma breve, a aparente contradição contida no jornal *A Província de São Paulo*, no que se refere à(s) postura(s) adotada(s) por tal publicação em relação à abolição, com base

Traçando um breve histórico da criação do periódico *A Província de São Paulo* a partir do livro *"Os Republicanos Paulistas e a Abolição"*, de José Maria dos Santos, Ronaldo Marcos dos Santos[30] reafirma, com base no autor acima citado, que aquela publicação, desde sua criação, no ano de 1874, até 1884, manteve-se fiel à linha abolicionista[31]. Conrad, no entanto, utilizando-se de excertos de artigos em defesa da escravatura do cientista Pereira Barreto veiculados no jornal *A Província de São Paulo* ainda no ano de 1880, reproduzidos no livro "*A Formação Política"*, de Paula Beiguelman,[32] afirma que o jornal era, na verdade, republicano[33].

O embate entre as exposições desses autores a respeito desse mesmo periódico coloca-nos diante da percepção da dificuldade de traduzir num único adjetivo o caráter plural de fontes como as jornalísticas, e da constatação de que tal caráter, representando a diversidade de pensamento daqueles que assinavam artigos nos periódicos, refletia a mesma pluralidade encontrada na sociedade.

Se a análise distanciada da fonte através das classificações dos autores acima citados nos faz pender mais para o adjetivo adotado por Conrad, que agasalha nas décadas de 1870/80 uma ampla diversidade de pensamentos e interesses, outras informações apresentadas por José Maria dos Santos nos levam a refletir sobre a necessidade de contextualizar a linha de pensamento que o jornal expressava à sua situação financeira, em diferentes momentos. Relatando os sobressaltos financeiros pelos quais passava o periódico desde que "revelou-se logo a partir de seus primeiros

---

nos seguintes autores: José Maria dos Santos, Ronaldo Marcos dos Santos, Paula Beiguelman e Robert Conrad. Mais adiante, apontaremos as diferentes visões a respeito do abolicionismo do jornal *A Redenção*, analisadas por Célia Maria Marinho Azevedo em *Onda Negra, Medo Branco.*

[30] SANTOS, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação do escravismo na província de São Paulo (1885-1888).* São Paulo: publicado para o Instituto de Pesquisas Econômicas pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1980, p. 68/9.

[31] SANTOS, José Maria. *Os Republicanos Paulistas e a Abolição.* São Paulo: Livraria Martins Fontes, s/d, p. 185.

[32] Os trechos de artigos de Pereira Barreto citados por Paula Beiguelman, veiculados no jornal *A Província de São Paulo*, datam de 20, 23 e 25 de novembro de 1880. BEIGUELMAN, Paula. *Formação Política do Brasil.* São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1967, p. 159 à 161.

[33] Conrad, *Os últimos anos*..., p. 204.

numeros um jornal francamente abolicionista", este último autor informa-nos que Rangel Pestana, um dos proprietários do jornal, em dezembro de 1879, acaba tendo de

> "recorrer aos commanditarios que ainda lhe ficaram da dispersão inicial de 1875, pedindo-lhes um reforço de capital. A maioria, porém, não somente recusou, como se mostrou disposta a definitivamente retirar-se. Veio então o Dr. Luiz Pereira Barreto, espirito esclarecidamente liberal a quem muito agradava a orientação da folha, e, com alguns amigos, permittio a reorganização da commandita com um certo augmento de capital. É de suppôr que a participação do dr. Pereira Barreto e dos seus amigos não tenha passado de um auxílio transitório, para facilitar a Rangel Pestana a solução de difficuldades momentaneas, porque, em Janeiro de 1882, todos concordaram voluntariamente em dissolver a commandita, deixando a Rangel Pestana como unico proprietario, com a obrigação de pagar dentro de um certo prazo as quotas respectivas."[34]

Como podemos constatar através leitura dos excertos dos artigos de Pereira Barreto no livro de Paula Beiguelman, a passagem daquele cientista pelo jornal em questão não pode ser considerada tão inofensiva como transparece através da leitura de José Maria dos Santos. De conteúdo anti-abolicionista, baseados em preconceitos contra aquela que denomina de "a raça inferior", tais artigos podem ser considerados uma prova material de que a tese da fidelidade à linha abolicionista, apontada por José Maria dos Santos, desde a fundação do jornal, em 1874, até o ano de 1884, não se sustenta. A veiculação dos artigos de Pereira Barreto n'*A Província de São Paulo*, em novembro de 1880, coincidem com o momento em que aquele ajudou a sanar, temporariamente, problemas financeiros que o jornal enfrentava.[35] Vemos, desta forma, que a instabilidade financeira que ameaçava a manutenção deste jornal paulista pode ter se refletido na sua linha editorial antes mesmo da data admitida por José Maria dos Santos,

---

[34] Santos, *Os Republicanos Paulistas*..., p. 186.

[35] Como podemos subentender através da citação de José Maria dos Santos, o auxílio financeiro sob o comando do Dr. Pereira Barreto teria se dado entre dezembro de 1879 a janeiro de 1882.

conforme apontado por Robert Conrad, através da análise dos artigos de Pereira Barreto empreendida por Paula Beiguelman.[36]

O discurso ambíguo presente em *A Província de São Paulo*, aqui exposto através da citada passagem do Dr. Luiz Pereira Barreto no periódico, no entanto, se fazia muito mais presente na vida do farmacêutico Azevedo Sampaio do que através da simples leitura, porque possivelmente era assinante, do jornal. Sendo natural de Resende, Luiz Pereira Barreto realizara seus estudos de medicina na Bélgica, e no ano de 1866 viera para Jacareí "comprar terras e estabelecer propriedades".[37] Além de viverem na mesma cidade durante a década da abolição, Dr. Luiz Pereira Barreto e o farmacêutico Azevedo Sampaio eram amigos, e mais do que isso, compadres. Teria sido através do intermédio deste médico que o farmacêutico conhecera Antonio Bento.[38]

Mas, era Azevedo Sampaio assinante daquela folha e, portanto, leitor assíduo da mesma? Já tinha este homem, que acompanhava de perto as agruras do sistema escravista, pois trabalhava como perito junto à polícia e ao judiciário de Jacareí, sido tocado pelos ideais de liberdade para os escravizados? Tudo leva a crer que sim, mas se respostas afirmativas a tais conjecturas nos ajudariam a constatar que nosso personagem já possuía ideais abolicionistas e, por isso, compreender melhor o uso que o farmacêutico faz da palavra "enrolado" para explicar como se sentiu em relação aos acontecimentos daquela madrugada de 26 de novembro de 1883, no ato de expulsão dos

---

[36] Azevedo também procede uma análise da série de artigos publicados entre os dias 20 e 30 de novembro de 1880 por Pereira Barreto no jornal *A Província de São Paulo*. AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda Negra, Medo Branco. O negro no imaginário das elites – Século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987, p. 68/70. De acordo com Tania Regina de Luca, no prefácio da nova edição de *A Província de São Paulo*, de Joaquim Floriano de Godoy, Luiz Pereira Barreto clinicara em Jacareí, juntamente com Joaquim Floriano de Godoy. LUCA, Tania Regina. "A Província de São Paulo no início da década de 1870". In: GODOY, Joaquim Floriano de. *A Província de São Paulo: trabalho histórico, estatístico e noticioso*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: FUNDAF, 2007, p. X e XI.

[37] PATROCÍNIO, Ana Luíza do. "Homens livres, escravos e senhores no município de Jacareí, de 1840 a 1870." Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 2003, p. 42.

[38] SIMON, Arthur D'Acajiré. *Fragmentos de uma vida. Subsídios para a história da cidade de Jacareí ao comemorar o seu primeiro centenário. (Conferência)***.** Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1949, p. 41.

abolicionistas, o fato da explicação ser elaborada por um Azevedo Sampaio que já assistira ao fim da escravidão, e até mesmo da monarquia, faz com que a mesma soe falsa, como se o seu interlocutor soubesse qual o discurso "correto" a ser feito no momento. Mesmo que a teleologia esteja presente naquela explicação, o sentimento de ser enrolado pelos acontecimentos, a ponto de assumir uma posição da qual se arrependerá no futuro, não é incompatível com a realidade a que este homem estava exposto. Afinal, se o "fazendeiro proprietário de escravos ainda era, no início da década de 1880, uma dominante e sobrepujante força para os habitantes até das maiores cidades como o Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo"[39], o que dizer da força destes indivíduos numa cidade do interior, principalmente num momento em que os mesmos buscavam aliados numa causa que lhes era de suma importância? De acordo com Conrad, no início do movimento abolicionista, "houve certa relutância em envolver-se [neste], até mesmo nas principais cidades, um resultado tanto dos valores tradicionais enraizados quanto da dependência em que os residentes das cidades estavam do governo ou da elite proprietária de terras no que se referia a seu sustento e segurança." [40] Ao evidenciar o que era o abolicionismo para seus líderes mais preeminentes, o autor acima citado apresenta-nos um excerto da obra de Joaquim Nabuco em que este define o que era a escravidão, no sentido lato em que utilizaria essa palavra em sua obra clássica sobre o

[39] Conrad, *Os últimos anos...*, p. 176.

[40] Conrad, *Os últimos anos...*, p. 176. A respeito desse receio por parte de alguns indivíduos de envolverem-se em questões que feriam os interesses dos poderosos já citamos no Capítulo 2 os depoimentos de Virgilino e Benedicto que ilustram bem essa situação. APHJ – Fundo Fórum - Ano 1883 – Caixa 376 - Inquérito instaurado a partir da "Representação dirigida ao Excellentissimo Doutor Chefe de Policia por diversos cidadãos residentes nesta Cidade e Município". Depoimento da 4ª testemunha Virgilino Eustachio Cortes (folha 19 verso a 20 frente) e da 8ª testemunha Benedicto Braga de Mesquita (folha 23 verso a 24 verso). Nos processos instaurados contra abolicionistas no ano de 1887 também encontramos declarações de depoentes no mesmo sentido, como Manoel Ourives que relata ter receios de prestar depoimento por andar sofrendo ameaças de abolicionistas, grupo "do qual não quer faser parte por precisar de todos para adquirir meios de subsistência". APHJ – Fundo Fórum - Ano 1887 – Caixa 171 A - Sumario crime do decreto número 138 de 8 de abril de 1837 – A Justiça Pública por seu promotor / Réus: Benedicto Soares da Silva, Antonio Avelino de Andrade e Joaquim Jozé da Silva. Depoimento da 2ª testemunha Manoel Ignacio das Chagas Brandão (folha 05 frente/verso, e folha 27 frente à 30 verso).

abolicionismo, no qual podemos identificar esse caráter hegemônico de tal sistema, conforme já apontado pelo pesquisador norte-americano:

> "Assim como a palavra abolicionismo, a palavra escravidão é tomada neste livro em sentido lato. Esta não significa somente a relação do escravo para com o senhor; significa muito mais: a somma do poderio, influência, capital e clientela dos senhores todos; o feudalismo estabelecido no interior; a dependência em que o comércio, a religião, a pobreza, indústria, o Parlamento, a Coroa, o Estado, enfim, se acham perante o poder agregado da minoria aristocrática, em cujas senzalas centenas de milhares de entes humanos vivem embrutecidos e moralmente mutilados pelo próprio regime a que estão sujeitos".[41]

Não é de se duvidar que Azevedo Sampaio fosse, já em 1880, simpatizante da causa abolicionista. Mas por que, então, de nossa parte, o constante retorno à presença de Azevedo Sampaio entre os que expulsaram os abolicionistas de 1883, evidenciando nossa intenção de colocar em dúvida o seu grau de comprometimento com a causa da liberdade dos escravos? Porque tal adesão contradiz a trajetória que o mesmo parece pretender traçar para si mesmo no movimento abolicionista jacareiense após o fim da escravidão no Brasil.

Como um homem que lutou para provar a condição de livre de um indivíduo escravizado indevidamente e preso na cadeia de Socorro, no ano de 1880, participa de um ato de expulsão de indivíduos que lutam pela causa da liberdade e assina um documento corroborando a atitude daqueles que, na defesa do direito da propriedade escrava, já no avançado ano de 1883, demonstram-se incapazes de respeitar as leis e tomaram o poder do Estado na aplicação da justiça que criam necessária, literalmente 'fazendo justiça com as próprias mãos'?

---

[41] NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000, p. 04. Na obra de Conrad, *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*, o autor cita o excerto acima na página 193.

Ao refletir sobre as marcas que o sistema escravista gravou na sociedade jacareiense, considerando o papel destacado de tal localidade no tráfico de escravos dentro da província de São Paulo, Azevedo Sampaio registrou:

> "Em Jacareí, como conseqüência daquele fenômeno que dominou todos os mais, existe bem característico, o da divisão social, que mantêm a distância por largo e profundo valado, a sociedade em duas classes mais ou menos infensas.
>
> Da luta empenhada ali é de notar, como negação da ORDEM E PROGRESSO, a constante locação e deslocação de elementos sociais."[42]

Quando escreve essas palavras, o próprio Azevedo Sampaio já havia abandonado aquela cidade. Sem explicitar claramente a divisão social que vigorava em Jacareí, defendida em seu discurso, nos leva a divagar sobre essa: Quem compunha, exatamente, as duas classes inimigas? Qual seria o resultado da luta destes opostos? A constante locação e deslocação de elementos sociais era empreendida espontaneamente por aqueles que não detinham poder e não se enquadravam no papel de dominados, ou era imposta pelos dominadores, como no ato de expulsão dos abolicionistas de 1883? A posição assumida por Azevedo Sampaio no atentado de 1883, a favor daqueles que expulsaram os abolicionistas, poderia ser explicada pela aceitação da dominação, apesar de possivelmente já possuir alguns ideais - abolicionistas, no caso - daqueles que não aceitavam a dominação?

Ao associar a palavra "enrolado", que Azevedo Sampaio usa para explicar sua posição ao lado dos escravocratas na expulsão dos abolicionistas, ao tom confessional de sua declaração do quanto era difícil ser abolicionista em Jacareí, considerando que, ao menos nos ideais, como quer nos levar a crer, ele realmente o fosse, o farmacêutico nos permite acessar o universo mental daqueles que viviam nas franjas dos homens de poder da sociedade escravocrata.

---

[42] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 21.

Seu envolvimento ao lado dos escravocratas na perseguição de abolicionistas no ano de 1883 parece pesar na consciência do Azevedo Sampaio de 1890, a ponto de precisar confessá-lo ao traçar a trajetória do movimento de libertação de escravos em Jacareí. Naquele momento, convivendo muito proximamente com os homens de poder ao exercer o ofício de perito, assumiu uma posição contrária a dos indivíduos que atuavam em prol da abolição, e assim, deixou seu nome gravado ao lado dos defensores dos interesses escravocratas em plena década da abolição.

Mas ao assistir a ação dos abolicionistas de 1887, parece abrir-se diante de si o cenário da redenção. Sobre o dia seguinte do roubo dos escravos da ponte, prossegue dizendo que "a cidade estava cheia das ocorrências da véspera, inclusive a de que minha intervenção não foi acidental". E demonstrando gostar da ideia de transformar em fato o que o que não passava de boato, acrescenta: "Ninguém quis prescindir da glória de ter tomado parte na façanha."[43]

Antes de passar a relatar suas ações para oficializar o movimento abolicionista em Jacareí no ano de 1887, Azevedo Sampaio não deixa de expressar sua opinião a respeito dos abolicionistas da ponte: "A ingenuidade daquela gente da ponte era tão admirável como sua coragem e o seu amor ao próximo."[44] Diante de tantos comentários, intrigas, indignações, ameaças de denúncias, processo e prisão, Azevedo Sampaio diz:

> "Vendo que a propaganda estava no risco de ser sufocada ao nascer, por falta de um chefe que assumisse em nome de todos a responsabilidade de seus atos, por falta de plano e direção geral, respondi que julgava necessária a reunião de todos os adeptos da ideia, para a instalação de um clube regular, que nomeasse um presidente que o dirigisse e pusesse em relação com outros centros congêneres." [45]

[43] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 33.
[44] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 33.
[45] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 33.

Estava decidido. Se fazia necessário fundar um clube abolicionista, "não só para auxilliar a emancipação do negro, como para obstar a qualquer insurreição e perturbação do trabalho agrícola do município."[46] Após conversas do farmacêutico com os agentes da ação de tomada dos escravos na ponte, e convencidos estes da necessidade de organizar o movimento num clube oficial, Azevedo Sampaio manda chamar para fazê-lo junto de si a José Pinto Teixeira Bastos, a quem conhecia "por sentimentos e idéias capazes de enobrecerem a causa"[47]. Este último, na ação de expulsão de 1883, apôs seu nome logo entre os primeiros no abaixo-assinado dos escravocratas contra os abolicionistas[48]. Azevedo Sampaio, prestes a formalizar numa organização a luta pelo abolicionismo na Jacareí aferrada ao sistema escravista, identificava-se intelectualmente muito mais com um daqueles que agiram contra os que lutavam a favor da liberdade em plena década da abolição, do que com aqueles que tinham acabado de empreender uma efetiva ação de enfrentamento ao sistema vigente, qual seja, a tomada de 10 escravos, aos quais considerava "ingênuos".

Esse olhar de Azevedo Sampaio a respeito dos populares, como se os mesmos necessitassem ser conduzidos pois incapazes de tomarem atitudes acertadas por si próprios, também aparece num documento produzido pelo farmacêutico no ano de 1886, intitulado *Descripção do Município de Jacareí*. Sem sabermos exatamente porque tal documento foi produzido pelo farmacêutico, acreditamos que o mesmo assumia naquele momento algum posto de responsabilidade junto à municipalidade, pois ao final de seus escritos, juntamente ao seu nome, encontramos a palavra "Secretário". Analisado por Ana Luíza Patrocínio em sua dissertação num trecho em que esta, ao tratar das doenças infecciosas e contagiosas que assolavam a região do Vale do Paraíba,

---

[46] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 34.
[47] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 33.
[48] Conforme o documento citado, a assinatura de José Pinto Teixeira Bastos aparece em 3º lugar entre as 170 que constam daquele. APHJ – Fundo Fórum – Ano 1883 – Caixa 376 - "Representação".

e especificamente, Jacareí, demonstra a visão das autoridades locais de que a responsabilidade da ocorrência das epidemias ou das endemias recaía no povo, a historiadora observa que em sua descrição do município de Jacareí, no que se referiu à questão da salubridade, Azevedo Sampaio utilizou-se de uma argumentação que reforçava aquela visão.[49] Patrocínio considera que Azevedo Sampaio ignorou a condição social do trabalhador da época, homens livres que residiam em habitações precárias, em terrenos cedidos por seus patrões ou por pessoas a quem prestavam serviços, assim como ignorou, ao relatar o caso das três fazendas onde ocorreu febre perniciosa, a omissão dos proprietários das mesmas ao permitirem "aglomerações de detritos de canna, cascas polposas de café, pantanos e chiqueiros mal collocados". Tais omissões apontadas por Patrocínio, de acordo com Azevedo Sampaio, indicavam apenas um único responsável pelos males que acometiam o município: "a ignorância do povo quanto aos meios de conservar a saúde." [50]

> "O municipio é muito salubre e topographicamente bem situado. Se os óbitos excedem, por acaso, a cifra dos climas e das localidades mais favorecidas de condições hygienicas, é devido unicamente a ignorância do povo quanto aos meios de conservar a saude.
>
> Constantemente observa-se o desaceio e até a infração dos preceitos mais triviais de hygiene nos nossos camponeses. Suas habitações são o mais ligeiramente construídas que é possível, sem commodidades, sem conforto nem resguardo das mudanças bruscas da temperatura, que motivam as mais sérias enfermidades. Além de que, o solo em que assim mesmo ellas se erguem é sempre mais ou menos humido.
>
> (...)
>
> Há poucos annos atraz, na estação adiantada das chuvas e do calor, davam-se continuamente casos de febre perniciosa, casos que sempre tinham mau desfecho. porem [*sic*] a circumstancia de serem invariavelmente esses casos procedentes de trez fazendas do municipio, como que obrigou os médicos a derigirem sobre ellas as vistas, e de indagação em indagação verificou-se que a causa do mal, a origem dos focos venenosos residia em aglomerações de detritos de canna, cascas polposas de café, pantanos e chiqueiros mal collocados.
>
> (...)

[49] Patrocínio, "Homens livres, escravos e senhores...", p. 81.
[50] Patrocínio, "Homens livres, escravos e senhores...", p. 81.

> Ha uma enfermidade de natureza chronica, que é muito freqüente na gente do campo e faz algumas victimas predominando mais ou menos em certos e determinados bairros é a hypohemia intertropical ou opilação.
>
> Por observações particulares e bastante aturadas [*sic*], julgamo-nos autorisados a affirmar que ainda mais uma vez o repudio de preceitos hygienicos é o principal motivo do mal. São as aguas más, e uma alimentação insufficiente, constando exclusivamente de feijão, arroz e farinha."[51]

Apesar da imagem que possui daqueles que coletivamente são chamados de povo, é junto destes que, diante do movimento abolicionista de 1887, praticado em princípio aparentemente de forma espontânea e composto por elementos advindos dos estratos mais simples daquela localidade que Azevedo Sampaio finalmente demonstrou conforto com a posição que assumira na luta pela causa da liberdade. Comentando sobre incluírem-no como agente da ação de tomada dos 10 escravos na ponte, o farmacêutico sintetiza: "Revolver um formigueiro e observar o desatino das saúvas era a mesmíssima cousa."[52] Ao que parece, assim como os que incluíam-no naquela última ação, na qual não tomara parte, Azevedo Sampaio nisso cria. Assim, juntamente com outros signatários do abaixo-assinado de 1883 anexado ao relato da expulsão dos abolicionistas, tais como José Pinto Teixeira Bastos, Luis Simon, Carlos Simon, Azevedo Sampaio funda o *Clube Abolicionista* na cidade de Jacareí no dia 13 de agosto de 1887.

Se o Azevedo Sampaio de 1883 fora "enrolado" no número dos operários da ação daquele momento (a expulsão), o de 1887, ao que parece, tentava sair desse papel. Abandonando a platéia que assistia aos acontecimentos, decidira correr alguns riscos, mesmo que quase na última hora. Mesmo assumindo a posição de protagonista de sua própria história, posicionando-se, agora, abertamente diante da sociedade jacareiense junto aos abolicionistas, assumindo a liderança da oficialização do movimento ao

---

[51] SAMPAIO, Antonio Gomes de Azevedo. *Descripção do municipio de Jacareí*. Jacareí/SP: Edições Debate, 1986, pp. 04/06. Grifos do autor.
[52] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 33.

propor a fundação de um clube abolicionista, o farmacêutico não abandona os escravocratas, nem ignora os interesses dos mesmos. Assim, assumirá, inicialmente, um comportamento moderado dentro do movimento local, buscando negociar com os escravocratas a liberdade que o clube pretendia conquistar para os escravos, postura que não destoava da linha de ação propalada pelo jornal *A Redenção*, que somente nos primeiros meses de 1888, em especial, assumiria a posição de defesa da abolição imediata, sem condições.[53] A partir da análise dos documentos que foram produzidos pela polícia e pela justiça de Jacareí com o intuito de averiguar a atuação dos abolicionistas da cidade no ano de 1887, às vezes, ao que parece, as proposições de Azevedo Sampaio quanto à libertação dos elementos escravizados do município diferiam da de seus pares do movimento abolicionista, e isso fica especialmente evidente ao compararmos os relatos que testemunhas fazem do farmacêutico e de um daqueles que dividia com ele o comando do movimento em Jacareí após a fundação do *Clube*, Benedicto Manoel Pinto Ribeiro. Deixemos essas diferenças, no entanto, para mais adiante. Concentremo-nos na sintonia do tipo de abolicionismo defendido pelo moderado Azevedo Sampaio com aquele propalado por *A Redenção*, folha abolicionista que servia como a porta-voz do movimento dos caifazes.

Aparentes contradições, de naturezas variadas, nos ideais de abolicionistas e em suas formas de agir não são exclusividade do farmacêutico Azevedo Sampaio que passou a liderar o movimento abolicionista na cidade do interior em que vivia. Ao dissertar sobre os caifazes, Célia Maria Marinho Azevedo observa que a maneira como se descreve esse movimento, "ainda pouco pesquisado, mas muito citado pela historiografia, transmite a ideia de um movimento planejado de fugas de escravos das

[53] Azevedo, *Onda Negra*..., p. 227.

fazendas, ida para Santos e, em muitos casos, retorno como trabalhadores agrícolas assalariados, sob a firme direção de abolicionistas de *A Redempção",* e de que esta ideia viria juntamente com uma outra, de que o "o movimento abolicionista de cunho urbano e a resistência escravocrata, rural, expressariam o embate entre dois tempos históricos distintos, o primeiro significante de progresso e desenvolvimento econômico-político-social (racionalidade) e o segundo, de retrocesso e paralisia (irracionalidade)."[54]

Azevedo observa que, de certo modo, essas ideias estão presentes no jornal, imagens possivelmente "suscitadas e expressas pelo próprio movimento abolicionista", e que mais tarde teriam sido "incorporadas pela produção historiográfica".[55]

Desta forma, para aquela autora, mesmo que ainda se saiba muito pouco a respeito dos caifazes de Antonio Bento, enfatiza-se suas ações coordenadas e radicais e a reafirmação do "sucesso prático da missão a que se atribuíam os abolicionistas em geral: redimir a "raça escravizada"." O outro lado da imagem criada, de "um movimento abolicionista essencialmente racional e planejado", de acordo com Azevedo, repousaria "na definição do escravo como um ente passivo e isolado, sem condições de chegar por si só a uma consciência de sua situação de explorado e oprimido, por força de sua própria posição estrutural." A permanência na historiografia da imagem do negro "como objeto a ser resgatado das trevas da escravidão pelos verdadeiros sujeitos daquele momento histórico, os abolicionistas" não contribuiu para que se percebesse a extinção da escravidão como um processo "para além do movimento abolicionista propriamente dito e para aquém da periodização imposta por este movimento."[56]

Ao destacar o crescimento da luta dos escravos na década de 1870, Azevedo aponta a necessidade de questionarmos a influência disso na radicalização do movimento dos abolicionistas em meados da década de 1880. É o que constata na

[54] Azevedo, *Onda Negra*..., p. 216/7.
[55] Azevedo, *Onda Negra*..., p. 218.
[56] Azevedo, *Onda Negra*..., p. 219.

análise do conteúdo discursivo do jornal *A Redenção*, ao perceber o "movimento subjacente, implícito, dos escravos em revolta, a insinuar-se no ideário produzido pelos abolicionistas". Estes, de início, pretendiam "desenvolver uma ação normalizadora e reformista", mas com o crescimento do movimento dos escravos, cuja imprevisibilidade temiam, se vêem na "contingência de reformular e radicalizar suas propostas, fazendo questão de proclamarem-se como os "dirigentes máximos do processo de extinção da escravidão", eximindo-se, no entanto, das "violências então em curso", enfatizando que "seu objetivo era a harmonia e a integração sócio-racial, para que os negócios da província retomassem o desenvolvimento e alcançassem o tão sonhado progresso."[57]

Fonte privilegiada para a observância do pensamento daqueles que eram considerados os abolicionistas mais radicais da província paulista, será através da análise do discurso contido no jornal abolicionista dos caifazes, *A Redenção*, que Azevedo demonstrará a discrepância entre a imagem criada do movimento e dos ideais de seus representantes efetivamente.

Fundado em janeiro de 1887, por aqueles que em torno de Antonio Bento, estavam reunidos na Confraria de Nossa Senhora dos Remédios, da qual aquele era o provedor, o jornal *A Redenção*, cumpria duas necessidades básicas: 1) denunciar a escravidão em geral, e em especial aqueles que pessoalmente ainda sustentavam esse regime e 2) oferecer meios para solucionar o destino do negro livre. Sua função principal, no entanto, era

> "servir como núcleo organizador e aglutinador dos chamados "caifazes", ou seja, uma multidão de cocheiros, mascates, ferroviários, pequenos comerciantes, artesãos, estudantes, profissionais liberais, mulheres, menores e libertos, que em toda a província movimentavam-se para auxiliar os escravos em suas fugas, escondendo-os em suas próprias casas, facilitando suas viagens nas ferrovias e orientando-os para Santos, onde os aguardava o quilombo do Jabaquara, fundado especialmente para eles pelos abolicionistas."[58]

---

[57] Azevedo, *Onda Negra*..., p. 215-220.
[58] Azevedo, *Onda Negra*..., p 216.

Contando com colaboradores de diferentes orientações políticas, (liberais, conservadores e republicanos), o periódico não possui um projeto abolicionista homogêneo, e apresentará, em alguns momentos, divergências existentes entre aqueles que escreveram seus artigos ao tratar de diversos assuntos, e em outras situações, regularidades. Entre as últimas, Azevedo aponta a grande preocupação dos colaboradores do jornal na manutenção da ordem "para assegurar a prosperidade da nação, e mais precisamente da província, por vezes explicitada em termos da própria riqueza dos fazendeiros", sobressaindo-se em muitos dos artigos, por vezes dirigidos aos proprietários de escravos e, por outras aos caifazes, com o intuito de orientar as ações dos mesmos, a "percepção de que os negros constituíam uma ameaça aos interesses materiais da grande propriedade"[59], e por isso, o caminho dos mesmos à conquista da liberdade deveria ser conduzido de maneira que se pudesse assegurar o "seu enquadramento na sociedade"[60]. Este caminho seria assegurado através da "criação de uma categoria ilusória de liberdade, de meio caminho entre a escravidão e o estado livre."[61] Vemos, desta forma, que apesar da imagem de radicalismo na ação comumente associada ao caifazes, o ideário dos mesmos, expresso através do jornal *A Redenção* só se associaria à reivindicação da "abolição imediata e sem condições" diante da "ameaça representada pela saída desordenada e em massa das fazendas".[62]

Ao observarmos o movimento abolicionista em Jacareí, a partir daquela ação de tomada dos escravos na ponte, que teria inspirado a criação do *Clube Abolicionista*, também não é possível identificar uma única direção, como se verá. Os acontecimentos chegam até nós através do relato pessoal de Azevedo Sampaio, exposto no livro

---

[59] Azevedo, *Onda Negra*..., p. 225.
[60] Azevedo, *Onda Negra*..., p. 228.
[61] Azevedo, *Onda Negra*..., p. 228.
[62] De acordo com Azevedo, tal postura teria sido adotada pelo jornal "sobretudo a partir dos três últimos meses de 1887." Azevedo, *Onda Negra*..., p. 228.

Abolicionismo, de sua autoria, e também dos registros da documentação policial e judiciária de Jacareí, nos inquéritos e processos instaurados pela Polícia e Judiciário.

Nestes últimos, interessa-nos saber as formas de agir dos abolicionistas locais e as transformações das mesmas e de seus agentes com o aproximar da abolição.

5. O *Clube Abolicionista* de Jacareí

Ao propor a fundação do *Clube Abolicionista* e assumir a presidência do mesmo, o nome do farmacêutico Azevedo Sampaio transforma numa referência: ele é, a partir de então, o chefe dos abolicionistas de Jacareí. Tanto na imprensa da capital, quanto nos processos que são instaurados para investigar as ações dos abolicionistas em Jacareí, seu nome é sempre citado como a principal liderança.[63] E é nesta condição que Azevedo Sampaio se propõe a relatar "Um parágrafo da história do movimento antiescravista", "Suas causas próximas e remotas; seu movimento e resistência; efeitos imediátos [*sic*] e mediatos", e que seu discurso adquire credibilidade.[64]

A trajetória de ação do *Clube Abolicionista* de Jacareí, oficialmente, teria seguido o mesmo padrão propagandeado aos caifazes pelo jornal *A Redenção*: a defesa

---

[63] Em seu livro, Azevedo Sampaio cita uma matéria publicada em 12/12/1887 no jornal *A Redenção* na qual é reconhecido como líder dos abolicionistas de Jacareí logo após a soltura dos abolicionistas presos sob a acusação de sedição, que se deu em 09.12.1887. Logo em seguida ao texto acima, Azevedo Sampaio cita um outro que seria uma resposta àquele primeiro, sem nos dar a certeza de que fora veiculado pelo mesmo periódico. Neste, que funciona como uma resposta a uma incorreção daquele primeiro, consta a assinatura de todos os abolicionistas que ficaram presos, sendo que o nome do farmacêutico aparece na primeira posição. Por fim, o autor reproduz mais um documento, que também não fica claro se foi publicado n*'A Redenção*, em que apresenta as razões, em nome de seus 46 companheiros de pronúncia, sobre o delito da ponte. Sampaio, *Abolicionismo...*, p. 64 a 69. Nos documentos produzidos pela polícia e pela justiça de Jacareí sobre a ação do *Clube Abolicionista* também encontramos referências ao nome de Azevedo Sampaio como chefe dos abolicionistas, mesmo quando citam a ação que o farmacêutico afirma ter apenas assistido, qual seja, a tomada dos escravos na ponte. Tais documentos são os processos contra os abolicionistas utilizados neste capítulo.

[64] Sampaio, *Abolicionismo...*, p. 07.

da manutenção da ordem em seu início (agosto de 1887), e a radicalização de suas ações nos meses finais de 1887.[65]

Em sua primeira reunião, ocorrida na casa de Carlos Simon em 13 de agosto de 1887, dois dias após a tomada de escravos na ponte, estabeleceu-se que a direção a imprimir aos trabalhos seria a solicitação de liberdades condicionais. Nesta mesma reunião, o farmacêutico Antonio Gomes de Azevedo Sampaio foi aclamado presidente da associação.[66]

Na segunda reunião, realizada em 21 de agosto do mesmo ano, estabeleceu-se questões administrativas e de estrutura para o funcionamento da associação, tais como a eleição da diretoria, a nomeação das comissões de vigilância, a criação do policiamento geral, e combinou-se o juramento, "que teve por base a maior obediência ao chefe e o maior segredo de tudo". Nesta mesma ocasião, foi o presidente da associação autorizado a estabelecer relações com outros centros abolicionistas que pudessem auxiliar o clube, moral e materialmente.[67]

Azevedo Sampaio relata que o entendimento em particular com alguns fazendeiros, para expor a estes os "intuitos pacíficos" da associação e "convencê-los da vantagem de libertar o município, embora condicionalmente" foi um dos primeiros atos da associação, e que o "movimento da Ponte e alguma ostentação de sua força física" tiveram algum efeito sob os proprietários de escravos, a ponto de cederem facilmente às razões da associação, "dependendo somente da consulta a uns dois ou três que era preciso ouvir, mas que procurariam convencer, dando a resposta muito breve." Apesar

---

[65] Com a diferença que o *Clube Abolicionista*, de acordo com sua liderança maior, o farmacêutico Azevedo Sampaio, teria aderido às ações radicais somente a partir de dezembro de 1887, como se verá mais adiante. Os membros do *Clube*, no entanto, até tal data já colecionavam 4 processos por suas práticas, dois dos quais se punham diretamente em contato com os escravos em função da luta pela liberdade dos mesmos. Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 37 e 46.
[66] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 35.
[67] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 35.

da impressão de Azevedo Sampaio de que "Tudo augurava um desenlace auspicioso"[68], tal resposta nunca chegou. Pelo contrário,

> "os fazendeiros em lugar de combinarem o melhor meio de corresponderem à solicitação do Clube, combinavam a simulação de um levante de escravos na fazenda de D. Diolinda M. de Siqueira, para afastarem a força pública que era composta de tropa de linha e comandada por um tenente, que também era delegado e fizeram desembarcar vinte e cinco capangas armados para levarem as cabeças dos chefes do movimento abolicionista![69]

Como se pode depreender da leitura do excerto acima, o falso levante funcionaria como uma isca, uma forma de atrair as autoridades para aquela fazenda e deixar o terreno livre para a ação dos capangas contra os abolicionistas.

A polícia abolicionista, que ficara sabendo do plano, mandou uma comissão para assistir ao desembarque do exército escravocrata, que "autuado pelas autoridades ali reunidas", teve que voltar a pé para São José dos Campos.[70]

Isso ocorreu na noite de 29 de agosto de 1887, e essa determinaria novos rumos na história do movimento abolicionista na cidade. Na mesma noite do desembarque do exército escravocrata, uma reunião do *Clube Abolicionista* teria sido invadida pelo Juiz de Direito da Comarca, Dr. Hyppolito de Camargo, e os clubistas autuados em flagrante sob a acusação de serem sediciosos[71].

---

[68] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 36.
[69] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 37.
[70] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 37/8. Neste momento, Azevedo Sampaio se refere às autoridades abolicionistas, como se pode depreender a partir da leitura do trecho em que narra a chegada daqueles que teriam sido contratados pelos escravocratas para agirem contra os abolicionistas de Jacareí: "A polícia abolicionista teve ciencia de todas as maquinações, de todos os planos e no célebre dia 29 de Agosto mandou uma honrosa comissão assistir ao desembarque do exército escravocrata, que só teve tempo de ser autuado pelas autoridades ali reunidas e voltar a pé para S. José dos Campos!"
[71] "[...] o crime que se imputa aos acusados é o de sedição, crime que se acha definido no art. 111 do Codigo Criminal. Ahi diz-se: - Julgar-se à commettido este crime (sedição) ajuntando-se mais de vinte pessoas, armadas todas ou em parte d'ellas, para o fim de obstar á posse de empregado publico, nomeado competentemente e munido de titulo legitimo, ou para o privar de exercicio de seu emprego, ou para obstar á execução e cumprimento de qualquer acto ou ordem legal de legítima autoridade." APHJ – Fundo Fórum de Jacareí - Ano 1887 – Caixa 96 – Sumário de Culpa – Sedição – Autora: A Justiça por seu promotor; Réus: Antonio Gomes de Azevedo Sampaio, Pedro Mercadante, Benedicto Manoel Pinto Ribeiro e outros em número de 25; Rasões dos réus, 2ª parte anexada, folhas 31/32.

Assim, se os escravocratas não conseguiram "as cabeças dos chefes do movimento abolicionista", pois os homens supostamente por eles contratados teriam sido pelas autoridades abolicionistas rapidamente forçados a regressar de onde vieram, tinham contra aqueles, agora, um processo de sedição. Este seria o primeiro de uma série de outros três, instaurados a partir das investigações feitas para se esclarecer as últimas ações dos agentes do movimento abolicionista da cidade e as circunstâncias que os levaram a serem acusados de sedição.[72]

As circunstâncias em que se deram o flagrante da reunião do *Clube Abolicionista* do dia 29 de agosto de 1887, relatadas por diversos indivíduos no inquérito instaurado, são bastante confusas. A explicação que parece mais plausível, e que é repetida por alguns depoentes, é a de que não se tratando essa de uma reunião regular do *Clube*, teria se dado em função do desembarque do exército escravocrata.[73] Assim, um dos clubistas de maior destaque nos processos instaurados contra os abolicionistas, Benedicto Manoel Pinto Ribeiro, teria comunicado ao Juiz de Direito da Comarca, por ser essa autoridade a favor dos abolicionistas[74], sobre a reunião do *Clube*

---

[72] De acordo com Azevedo Sampaio, teriam sido instaurados contra os abolicionistas do *Clube* quatro processos, a saber: o processo de sedição, "o processo do mulato de Caçapava, instaurado por crime de furto", o processo instaurado por uso de armas proibidas, tirado do de sedição, e o processo da tomada de escravos da ponte. Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 37 e 46. Destes, apenas o processo por uso de armas proibidas não foi encontrado junto à documentação sob a guarda do Arquivo Público e Histórico de Jacareí.

[73] De acordo com interrogatório feito a Azevedo Sampaio, a reunião da noite de 29 de agosto de 1887 "não era do Club, mas sim por virtude do alarme em que se achava a cidade por ter vindo a [*sic*] S. José dos Campos um grupo de homens armados, que se dizia alliciado pelos fasendeiros." No relato da 6ª testemunha, Fortunato Pereira de Sousa que era Cabo da Esquadra do Corpo Policial da Província de São Paulo destacado em Jacareí, este destaca o que ouvira de Carlos Simão, abolicionista sócio do *Clube*, a respeito do que motivou a reunião da noite de 29 de agosto de 1887: "depois de dissolvida a reunião o cidadão Carlos Simão disse a elle depoente e a outros praças que estavão presentes que aquela reunião não era contra a Policia, e sim para fazer retirar desta cidade um grupo de homens vindos a [*sic*] S. José dos Campos com o fim, segundo disia, a vingar-se d'elles pelo facto de tratar-se de liberdade de escravos, e que os seus companheiros d'essa reunião tratarião de auxiliar a Policia, como fosse preciso." APHJ – Fundo Fórum de Jacareí - Ano de 1887 – Caixa 96 – Sumário de Culpa – Sedição – Autora: A Justiça por seu promotor; Réus: Antonio Gomes de Azevedo Sampaio, Pedro Mercadante, Benedicto Manoel Pinto Ribeiro e outros em número de 25; Auto de interrogatório a Antonio Gomes de Azevedo Sampaio (folha 26 frente a 27 verso); depoimento da 6ª testemunha, Fortunato Pereira de Sousa (folha 63 frente à 64 verso).

[74] Essa afinidade citada em alguns depoimentos do processo de sedição não se confirma em nenhum momento na documentação judiciária referente ao abolicionismo analisada. No entanto, como se verá

no intuito de oferecer reforços à autoridade na expulsão dos 25 capangas contratados pelos escravocratas.[75] Em depoimento de um dos "clubistas", teria este sido avisado pelo mesmo Benedicto Manoel Pinto Ribeiro de que o Juiz de Direito da Comarca, Dr. Hyppolito de Camargo, "hia ter com elles"[76], e por isso compareceu à reunião.

Se a exatidão dos fatos, em si, se mostra algo inatingível de se alcançar, isso se deve à construção do discurso de acordo com distintos interesses e diferentes percepções dos envolvidos. Como precisar as reais intenções de cada um dos lados envolvidos, se mesmo entre os pares de um dos lados daquelas disputas, como por exemplo, o dos abolicionistas, as percepções sobre os acontecimentos e o grau de compreensão do que se pretendia com as ações da associação por eles fundada diferiam tanto? As mesmas ações são distintamente narradas a partir de quem o faz e dos ideais que busca defender. Assim, não nos interessa aqui a reconstituição dos acontecimentos em si, algo que não cremos plenamente possível, mas o desvendar das práticas atribuídas aos abolicionistas, e/ou assumidas por esses, e as diferentes visões que os

---

mais adiante, Benedicto Manoel Pinto Ribeiro era suplente de juiz municipal, o que nos leva a sugerir que, mesmo que a tal simpatia à causa abolicionista por parte do Juiz de Direito da Comarca, Dr. Hyppolito de Camargo, não existisse, poderia haver sim certa amizade ou confiança entre essas duas personalidades, corroborada pelo depoimento de uma testemunha que afirmou ter visto, na noite de 29 de agosto de 1887 (a do desembarque do exército escravocrata e do flagrante da reunião na casa de Carlos Simon) os dois se encontrarem perto da ladeira da quitanda velha e Benedicto contar à Hyppolito sobre a reunião na casa de Carlos Simon. APHJ – Fundo Fórum de Jacareí - Ano de 1887 – Caixa 96 - Sumário de Culpa – Sedição – Autora: A Justiça por seu promotor; Réus: Antonio Gomes de Azevedo Sampaio, Pedro Mercadante, Benedicto Manoel Pinto Ribeiro e outros em número de 25; Depoimento de José Jacintho Ferreira da Silva Junior (folha 20 frente à 21 frente, e na continuação – 2ª parte - folha 13 frente à 14 frente).

[75] Sobre essa versão, assim como relatada, ou em partes, como somente a comunicação da reunião pelo abolicionista ao juiz de direito, sem citar o intuito de oferecer ajuda, pode-se constatar nos seguintes depoimentos: APHJ – Fundo Fórum de Jacareí - Ano de 1887 – Caixa 96 - Sumário de Culpa – Sedição – Autora: A Justiça por seu promotor; Réus: Antonio Gomes de Azevedo Sampaio, Pedro Mercadante, Benedicto Manoel Pinto Ribeiro e outros em número de 25; Depoimento da 1ª testemunha, Dr. Joaquim Ribeiro de Mendonça (folha 12 verso à 15 frente); depoimento da 4ª testemunha, José Jacintho Ferreira da Silva Junior (folha 20 frente à 21 frente; novo depoimento na 2ª parte anexada, folha 13 frente à 14 frente); depoimento da 5ª testemunha, Carlos Frederico Moreira Porto (folha 23 frente à 25 frente; novo depoimento na 2ª parte anexada, folha 16 frente à 19 frente); Auto de interrogatório à João Pinto Sobrinho (folha 28 verso à 29 verso); depoimento da 11ª testemunha Benedicto Soares da Silva (2ª parte, folha 30 frente à 31 verso).

[76] Expressão encontrada no depoimento da testemunha referenciada a seguir: APHJ – Fundo Fórum de Jacareí - Ano de 1887 – Caixa 96 - Sumário de Culpa – Sedição – Autora: A Justiça por seu promotor; Réus: Antonio Gomes de Azevedo Sampaio, Pedro Mercadante, Benedicto Manoel Pinto Ribeiro e outros em número de 25; 11ª testemunha Benedicto Soares da Silva. Este foi incluído como co-participante do processo de sedição.

abolicionistas construíram a respeito de seu movimento e daqueles que se opunham a ele.

De acordo com as testemunhas que depuseram no inquérito instaurado a partir do auto de flagrante da reunião do *Clube Abolicionista* realizada em 29 de agosto de 1887, os membros daquela sociedade já vinham realizando ações ilícitas com o intuito de obter a libertação do município da escravidão. E é justamente a partir de tal inquérito que se inicia uma devassa para descobrir quem eram os integrantes das ações, e quais eram, efetivamente, as ações.

Ao todo, são instaurados quatro processos contra os membros do *Clube Abolicionista*. Naqueles, se tornaram alvo das investigações as várias ações praticadas pelos abolicionistas entre os dias 11 e 29 de agosto de 1887. O primeiro, de sedição (iniciado com o auto de flagrante da reunião realizada em 29 de agosto de 1887), origina mais outros três: um para investigar a tomada de escravos na ponte, realizada em 11 de agosto de 1887 (iniciado com uma denúncia do promotor, em 20 de setembro de 1887), ação que inspiraria a oficialização do movimento abolicionista através da fundação do *Clube Abolicionista*; outro para investigar o roubo do escravo de Caçapava ocorrido na estação ferroviária de Jacareí, em 16 de agosto de 1887 (iniciado com uma denúncia do promotor, em 22 de setembro de 1887); e o último pela posse de armas proibidas ("tirado do de sedição"[77], o qual não encontramos junto à documentação sob a guarda do Arquivo Público e Histórico de Jacareí). Tais documentos, ao colocarem-nos diante de alguns traços em comum encontrados nos depoimentos das testemunhas e nos interrogatórios aos réus, versões de um passado que só podemos adentrar através dos olhares e testemunhos daqueles diversos sujeitos que o vivenciaram a partir das distintas posições por eles ocupadas naquela sociedade, revelam-nos algumas das possíveis ações

[77] Citado por Azevedo Sampaio, em seu livro. Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 46.

e práticas atribuídas aos abolicionistas. Assim, uma narrativa heróica, como a da tomada de escravos na ponte na noite de 11 de agosto de 1887, feita por Azevedo Sampaio no seu livro, pode tanto assumir traços cômicos no depoimento de uma testemunha que na ocasião encontrava-se embriagada, quanto revelar momentos de catarse entre os abolicionistas ao obterem sucesso na missão empreendida[78], e ainda denunciar-nos a falta de recursos e a fragilidade do sistema de segurança pública diante do abolicionismo popular[79] que, a partir de então, criaria novos marcos na história da luta abolicionista daquela localidade do Vale do Paraíba paulista.

6. "Pois não é que tirarão os negros do homem!!"

José de Sousa Teixeira, morador do Itapeva, próximo da ponte da cidade, parecia não acreditar no que estava vendo. A frase acima em destaque, atribuída ao mesmo, teria sido proferida numa conversa com Francisco José de Moraes, o filho do dono do quarto onde estavam acomodados aqueles dez escravos que foram tomados de seu condutor, além do mesmo. De acordo com esta última testemunha,

> "O conductor dos escravos, logo que ouvio o alarido, apagou a luz do seu quarto, elles [abolicionistas] batendo na porta, disserão abra por bem, se não se põe a porta abaixo, e abrindo-a o conductor, elles ascenderão phosforos e tirarão os escravos, disendo que elles hião ser livres."[80]

---

[78] Referimo-nos aqui aos discursos que teriam sido proferidos por alguns abolicionistas, ainda em frente à porta do quarto de onde foram retirados os escravos, conforme mencionado por testemunhas e citados por nós no próximo texto.

[79] Sobre esse aspecto, no depoimento do sargento comandante da Polícia local este relata que fazendo a ronda na noite do acontecimento, viu o grupo da ponte. Indo relatar ao delegado de Polícia, este ordena que continuem a espreitá-lo "afim de evitar qualquer barulho, visto não ter força sufficiente para evitar a fuga feita". APHJ – Fundo Fórum de Jacareí - Ano 1887 – Caixa 171 A – Sumário crime sobre os escravos tomados na ponte no dia 11/08/1887 - Depoimento de Francisco Carlos dos Santos (folha 26 verso à 28 frente).

[80] APHJ – Fundo Fórum de Jacareí - Ano 1887 – Caixa 171 A – Sumário crime sobre os escravos tomados na ponte no dia 11/08/1887 - Depoimento de Francisco José de Moraes (folha 16 frente e verso e 32 frente a 33 frente).

Na ocasião, José, a testemunha acima citada, que levou uma bordoada no dedo no meio da confusão sem nem mesmo saber de quem, estava embriagado, mas próximo o suficiente para presenciar o grande falatório do grupo da tirada dos escravos quando abriram a porta do quarto onde estavam os cativos. Francisco, também citado acima, reconheceu pela voz a Antonio Ribeiro, que pronunciou uma espécie de discurso, e também Antonio Sacristão e Benedicto [Manoel Pinto] Ribeiro, que estavam falando mais alto.[81]

Este último, juntamente com o farmacêutico Antonio Gomes de Azevedo Sampaio e Antonio Sacristão, aparece nos depoimentos das testemunhas do processo instaurado para investigar a ação de tomada dos escravos da ponte como o nome mais citado. Suas participações na ocasião, no entanto, são referenciadas de forma bastante distintas. Enquanto o farmacêutico Antonio Gomes de Azevedo Sampaio e Antonio Sacristão são constantemente citados como cabeças daquela ação, sem que se esclareça maiores detalhes de como se deram suas participações, a de Benedicto Manoel Pinto Ribeiro aparece, de acordo com o relato de uma testemunha, um pouco mais explicitada.

Maneco de Lima conta em seu depoimento que, naquela mesma noite em que se daria a tomada dos escravos da ponte, vendo um grupo de homens e mulheres armados arranchados no Pasto do Malta, no Bom Sucesso, e não podendo relatar isso ao delegado por estar este com muita gente em casa, procura para fazê-lo à Benedicto Manoel Pinto Ribeiro, suplente de Juiz Municipal, na expectativa de que fosse este dar ciência dos fatos ao delegado. Benedicto diz que o fará, e aproveita a ocasião desse encontro com Maneco para contar-lhe da intenção de logo mais irem tomar os escravos que, junto com seu condutor, estavam hospedados num dos quarto de Innocêncio, próximo à ponte, e convida-o a fazer parte da ação. Dessa conversa teriam participado

[81] APHJ – Fundo Fórum de Jacareí - Ano 1887 – Caixa 171 A – Sumário crime sobre os escravos tomados na ponte no dia 11/08/1887 - Depoimentos de Francisco José de Moraes (folhas 16, e 32 frente à 33 frente), e de José de Souza Teixeira (folhas18 verso à 19 frente).

"Francisco Figueredo e Benedicto filho de Bebiano Neves, que tambem insistirão com o depoente para que os acompanhasse para a tomada de escravos, ao que sempre se recusou e retirou-se para sua casa."[82] Maneco relata ainda que Benedicto declarou achar positiva a presença do grupo armado no Pasto do Malta, pois assim imputariam ao mesmo a tomada dos escravos da Ponte.[83]

A atuação mais expressiva e radical de Benedicto Manoel Pinto Ribeiro em comparação com seus pares citados como cabeças da ação de tomada dos escravos da ponte também aparece na denúncia do promotor, documento no qual a casa de negócios do mesmo é citada como o ponto de reunião de onde parte o grupo de cerca de quarenta pessoas que iria empreender a ação usurpadora[84], e num outro processo em que os abolicionistas foram acusados pelo furto de um escravo vindo de Caçapava.

Neste último, no entanto, os perfis de Benedicto Manoel Pinto Ribeiro e do farmacêutico Antonio Gomes de Azevedo Sampaio, dois daqueles que são apontados como as lideranças do movimento abolicionista de 1887 em Jacareí, parecem ficar mais evidentes e distintos.

---

[82] À Benedicto Manoel Pinto Ribeiro parecia caber a função de arregimentar novos adeptos para a causa abolicionista antes mesmo da organização do movimento no *Clube*, pois encontramos outros relatos em depoimentos de testemunhas dos processos instaurados contra os abolicionistas de que o mesmo, juntamente com Francisco Figueiredo, convidava pessoas para fazerem parte das ações abolicionistas ocorridas em Jacareí no mês de agosto de 1887. APHJ – Fundo Fórum de Jacareí - Ano 1887 – Caixa 171 A - Sumario crime do decreto número 138 de 8 de abril de 1837 – A Justiça Pública por seu promotor / Réus: Benedicto Soares da Silva, Antonio Avelino de Andrade e Joaquim Jozé da Silva. Depoimento da 2ª testemunha Manoel Ignacio das Chagas Brandão (folha 05 frente/verso, e folha 27 frente à 30 verso); depoimento da 6ª testemunha - Alexandre Ribeiro da Fonceca (folha 34 verso a 35 verso).

[83] Sobre a presença de um grupo armado no Pasto do Malta também encontramos outras referências nos depoimentos referenciados a seguir: APHJ – Fundo Fórum de Jacareí - Ano 1887 – Caixa 171 A – Sumário crime sobre os escravos tomados na ponte no dia 11/08/1887 - Depoimentos de Manoel Benedicto de Sousa, vulgo Maneco de Lima (folha 14 frente à 15 frente e 29 frente à 30 verso); Salvador Luis Antonio dos Santos (folha 12 verso à 13 frente e folha 30 verso à 31 verso); Francisco Carlos dos Santos (folha 26 verso à 28 frente).

[84] APHJ – Fundo Fórum de Jacareí - Ano 1887 – Caixa 171 A – Sumário crime sobre os escravos tomados na ponte no dia 11/08/1887 - Denúncia do promotor (folha 02).

7. O roubo do escravo de Caçapava

As ações a serem tomadas pelos abolicionistas, após a fundação do *Clube*, eram simples e primavam pela busca da manutenção da ordem. Enquanto esperavam a resposta dos grandes fazendeiros, que demorava, logo nos primeiros dias os abolicionistas conseguiram cerca de 200 libertações de escravos, através das baixas de matrícula de pequenos proprietários, "sendo boa parte de espontânea deliberação." Além disso, "avultado número de fugitivos de municípios vizinhos" procuravam a proteção da associação, correndo longe a notícia da fundação da sociedade abolicionista jacareiense. O objetivo da associação para o município era obter a liberdade do mesmo, "embora com a condição de serviços por tres annos – e baixa na colletoria", pois além do objetivo de auxiliar a emancipação do negro, buscavam também "obstar a qualquer ressurreição e perturbação do trabalho agrícola do município". Apesar do número de liberdades condicionais triplicarem apenas um mês depois do início de tais negociações, o almejado controle sobre a mão-de-obra que se pretendia manter no campo, como se poderá ver, não vinha sendo mantido.

Em 5 de outubro de 1887, o jornal *A Redenção* reproduziu um discurso do senador representante de São Paulo, Joaquim Floriano de Godoy, proferido na sessão parlamentar de 23 de setembro de 1887. Naquele, o senador relatava o estado em que se encontrava o trabalho servil em função do abandono em massa dos estabelecimentos agrícolas pelos escravos, e exemplificava com o que havia ocorrido em Jacareí: a libertação de "mais de 600 escravos sob a condição de servirem durante o prazo de três anos", e em seguida, "apenas três dias após", o abandono das lavouras pelos mesmos. Com a captura e inquirição de alguns dos fugitivos, estes "declararam que não depositavam confiança nas promessas dos seus senhores e que desejavam um ato de

poder legal, na frase deles, que lhes desse garantia (...).” Se dúvidas não cabem à quem atribuir a negociação das libertações condicionais, no título do discurso do senador, a confirmação: “O Directório Liberal e os Abolicionistas de Jacareí”.[85]

Com a radicalização da atuação dos abolicionistas de Jacareí, Joaquim Floriano de Godoy seria um daqueles que teria sua fazenda esvaziada através de uma grande fuga em massa que havia “limpado” várias propriedades, entre elas “a fazenda do Paraíba, a do senador Godoy, a do Banco e a de D. Maria Gertrudes Nogueira.” Tal ação, ocorrida no início de 1888, fazia parte de uma estratégia de concentrar a atenção para a libertação dos escravos do município, que havia sido postergada, até então, em função da necessidade de estender a ação do *Clube* de Jacareí a outros municípios dos quais recebiam escravos.[86] Em relação a esses cativos, usariam outros métodos.

Pode-se afirmar que as fugas de escravos de outros municípios para Jacareí era algo que já vinha acontecendo, antes mesmo da fundação do *Clube Abolicionista*. Isso porque a autorização para o presidente estabelecer relações com outros centros abolicionistas, e assim divulgar a atuação do movimento de Jacareí, agora formalizado através daquela associação, fora dada ao mesmo em 21 de agosto de 1887, e antes mesmo dessa data já se registra a fuga intencional de um escravo de Caçapava para aquele município, em 15 de agosto do mesmo ano.

Azevedo Sampaio nos dá a entender que era uma fuga combinada, pois diz que o escravo chegou “à estação em hora que não havia ali um abolicionista”, sendo “agarrado por um capanga e conduzido para a casa do referido juiz.”[87] Recuperar a posse do

---

[85] Azevedo, *Onda Negra*..., pp. 228/9.
[86] Sampaio, *Abolicionismo*..., pp. 85/6.
[87] Trata-se do juiz municipal Pereira de Barros, citado em trecho anterior do texto, do qual extraímos aquele excerto. Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 36. Outra hipótese, menos plausível, é de que fazia parte da organização da rotina de trabalho dos abolicionistas a presença de um deles na estação de trem da cidade, em determinados horários, para aguardar escravos fugitivos vindos de outros municípios. Isso demonstraria uma organização da atuação dos abolicionistas antes mesmo da oficialização do movimento no município, além de um bom nível de comunicação com agentes do movimento nos municípios

escravo torna-se uma questão de honra para o *Clube Abolicionista*, como se pode depreender da seguinte passagem do livro de Azevedo Sampaio:

> "Feita a comunicação ao elemento diretor, logo se providenciou no sentido de não voltar o mulato ao poder de seu senhor. Era forçoso e infalível que esse infeliz que vinha a Jacareí cofiado na existência de um CLUBE ABOLICIONISTA não tivesse de arrepender-se.
> [...]
> Eram das dez para as onze horas da noite quando dois dos clubistas tomaram o compromisso solene de darem conta do mulato no dia seguinte." [88]

No entanto, enquanto no relato de Azevedo Sampaio transparece a concordância entre os membros do *Clube* a respeito da maneira como se deveria proceder em relação ao escravo de Caçapava, no relato de algumas testemunhas do processo em que se investigou como se deu aquela ação é possível identificar distintas posturas e enfrentamentos entre dois daqueles que são apontados como os líderes do movimento a partir da fundação do *Clube*, quais sejam: a liderança intelectual do farmacêutico Azevedo Sampaio e a ousadia das propostas de ação de Benedicto Manoel Pinto Ribeiro.

8. O conciliador e aquele que queria "principiar o exemplo por casa"

Auxiliar o mulato de Caçapava, planejando uma ação em que valia até faltar com a palavra dada, era uma coisa. Agora, tirar o escravo de dentro da casa de um juiz municipal já era algo mais ousado. De acordo com as diversas vozes que ainda podem ser "ouvidas" com a leitura do processo judicial em que aquela ação de abolicionistas

---

vizinhos, reforçando a ideia de que a fundação do *Clube Abolicionista* só oficializou um movimento já existente.

[88] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 36/7.

foi esmiuçada, essas duas possíveis formas de ação poderiam ser passíveis de serem postas em ação quando se fala dos abolicionistas do *Clube* de Jacareí.

Theodoro viera à Jacareí no encalço de um escravo seu que, como soubera, tinha fugido para esta localidade. Conseguindo capturar o escravo um pouco adiante desta cidade, na linha férrea, e junto deste uma preta que o acompanhava, retorna à Jacareí para pernoitar na casa do juiz municipal que era seu parente. Sabendo, no entanto, que "os abolicionistas desta cidade obstavão ao embarque de escravos", conversa a esse respeito com Benedicto Manoel Pinto Ribeiro, "e este indo fallar com o Chefe dos Abolicionistas – disse este chefe que poderiam embarcar sem cuidado", "que consentia no embarque do preto visto que o escravo não era deste municipio." Tendo tomado a precaução de negociar com os abolicionistas sua saída da cidade juntamente com seu escravo, nada temeu na madrugada do dia seguinte, 16 de agosto de 1887, ao entrar na porteira da estação por volta da 5 horas da manhã e ver um grupo de pessoas armadas. No entanto, ao entrar na área da estação fora surpreendido: "ouvio barulho e gritarem ao seu rapas que fugisse de preça", perdendo-o de vista.[89]

Se perguntássemos, até aqui, a quem caberia o adjetivo de conciliador substantivado no título desse texto, certamente obteríamos como resposta que deveria ser atribuído à Benedicto Manoel Pinto Ribeiro. Mas é no depoimento de Manoel Ourives que a verdade daquele acordo fechado por aquele último entre o chefe dos

[89] De acordo com o relato de Manoel Ourives no mesmo processo, indivíduo este que acompanhava o proprietário do escravo na madrugada do dia 16/08/1887, na entrada da porteira da estação estava "um grupo armado de porretes – digo de porretes – não só desse lado, como do lado do hotel e do opposto [...] e seguindo elle com Theodoro na frente, ao penetrarem na Porteira os escravos, ouvio um grande reoliço [sic] e com Theodoro olharão, vendo que o grupo se desfes, e que o pardo Tertuliano tambem correr [sic] para o lado do mercado, e por entre diversos – Theodoro ainda procurou-o chamar e convencel-o – mais foi debalde e voltando para a estação seguio sua viagem só com a rapariga." APHJ – Fundo Fórum de Jacareí - Ano 1887 – Caixa 171 A - Sumario crime do decreto número 138 de 8 de abril de 1837 – A Justiça Pública por seu promotor / Réus: Benedicto Soares da Silva, Antonio Avelino de Andrade e Joaquim Jozé da Silva. Auto de Perguntas a Theodoro Pereira da Silva (folha 22 frente à 23 frente) e depoimento de Manoel Ignacio das Chagas Brandão (folha 05 frente/verso, e folha 27 frente à 30 verso).

abolicionistas, Azevedo Sampaio, e Theodoro, proprietário do escravo fugido de Caçapava, é posta em questão, e que vemos o papel de conciliador mudar de sujeito.

Manoel Ourives, que inicialmente revelou pouca coisa, dizendo sentir "dificuldades para poder fazer claramente seu depoimento pois que tem sido ameaçado por pessôas desse grupo do qual não quer faser parte por precisar de todos para adquirir meios de subsistência", em seu segundo depoimento não padeceu do mesmo mal. Neste revela outras facetas de Benedicto Manoel Pinto Ribeiro e de Azevedo Sampaio, figuras centrais da negociação com o senhor do escravo de Caçapava. No dia anterior à tomada do escravo de Caçapava na estação, Manoel Ourives presenciara uma conversa entre os dois abolicionistas. Nesta se vê uma atitude de Benedicto Manoel Pinto Ribeiro muito diferente daquela relatada pelo senhor do escravo de Caçapava, em que teria exercido a função de intermediário entre este último e o chefe dos abolicionistas, e também um Azevedo Sampaio portador de ideais abolicionistas que poderiam ser conciliados com os interesses daqueles que ainda defendiam os interesses de escravocratas, distinguindo o posicionamento a ser tomado pelos clubistas naquela ação específica da tomada do escravo fugido de Caçapava em função da destacada posição social de uma autoridade do poder judiciário envolvida indiretamente na ação e interessada na manutenção do escravo nas mãos de seu proprietário[90], a quem a adoção de posturas mais radicais por parte do grupo abolicionista poderia despertar sentimentos adversos àquela organização[91]:

---

[90] Refiro-me aqui ao juiz municipal Pereira Barros, parente de Theodoro, do dono do escravo tomado na estação.

[91] De acordo com Azevedo Sampaio, justamente por causa da ação de tomada do escravo de Caçapava do proprietário, que era parente do juiz municipal, o bacharel Pereira Barros, este último, suscitado pela fúria, teria instaurado contra os sócios do *Clube Abolicionista* um dos quatro processos que responderam. O farmacêutico, apesar de falar do caso do escravo de Caçapava, não descreve como seu deu a tomada do mesmo de seu senhor, relatando simplesmente que o mulato desapareceu pela ação dos clubistas das vistas daquela autoridade, "das do [seu] senhor e mais auxiliares". Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 37.

> "no dia 15 [dia anterior ao roubo] á tardinha para noite, estando elle depoente na Botica de [Azevedo] Sampaio, ahi chegando Benedicto [Manoel Pinto] Ribeiro, disse a Sampaio que em casa do Juis Municipal estavão dois escravos, com Theodoro, e que elles quirião tirar para principiar o exemplo por casa – e para isso hia já chamar gente – e mostrando querer sahir, Sampaio o chamou, e mostrou que em casa de Juis não devião hir, pois se lá estavão era de pouso com o senhor – e outras phrases disse mais para evitar -; então Benedicto dissera, bem, não iremos hoje, porem vamos tomar no embarque na Estação – e sahio – ainda fallando – "com elles não ha de descer."[92]

Por certo temos a confirmação de que o escravo foi realmente tomado de seu proprietário no dia 16 de agosto de 1887, na estação de trem da cidade, por volta das 5 horas da manhã. Se a objetividade da burocracia produzida em torno do delito cometido não consegue captar toda a complexidade de como se deram as negociações entre os abolicionistas para que se chegasse àquele formato de ação praticada pelos mesmos, nos depoimentos das testemunhas ouvidas diferentes posturas dos membros do *Clube Abolicionista* diante da causa de libertação dos escravos são sugeridas. No entanto, ao analisar as reflexões de Azevedo Sampaio sobre quais seriam as novas forma de agir dos membros *Clube* a partir da prisão e da soltura de alguns deles em função do processo instaurado contra os abolicionistas por causa da tomada dos escravos da ponte, temos um indício de que as ações daquela associação, independentemente de quem a influenciasse mais firmemente ou direcionasse suas práticas, não tinham, até então, assumido uma linha de ação radical no que se refere à luta pela libertação dos escravos do próprio município. Isso podemos depreender do seguinte excerto:

> "No mesmo dia da soltura, ao ruído dos aplausos e das ovações, combinava-se o termo da libertação do município. Contratava-se o aumento de força de ação.
>
> Daqui por diante os escravocratas de Jacareí não tinham o menor direito à nossa contemplação.

[92] APHJ – Fundo Fórum de Jacareí - Ano 1887 – Caixa 171 A - Sumario crime do decreto número 138 de 8 de abril de 1837 – A Justiça Pública por seu promotor / Réus: Benedicto Soares da Silva, Antonio Avelino de Andrade e Joaquim Jozé da Silva. Depoimento de Manoel Ignacio das Chagas Brandão (folha 05 frente/verso e folha 27 frente à 30 verso).

> Estava empenhada a luta definitiva em todo o terreno que se deparasse."[93]

Nas palavras de Azevedo Sampaio vemos que até dezembro de 1887, as ações dos abolicionistas de Jacareí, se não de todos, ao menos daqueles que estabeleciam as diretrizes de atuação do *Clube*, estavam submetidas ao poder dos escravocratas locais e restritas àquelas toleradas pelos mesmos por não afrontarem diretamente seus interesses[94], e que tal postura subserviente se rompeu somente após a prisão seguida da libertação de alguns dos réus do processo de tomada de escravos na ponte[95]. Nos relatos do farmacêutico, somente a partir deste momento encontramos referências da atuação dos abolicionistas diretamente com os escravos das fazendas do município, através de "capangas a jornal [que] constituíam a suprema agonia dos senhores", "mascates, cobradores e mendigos disfarçados pelos bairros à hora das Aves Marias", "assalto à tal senzala, a tal fazenda"[96]. O que motivara a decisão por parte dos abolicionistas de mudar a forma de ação do *Clube*, no entanto, não fica explícito, sugerindo uma reação ao fato do desenrolar de uns dos processos ter levado alguns dos seus, entre eles, Antonio Gomes de Azevedo Sampaio e Benedicto Manuel Pinto Ribeiro, duas figuras de grande importância dentro do movimento abolicionista local, à prisão.

Assim, se o movimento abolicionista se estrutura em Jacareí numa organização através dos esforços do farmacêutico Antonio Gomes de Azevedo Sampaio, fundador do *Clube Abolicionista* da cidade, e este adota, inicialmente, uma linha de conduta conciliadora em relação aos interesses dos escravocratas daquela localidade, não

---

[93] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 78.

[94] As acusações feitas nos processos aos abolicionistas organizados no *Clube* referem-se às formas de atuação dos mesmos em relação a escravos de fora do município de Jacareí, e a um processo de sedição instaurado contra os mesmos a partir da reação dos clubistas à chegada ao município de um grupo armado vindo de São José dos Campos, com o suposto intuito de acabar com os abolicionistas locais.

[95] De acordo com Azevedo Sampaio, apesar de terem sido pronunciados pelo delito da ponte 46 indivíduos, a cadeia nova se constituía de um único quarto concluído, e este não comportava mais do que 8 pessoas, e devido a isso: "crê-se que os nossos 38 cúmplices foram prevenidos para não se deixarem ver dos oficiais do dito juízo." Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 53.

[96] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 79.

afrontando-os diretamente ao defender as liberdades condicionais como forma de ação na luta abolicionista para os escravos do município , com o desenrolar da luta pela causa da liberdade não é possível identificar como motivação da mudança da linha de conduta adotada pela organização uma maior conscientização dos abolicionistas jacareienses em relação à própria causa da liberdade. Por mais que nos seja óbvia a incompatibilidade existente na tentativa de garantir os interesses dos escravocratas e lutar pela liberdade dos escravos, o abandono da postura conciliadora por parte da liderança do *Clube Abolicionista* de Jacareí não parece ter advindo dessa conscientização, pois não há no relato de Azevedo Sampaio referência alguma a isso, parecendo-nos mais uma reação à sistemática perseguição de que acusavam aos escravocratas de procederem contra os membros do *Clube*.

Para aqueles que saíram em defesa dos abolicionistas de Jacareí, da continuidade da intransigência dos fazendeiros em relação aos abolicionistas da cidade desenharia-se um futuro lúgubre para tal município:

> "Não nos parece prudente o procedimento dos reacionários nos municípios do norte da província. As perseguições, admitamos mesmo – os rigores da lei – não modificarão o estado de coisas para melhor, no sentido dos interesses dos fazendeiros.
>
> O município de Jacareí com essa teima em armar processos, fazer prisões, desfeitear acintosamente os presos abolicionistas, alguns, pessoas que gozavam de estima e consideração na localidade, perderá tudo. Amanhã não terá escravos, não arregimentará os libertos e não se acomodará os imigrantes."[97]

Da luta que se travou em busca da liberdade dos negros, vislumbra-se o acirramento de ódios entre os brancos. Resta-nos descobrir se tais batalhas se deram somente no campo da luta pela abolição e da oposição a esse movimento[98], e investigar

---

[97] Artigo do senador Prado, reproduzido em Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 59.

[98] No depoimento da 2ª testemunha, Fabiano Augusto Nogueira Porto, no processo que se instaurou contra os abolicionistas em função da realização de uma reunião considerada ilícita, este cita o que ouvira de um indivíduo sobre ter o farmacêutico motivações pessoais para empreender a luta abolicionista no município em questão: "Declarou mais o depoente que pelo Sr. Rosendo José de Macedo lhe fora dito que

outros sujeitos que, apesar de também estarem envolvidos na nobre causa, não deixaram muita coisa além das informações registradas nos autos de qualificação de dois processos instaurados contra os indivíduos participantes do movimento organizado na forma de uma sociedade abolicionista em Jacareí no ano de 1887. A variedade de profissões/ocupações entre os indivíduos que foram qualificados nos dois processos citados é grande, e predominou entre os mesmos aqueles que sabiam ler e escrever (18 indivíduos entre os 28 qualificados), conforme se poderá verificar na tabela a seguir:

---

a existencia dessa sociedade não era como intitulavão um movimento abolicionista – mas sim, que era uma especie de vingança que Antonio Gomes de Azevedo Sampaio queria tirar dos fasendeiros, pois que dizia este que era o unico meio de fazer com que lhe beijassem os pés." No depoimento do próprio Dr. Rosendo José de Macedo, maiores detalhes sobre essa passagem citada pela testemunha anterior: "Disse mais que estando na sua casa com o Dr. Fabiano Porto, testemunha deste processo, lhe contara que Julio Machado, por sua vez, contara a elle depoente que conversando com Sampaio este lhe dissera que o unico meio de traser os fazendeiros nas mãos era pelos meios d'abolição da escravidão, e que elle Julio não deixaria de vir a primeira reunião do Club Abolicionista que aqui houvesse para organisar um em Santa Branca." APHJ – Fundo Fórum de Jacareí - Ano de 1887 – Caixa 96 - Sumário de Culpa – Sedição – Autora: A Justiça por seu promotor; Réus: Antonio Gomes de Azevedo Sampaio, Pedro Mercadante, Benedicto Manoel Pinto Ribeiro e outros em número de 25; 11ª testemunha Fabiano Augusto Nogueira Porto (folha 15).

Tabela 11 : Profissão/ocupação dos indivíduos qualificados em dois processos instaurados contra abolicionistas (Jacareí/1887)

Profissão/Ocupação	Número de qualificados
Artista	01
Carpinteiro	03
Carteiro	01
Escravo	02
Empregado do comércio	02
Empregado público	01
Farmacêutico	01
Guarda-livros	01
Jornaleiro de fábrica	01
Jornaleiro de roça	01
Lavoura	01
Negociante	04
Oficial de farmácia	01
Pedreiro	02
Pintor	01
Praça policial	01
Professor	01
Sacristão	01
Soldado	01
Não informou	01

Fontes: Autos de qualificação contidos nos seguintes documentos: APHJ – Fundo Fórum de Jacareí - Ano de 1887 – Caixa 96 – Sumário de Culpa – Sedição – Autora: A Justiça por seu promotor; Réus: Antonio Gomes de Azevedo Sampaio, Pedro Mercadante, Benedicto Manoel Pinto Ribeiro e outros em número de 25; APHJ – Fundo Fórum de Jacareí - Ano 1887 – Caixa 171 A – Sumário crime sobre os escravos tomados na ponte no dia 11/08/1887.

CONCLUSÃO

No ano de 1887, o senador do Império Joaquim Floriano de Godoy apresentou um projeto para a extinção da escravidão no Brasil. Tal projeto, que previa a "prestação de serviços aos ex-senhores por mais três anos e, em caso de recusa, imposição de multas pecuniárias e prisão de até 30 dias", fora elaborado após uma ampla pesquisa empreendida por aquele senador às câmaras municipais da província de São Paulo, a qual o mesmo representava. Através das respostas que obteve do questionário sobre o tema, reunidos e publicados no livro *O elemento servil e as câmaras municipais da Província de São Paulo*, podemos vislumbrar como a manutenção ou a extinção do regime de trabalho escravo era percebida naquela que era "uma das regiões economicamente mais prósperas do Império".[1]

Ao analisarmos os ofícios das 13 localidades valeparaibanas que atenderam a solicitação do senador, documentos nos quais as autoridades das câmaras locais expuseram suas ideias a respeito de como deveria ser extinta a escravidão no Brasil, à exceção daquelas localidades que não se consideravam competentes para opinar sobre o assunto, constatamos que nenhuma delas contrariou a afirmativa de José Murilo de Carvalho de que nas áreas mais antigas do sul cafeicultor "a adesão à escravidão manteve-se até o final"[2]. As propostas das autoridades das câmaras municipais versavam sempre sobre a legitimidade da propriedade escrava, a permanência de projetos de extinção gradual com o estabelecimento de longos prazos, a necessidade de indenizar os senhores, a criação de leis compulsórias ao trabalho que atingissem tanto futuros libertos quanto os trabalhadores livres nacionais, além da restauração da lei de

---

[1] LUCA, Tania Regina. "A Província de São Paulo no início da década de 1870." In: GODOY, Joaquim Floriano de. *A província de S. Paulo: trabalho estatístico, histórico e noticioso.* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: FUNDAP, 2007, p. XII.

[2] CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 319.

recrutamento e de açoites.[3] Apesar da câmara municipal de Jacareí não responder ao ofício do senador Godoy sobre o assunto, através da observação das práticas dos abolicionistas que atuaram na cidade nos meses finais de 1887 podemos ter uma ideia da opinião que vigorava na localidade a respeito de como deveria ser extinguida a escravidão. Se esta já nos interessa por retratar a mentalidade escravista vigente na cidade nos meses finais da escravidão no Brasil, interessa-nos mais ainda pelo seu poder de contribuir para o esclarecimento a respeito da transformação do movimento abolicionista de 1887 aí ocorrido.

O abolicionismo vigente em Jacareí no período imediatamente posterior a institucionalização do *Clube Abolicionista* em agosto de 1887, no princípio de sua atuação assumiu um caráter moderado, propondo as libertações condicionais[4] como forma dos escravos do município deixarem a condição de cativos, mesmo que ainda tivessem de prestar serviços por mais 3 anos, exatamente o mesmo tempo proposto pelo senador Godoy em seu projeto de lei. Assim, a saída da condição cativa para os escravos que teriam sua liberdade condicional negociada com os proprietários da localidade por intermédio dos integrantes do *Clube Abolicionista* se daria através de um caminho gradual. Parecia ser esse o caminho da abolição no município: ao mesmo tempo que esperavam a resposta dos grandes fazendeiros, os abolicionistas iam conseguindo a baixa da matrícula de escravos dos pequenos proprietários.[5]

---

[3] GODOY, Joaquim Floriano de. *O elemento servil e as câmaras municipais da Província de São Paulo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, p. 91/2, 95/100, 103/4, 107/8, 111/2, 125/6, 129/31, 139/42, 145/6, 149/51, 169/70, 189/90, 197/8. As localidades valeparaibanas cujas câmaras municipais responderam o questionário do senador Godoy foram: Lagoinha, Paraibuna, Lorena, São José dos Campos, Cunha, Santa Isabel, Ubatuba, Natividade, Queluz, Cruzeiro, São Luiz do Paraitinga, Santa Branca e Taubaté, sendo que as três últimas não emitiram opiniões ao que foi perguntado questionário por não se considerarem competentes para opinar sobre assunto.

[4] Expressão utilizada pelo abolicionista para se referir às liberdades condicionais. SAMPAIO, Antonio Gomes de Azevedo. *Abolicionismo. Considerações geraes do movimento anti-esclavista e sua historia limitada a Jacarehy, que foi um centro de acção no norte do Estado de São Paulo.* São Paulo: Typ. a Vapor Louzada & Irmão, 1890, ed. *fac-similar*, p. 35.

[5] Sampaio, *Abolicionismo*..., p. 36.

O caminho que parecia claro, que "augurava um desenlace auspicioso"[6], com a chegada do mês de setembro começaria a se mostrar tortuoso. No decorrer desse mês foram instaurados ao menos 3 processos contra os abolicionistas, e no relato do líder do movimento notamos que estava se operando uma mudança de percepção a respeito dos grandes fazendeiros. Inicialmente o movimento demonstrava acreditar que o término da escravidão em Jacareí seria facilmente negociado com os proprietários da mão-de-obra cativa. No entanto, ao relatar uma suposta armadilha criada por aqueles para o *Clube Abolicionista* nos últimos dias de agosto de 1887, que teria levado à instauração do processo de sedição contra integrantes daquela organização, seu líder, o farmacêutico Azevedo Sampaio demonstra sentir-se traído pela classe dos proprietários de escravos e por integrantes do poder judiciário.[7] Além disso, os escravos, apenas um mês após o *Clube Abolicionista* iniciar as negociações que resultariam nas libertações condicionais na cidade, começaram a abandonar as lavouras[8], numa clara demonstração de que não era aquele tipo de liberdade proposta por abolicionistas e escravocratas que lhes interessava.

Somente em dezembro de 1887, ao serem descartados pelos escravos que queriam manter sobre controle, perseguidos pelos escravocratas aferrados à escravidão[9], e presos sob acusações diversas que os integrantes do *Clube Abolicionista* radicalizaram suas iniciativas que, em princípio, ao menos em relação aos escravos do município estavam restritas à atuação legal. A decisão de partir para "a luta definitiva em todo o terreno que se deparasse"[10] contra os escravocratas teria sido tomada no mesmo dia em que alguns integrantes do movimento foram soltos da prisão. Além de tal declaração

---

[6] Sampaio, *Abolicionismo...*, p. 36.
[7] Sampaio, *Abolicionismo...*, p. 35/8.
[8] AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda Negra, Medo Branco. O negro no imaginário das elites – Século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987, p. 229.
[9] Os grandes escravocratas locais não aceitaram a libertação do município da escravidão através das liberdades condicionais com prestação de serviços por mais 3 anos.
[10] Sampaio, *Abolicionismo...*, p. 78.

assumir um tom revanchista, pois a radicalização da luta viria de uma causa externa à conscientização dos integrantes do movimento, esta alude às lutas políticas locais que possivelmente o movimento abolicionista encampou.

Também revelando como pano de fundo um campo de tensões entre indivíduos da sociedade local, as ações abolicionistas de 1883, que culminaram no ato de expulsão praticado pelos escravocratas, assumiram desde o princípio, um caráter radical. Sem possuirmos elementos que nos permitam fazer qualquer afirmação no sentido de relacionar as práticas de abolicionistas em Jacareí no ano de 1883 com ações mais sistemáticas dos caifazes da capital paulista, que ainda permanecem obscuras para os anos iniciais da década de 1880, visualizamos nas ações dos indivíduos expulsos da cidade valeparaibana características desse momento de transição do movimento abolicionista paulistano, quais sejam: sob a liderança de Luiz Gama, a defesa gratuita dos escravos empreendida por advogados e oficiais de justiça desde o início da década de 1870[11]; e, a partir da morte daquele e já sob a liderança de Antonio Bento, as ações legais (cartas de alforria entregues a escravos a partir da ação da Confraria Nossa Senhora dos Remédios) e as ações ilegais (promovendo a fuga de escravos)[12]. Mas na ação desses abolicionistas que atuaram em Jacareí em 1883, mesmo quando falamos das práticas legais, o coronel Rocha Martins e o advogado Antonio Henrique da Fonseca parecem radicalizar.

No relato de uma testemunha que depôs no inquérito instaurado pela chefia da Polícia da província de São Paulo por ocasião da expulsão dos abolicionistas em Jacareí no ano de 1883[13], um dos expulsos, o coronel Rocha Martins, é acusado de incitar os

---

[11] MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994, p. 151.

[12] FONTES, Alice Aguiar de Barros. "A prática abolicionista em São Paulo: os Caifases (1882-1888)." Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/ USP, 1976, p. 51.

[13] APHJ – Fundo Fórum – 1883 – Caixa 376 - "Inquérito". Depoimento da 3ª Testemunha, Manoel Antonio Catharino de Freitas Junior (folha 18 verso à 19 verso).

escravos a, se necessário fosse, cometerem até o crime de assassinato contra seus senhores, pois assim entrariam no gozo perfeito da liberdade. Disso também fazem referência os escravocratas que redigiram a "Representação", mas neste documento acusando o advogado Antonio Henrique da Fonseca de tal prática. Se as acusações fossem verdadeiras, este procedimento do coronel e do advogado marcaria uma radicalização dos abolicionistas até mesmo nas atuações legais: ao invés de somente se proporem a ajudar a defender o escravo que tinha cometido um crime, numa completa inversão da lógica até então vigente se punham em contato com o elemento escravizado para estimulá-lo à luta pela liberdade através do cometimento do crime de assassinato contra o senhor, para depois então ajudá-lo na sua defesa através da atuação do advogado Antonio Henrique da Fonseca.

Como pudemos constatar ao longo dessa dissertação, as ações abolicionistas empreendidas pelos distintos grupos que atuaram em Jacareí nos anos de 1883 e 1887 assumiram características distintas, sendo a de 1883 radical e a de 1887 conciliadora. Devido à natureza de nossas fontes, centramos nossa análise nas personalidades que se destacaram nas ações analisadas. Mas se nos desviarmos do percurso principal, e nos ativermos aos pequenos relatos das figuras de menor expressão, que também ficaram registrados nos autos, apesar de por muitas vezes nos vermos em becos sem saída – o que estão querendo nos dizer? – chegamos à incômoda e instigante sensação de que há muito mais questões além daquelas que nos foi possível captar.

O que ligava um italiano, Nicolao Chioffi, às ações abolicionistas de 1883? No inquérito instaurado pela chefia da Polícia da província não há depoimentos a respeito das ações do mesmo junto aos outros abolicionistas, mas no relato dos escravocratas ficou registrado que sua retirada da cidade fora resolvida não por esses últimos, e sim

pelos pares daquele, a colônia italiana. O que andava fazendo o italiano junto aos abolicionistas para incomodar os seus de tal forma?

De acordo com o relato do farmacêutico Azevedo Sampaio, a ação de tomada dos escravos na ponte em 11 de agosto de 1887 teria sido a ação de batismo do grupo que viria a formar, a partir da proposição daquele, o *Clube Abolicionista* de Jacareí. Mesmo que aquela realmente tenha sido uma ação inaugural, o fato de ter como objetivo o roubo de escravos que estavam de passagem pela localidade com destino à região Oeste da província nos sugere a ligação dos abolicionistas com um movimento mais amplo, que extrapolava os limites da localidade, e uma organização na maneira de agir menos acidental e romântica, como transparece no relato do farmacêutico, e provavelmente mais calculada e racional, empreendida por indivíduos que no olhar de Azevedo Sampaio são corajosos, cheios de compaixão, mas ingênuos.

Compreender a realidade e as redes de agentes nas quais aqueles abolicionistas estavam inseridos e ligados vai muito além de reconstituir as ações que os mesmos protagonizaram. Os próximos passos devem ser dados em busca de tecer essas redes, conectando-as às ações cotidianas dos escravos e de outros agentes históricos, no dia-a-dia de vigência do regime escravista em Jacareí.

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTOS PRIMÁRIOS

Arquivo Público do Estado de São Paulo - APESP

Cópia da carta e abaixo-assinado ao Presidente da Província de São Paulo sobre a expulsão do advogado Antonio Henrique da Fonseca de Araraquara" - 1883. Polícia, Ordem 2626, Caixa 192.

Jornal A Província de São Paulo - edições de 11/11/1880 e de 17/11/1880. Coleção referente ao ano de 1880, disponível em microfilme, sob o código 01.01.006.

Ofício encaminhado ao Presidente da Província de São Paulo Barão de Guajará pelo Chefe de Polícia da Provincia José Joaquim Baeta Neves, em 4 de dezembro de 1883, conforme inquérito procedido em Jacarehy por causa do atentado ocorrido em 26 de novembro do ano corrente contra o Coronel Francisco Felix da Rocha Martins, Antonio Henrique da Fonseca e o Italiano Nicolao Chioffi. Polícia, Caixa 192, Ordem 2627, Ano 1883.

Arquivo Público e Histórico de Jacareí - APHJ

Anuário Histórico Literário de Jacarehy. S/L: Casa Minerva, 1906.

Arquivo Público e Histórico de Jacareí - APHJ
Fundo Fórum

Ano 1870 - Caixa 106 - Processo crime do escravo Ângelo.

Ano 1872 – Caixa 374 – Inquérito. Autor: Luis Simão; Réu: Nicolao Mercadante.

Ano 1875 – Caixa 205 A – Cópia: Autora: a Justiça por seu promotor; Réus presos: Matheos Candido de Oliveira Rosas e Norberta, escrava de Oliveiro Benedicto Vieira de Carvalho.

Ano 1878 – Caixa 331 A - Inquérito policial – Réu preso: Joaquim Nunes de Siqueira (menor) / Ofendido: Francisco Nunes de Siqueira.

Ano 1880 - Caixa 319 – Auto de corpo delito na preta liberta Carolina, ex-escrava de João da Costa Gomes Leitão.

Ano 1880 – Caixa 110 – Auto de protesto – Contra-protestante: Julio Leite Machado. Contra-protestado: o Capitão Antonio Joaquim de Azevedo.

Ano 1880 – Caixa 226 - Exame de suficiência para o emprego de Tabelião do Público Judicial e Nota do Coronel Francisco Felix da Rocha Martins.

Ano 1882 – Caixa 216 A - Processo crime (traslado) - Autora: A Justiça, por seu promotor - Réus: Avelino Pinto Cepinho e o escravo Valério, de João Alves da Silva Ramos.

Ano 1882 – Caixa 319 – Exame de Corpo de delito escravo Gesuíno.

Ano 1883 - Caixa 329 A – Réu: Sérgio de Morais Pereira.

Ano 1883 – Caixa 376 - Representação dirigida ao Excellentissimo Doutor Chefe de Policia por diversos cidadãos residentes nesta Cidade e Município e Inquérito.

Ano 1884 - Caixa 74 - Traslado dos autos de manutenção de liberdade dos escravos Brazílio e Mariana (marido e mulher), de João José Bastos.

Ano de 1887 – Caixa 96 – Sumário de Culpa – Sedição – Autora: A Justiça por seu promotor; Réus: Antonio Gomes de Azevedo Sampaio, Pedro Mercadante, Benedicto Manoel Pinto Ribeiro e outros em número de 25.

Ano 1887 – Caixa 171 A - Sumario crime do decreto número 138 de 8 de abril de 1837 – A Justiça Pública por seu promotor / Réus: Benedicto Soares da Silva, Antonio Avelino de Andrade e Joaquim Jozé da Silva.

Ano 1887 – Caixa 171 A – Sumário crime sobre os escravos tomados na ponte no dia 11/08/1887.

Ano 1887 – Caixa 374 – Auto de Perguntas a Senhorinha Pereira e Paulina escrava.

Ano 1903 – Caixa 81 A – Inventário de Lucio de Toledo Malta.

Jornal "O Jacarehyense", edição de 27/05/1876. Caixa 331. Anexado ao processo crime do ano de 1876, em que são réus os proprietários e editores do mesmo jornal, os senhores Francisco Pinto de Magalhães e Fabiano Martins de Siqueira Junior.

Jornal "Correio do Norte", edição de 12/09/1876. Caixa 331. Anexado à Denúncia – acidente com dois trabalhadores na obra da ponte do Rio Paraíba.

BIBLIOGRAFIA

ARTIGOS

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. "Fortuna e Família em Bananal no Século XIX." In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de Castro e SCHNOOR, Eduardo. *Resgate. Uma janela para o Oitocentos. Ensaios.* Rio de Janeiro: Toopbooks Editora, 1995, p. 63-97.

LENCIONI, Benedito Sérgio. “Considerações sobre o problema do negro em Jacareí; período de 1695 a 1955.” In: *Revista História, Gentes e Cousas de Minha Terra.* Jacareí-SP: Gráfica Status, 1979, p. 211-223.

LUCA, Tania Regina. “A Província de São Paulo no início da década de 1870”. In: GODOY, Joaquim Floriano de. *A Província de São Paulo: trabalho histórico, estatístico e noticioso.* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: FUNDAF, 2007, p. V-XXIV.

LUNA, Francisco Vidal. “Características demográficas dos escravos de São Paulo (1777-1829).” In: LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci del Nero da, KLEIN, Herbert S. *Escravismo em São Paulo e Minas Gerais.* São Paulo: EDUSP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 93-130.

LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. “Características da População em São Paulo no início do século XIX.” In: LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci del Nero da, KLEIN, Herbert S. *Escravismo em São Paulo e Minas Gerais.* São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 163-184.

MACHADO, Maria Helena P. T. “História e Historiografia da Escravidão e da Abolição em São Paulo.” In: FERREIRA, Antonio Celso, LUCA, Tania Regina de, IOKOI, Zilda Grícoli (organizadores). *Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo.* São Paulo: Editora Unesp, 1999, p. 61-70

MACHADO, Maria Helena P. T. ““Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas”: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão.” In: SALLES, Ricardo e GRIMBERG, Keila. *Brasil Impérial, volume III: 1870-1889.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 367-400.

MARCONDES, Renato Leite. “A propriedade escrava no vale do Paraíba paulista durante a década de 1870.” *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, n. 29, 2002, p. 51-74.

PAPALI, Maria Aparecida C. R. “Libertandos: Escravos, forros e libertos em terras valeparaibanas, no final do século XIX.” *Revista Projeto História –Espaço e Cultura.* São Paulo: PUC, maio 1999, número 18, pp. 331-344.

FONTES PRIMÁRIAS

ANDRADA, Antonio Manuel Bueno de. “A Abolição em São Paulo.” Reproduzido d’O Estado de São Paulo. 13 de maio de 1918. In: *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo.* São Paulo: Departamento de Cultura, Ano VII, Volume LXXVII, Julho 1941.

GODOY, Joaquim Floriano de. *A Província de São Paulo: trabalho histórico, estatístico e noticioso.* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: FUNDAF, 2007.

GODOY, Joaquim Floriano de. *O elemento servil e as câmaras municipais da Província de São Paulo.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822.* Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

SAMPAIO, Antonio Gomes de Azevedo. *Abolicionismo. Considerações geraes do movimento anti-esclavista e sua historia limitada a Jacarehy, que foi um centro de acção no norte do Estado de São Paulo.* São Paulo: Typ. a Vapor Louzada & Irmão, 1890, ed. *fac-similar.*

SAMPAIO, Antonio Gomes de Azevedo. *Descripção do municipio de Jacareí.* Jacareí/SP: Edições Debate, 1986.

ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861).* São Paulo: Editora Itatiaia/Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

LIVROS

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente. Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro.* Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1988.

ALVES, Henrique L. *O fantasma da abolição.* São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura – comissão de Geografia e História; Ohno Kempf editores, s/d.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda Negra, Medo Branco. O negro no imaginário das elites – Século XIX.* Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

BEIGUELMAN, Paula. *Formação Política do Brasil.* São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1967.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia.* São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1998.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos.* São Paulo: Editora Unesp, 2007.

HERRMANN, Lucila. *Evolução da Estrutura Social de Guaratinguetá num Período de Trezentos Anos.* São Paulo: IPE-USP, edição fac-similada, 1986.

LENCIONI, Benedicto Sérgio. *Jacareí e as questões controvertidas.* Aparecida/SP: B. S. Lencioni, 1994.

LENCIONI, Benedicto Sérgio. *O negro na história de Jacareí: da senzala ao preconceito.* Aparecida, SP: B. S. Lencioni, 1989.

LENCIONI, Célio. *Jacareí: Viajantes e Cronistas.* Aparecida-SP: C. Lencioni, 1991.

LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia negra e abolicionismo.* Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e Escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas – 1830-1888.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994.

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo. Tomo II.* Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do Café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil.* São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1982.

MORAES, Evaristo. *A Campanha Abolicionista: 1879-1888.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

MOREL, Edmar. *Vendaval da liberdade. A luta do povo pela abolição.* São Paulo: Global, 1988.

MÜLLER, Nice Lecocq. *O fato urbano na bacia do Rio Paraíba, Estado de São Paulo.* Rio de Janeiro: Divisão Cultural, 1969.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo. Expansão e declínio (1765-1851).* São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão Negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX.* Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1977.

SANTOS, José Maria. *Os Republicanos Paulistas e a Abolição.* São Paulo: Livraria Martins Fontes, s/d.

SANTOS, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação do escravismo na província de São Paulo (1885-1888).* São Paulo: publicado para o Instituto de Pesquisas Econômicas pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1980.

SIMON, Arthur D'Acajiré. *Fragmentos de uma vida. Subsídios para a história da cidade de Jacareí ao comemorar o seu primeiro centenário. (Conferência).* Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1949.

STEIN, Stanley. *Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

SOBRINHO, Alves Motta. *A civilização do café.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.
WISSEMBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880).* São Paulo: Editora Hucitec, História Social USP, 1998.

DISSERTAÇÕES E TESES

DI LORENZO, Ana Lucia. "Italianos em Taubaté: O núcleo colonial do Quiririm, 1890/1920." Dissertação de Mestrado. USP/FFLCH, 2002.

FONTES, Alice Aguiar de Barros. "A prática abolicionista em São Paulo: os Caifases (1882-1888)." Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/ USP, 1976.

PATROCÍNIO, Ana Luíza do. "Homens livres, escravos e senhores no município de Jacareí, de 1840 a 1870." Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 2003.

RICCI, Fábio. "Origens e aspectos do desenvolvimento das indústrias têxteis no Vale do Paraíba Paulista na República Velha." Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2002.